

**Ruchelli Stanzani Ercolano**  
**Deivis Perez**  
**Régis de Toledo Souza**  
(Organizadores)

# **CONSERVADORISMOS E RETROCESSOS CONTEMPORÂNEOS: PONDERAÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL PARA RESISTÊNCIAS**



**GRADUS**  
EDITORA



**Ruchelli Stanzani Ercolano**

**Deivis Perez**

**Régis de Toledo Souza**

**(Organizadores)**

**CONSERVADORISMOS  
E RETROCESSOS  
CONTEMPORÂNEOS:  
PONDERAÇÕES DA  
PSICOLOGIA SOCIAL  
PARA RESISTÊNCIAS**



**GRADUS**  
EDITORA

## Dados Catalográficos

ERCOLANO, Ruchelli Stanzani; PEREZ, Deivis; SOUZA, Regis de Toledo. (Orgs).  
Conservadorismos e retrocessos contemporâneos: ponderações da Psicologia Social  
para resistências. 1ª Ed. Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2022.

ISBN: 978-65-88496-96-1

CDD 370.00

Todos os autores cedem os direitos autorais da obra para a Gradus Editora, impossibilitando a reprodução por outras editoras ou meios de veiculação de materiais didáticos, científicos e acadêmicos de cunho comercial, não comercial, associação científica ou cultural, bem como Instituições de Pesquisa, pelo prazo de exploração de 70 anos, conforme Lei 9.610/98.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição Creative Commons.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).

GRADUS EDITORA – Todos os Direitos Reservados – 2023  
Rua Luiz Gama, 229. Vila Independência. Bauru, São Paulo. Brasil.  
[www.GRADUSEEDITORA.com](http://www.GRADUSEEDITORA.com)

Editor-chefe: Lucas Almeida Dias  
Registro e indexação: Gradus Editora | Câmara brasileira do livro | CrossREF  
Capa: Bruno M. H. Gogolla  
Diagramação: Bruno M. H. Gogolla

Comitê editorial científico – Gradus Editora

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos

Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza

Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Profa. Dra. Andreia de B. Machado

Profa. Dra. Manuela Costa Melo

Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro

Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira

Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Prof. Dr. Thiago Henrique Omena

Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Prof. Dr. Leandro A. dos Santos

Prof. Dr. Gustavo Schmitt

Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade

Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro

Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis



## A ABRAPSO

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade. Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada ao longo dos anos por meio dos esforços dos seus regionais, núcleos e diretoria nacional.

### **DIRETORIA NACIONAL DA ABRAPSO 2020-2021**

---

Presidente: Deivis Perez

Secretária: Vanessa Louise Batista

Tesoureiro: Regis de Toledo Souza

Diretora de Comunicação: Maria Cristina Dancham Simões





## ORGANIZADORES DO LIVRO

### **RUCHELLI STANZANI ERCOLANO**

---

Doutoranda em Psicologia pela UNESP, bolsista CAPES doutorado, mestra e psicóloga pela UNESP. Docente do Departamento de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE. Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação e Psicologia - certificado pelo CNPq. Coordenadora do Núcleo Popular da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO.

### **DEIVIS PEREZ**

---

Doutor em Educação pela PUC-SP e professor na UNESP, onde atua como docente na graduação e no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Psicologia e exerce desde 2016 a função de chefe do Departamento de Psicologia Social. É colíder do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação e Psicologia - certificado pelo CNPq.

### **REGIS DE TOLEDO SOUZA**

---

Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e professor da Universidade de Taubaté, onde atua como professor de Psicologia Social desde 2000. É colíder do NI-PPC/Unitau (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Práxis Contemporâneas).





# SUMÁRIO

RESISTIR E ESPERANÇAR EM TEMPOS DE CRISE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL PARA O ENFRENTAMENTO DOS ATAQUES À DEMOCRACIA .....	11
--	----

Ruchelli Stanzani Ercolano

Deivis Perez

Régis de Toledo Souza

## **SEÇÃO I - ANÁLISES CRÍTICAS E RESISTENTES DA CONJUNTURA ATUAL: REFLEXÕES E ENFRENTAMENTOS DIANTE DA INTENSIFICAÇÃO DOS CONSERVADORISMOS, FUNDAMENTALISMOS E AUTORITARISMOS**

FUNDAMENTALISMOS E CONSERVADORISMOS: CRISE, IDEOLOGIA E MODELO DE ANÁLISE .....	15
--	----

Domenico Uhng Hur

NOTAS SOBRE PALHAÇOS SÉRIOS: OS CASOS DE LUÍS BONAPARTE E BOLSONARO .....	23
--	----

Deivis Perez

Ruchelli Stanzani Ercolano

TECNOLOGIA, SUBJETIVIDADE E AUTORITARISMO: FERRAMENTAS PARA FORJAR NOVAS POSSIBILIDADES .....	29
--	----

Deborah Christina Antunes

TEMPO E RESISTÊNCIA: MEMÓRIA, ENRAIZAMENTO E DIREITOS HUMANOS NO PRESENTE CONTEXTO NACIONAL .....	35
--	----

Samir Perez Mortada

Bernardo Parodi Svartman

AFETOS, REDES E RESISTÊNCIAS: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E ENFRENTAMENTOS NO TERRITÓRIO .....	41
---	----

Luiz Felipe Viana Cardoso

Marcia Mansur Saadallah

Manoela Costa Marra

## **SEÇÃO II - OS ATAQUES ÀS DIVERSIDADES IDENTITÁRIAS E A LUTA POR IGUALDADE E DIREITOS: RACISMO, SEXISMO E PRECONCEITO DE GÊNERO**

RACISMO ESTRUTURAL: PRODUÇÃO INDUSTRIAL DA  
DESTRUIÇÃO DE CORPOS NEGROS E NÃO NORMATIZÁVEIS..... 49

Juarez Tadeu de Paula Xavier

RAÇA E CLASSE SOCIAL EM DEBATE NA VIDA ESTUDANTIL:  
A LUTA POR DIREITOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE ..... 57

Klécio Barbosa da Silva Assis

Maria Luíza Vargas

Marcela Montalvão Teti

Marcela de Andrade Gomes

INSURGÊNCIAS ÉTICO-ESTÉTICO-POLÍTICAS:  
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL..... 63

Maíne Alves Prates

FORMAÇÃO ANTIRRACISTA E PSICOLOGIA SOCIAL:  
INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ..... 71

Monica Lima de Jesus

Tiago Ferreira Silva

A PARCIALIDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DAS  
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA ..... 79

Andréa Moreira Lima

SEXUALIDADE E GÊNERO EM DISPUTA: REFLEXÕES DA PSICOLOGIA  
EM TEMPOS DE CONSERVADORISMOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ..... 87

Edna Maria Severino Peters Kahhale


Sandra Elena Sposito

André Luiz Machado das Neves

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: CONTRIBUIÇÕES PARA  
UM DEBATE FEMINISTA EM PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA ..... 95

Andréa Moreira Lima

Tayane Rogeria Lino



# **RESISTIR E ESPERANÇAR EM TEMPOS DE CRISE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL PARA O ENFRENTAMENTO DOS ATAQUES À DEMOCRACIA**

Este livro adveio dos esforços colaborativos dos integrantes da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) realizados em meio a uma profunda crise política, econômica, social e sanitária no Brasil. É preciso referir que esta obra representa um volume de três livros que foram organizados por intermédio da reunião de trabalhos apresentados no contexto do XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (dora-vante Abrapso), que reuniu mais de duas mil e quinhentas pessoas e aconteceu entre os dias 13 e 16 de novembro de 2019, na Pontifícia Universidade Católica (PUC SP). Os livros, que nesta ocasião são tornados disponíveis em versão digital e impressa, puderam ser editados em função do apoio de três instituições de fomento, saber: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estas agências responderam positivamente aos projetos dirigidos para a obtenção de auxílios à organização de reunião científica da Abrapso, os quais foram elaborados e submetidos sob a responsabilidade do Professor Doutor Deivis Perez.

A despeito de o XX Encontro da associação ter ocorrido em fins do ano de 2019, a ordenação dos textos que compõem os presentes livros ocorreu pouco depois, já no bojo das incertezas trazidas pela pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (Covid 19), que ameaçou a vida de todas as pessoas e cujos desdobramentos, ao longo dos anos de 2020 e 2021, alcançaram colossal gravidade e letalidade, em especial junto aos segmentos sociais empobrecidos. No campo político, tivemos lamentavelmente Jair Bolsonaro na Presidência da República, um homem dedicado a vandalizar todas as formas de socialidade orientadas pela convivência ética e pelo respeito à alteridade. Ele e os seus apoiadores manifestaram reiterada e obstinada devoção ao aniquilamento de quaisquer anseios de construção de uma sociedade democrática e ganas por eliminar os grupos e indivíduos identificados como seus contendores sociopolíticos.

Além das adversidades referidas, vivenciamos, há mais de uma década, um período de reordenamento da ordem capitalista global que parece demandar que o Brasil reafirme a sua posição de subordinação no arranjo mundial capitalista. Não obstante a isso uma parcela da burguesia nacional segue o seu avanço no processo acumulativo e expansivo das suas riquezas. Bolsonaro, identicamente a outros governantes ao longo da história mundial, se fez conveniente ao capitalismo e à sua classe, porque esteve sempre disponível para praticar as selvagerias sociais, econômicas e políticas necessárias à consecução dos interesses burgueses. Os religiosos, cristãos, em sua maioria (neo)pentecostais e católicos-carismáticos, justificaram e conferiram verniz à sua bestialidade violenta, lgbtfóbica, misógina, racista e classista.

Sem dúvida foi uma etapa de enorme sofrimento histórico, mas também se pôde entrever uma oportunidade para a atuação e o engajamento com a mobilização das classes trabalhadoras, bem como, no tocante aos profissionais, estudantes ou pesquisadoras da Psicologia Social, distinguimos um período historial que nos solicitou a atividade dirigida às lutas coletivas contra o cruento, indecoroso, o aviltante e o desonesto. Em meio às contendas contra racistas, misóginos, lgbtfóbicos, elitistas classistas e irracionaisistas como Bolsonaro, os seus apoiadores e as forças que eles representam, é que esta obra foi construída. É obrigatório enfatizar, que este livro teve início por intermédio do convite aberto e desimpedido à publicação de textos apresentados a todas as pessoas que colaboraram com o XX Encontro da Abrapso, tenha sido por meio da coordenação de rodas de conversa, grupos de trabalho ou pela realização de simpósios, palestras e conferências. Este chamamento, que foi democrático, abriu espaço particularmente para integrantes dos núcleos da associação tomarem parte numa publicação voltada para o registro vivo da Psicologia Social enquanto práxis.

Este manuscrito foi nomeado “*Conservadorismos e retrocessos contemporâneos: ponderações da Psicologia Social para resistências*” e está organizado em duas seções interligadas e complementares entre si. A seção 1, intitulada *Análises críticas e resistentes da conjuntura atual: reflexões e enfrentamentos diante da intensificação dos conservadorismos, fundamentalismos e autoritarismos*, possui cinco capítulos, que patenteiam os resultados concernentes às temáticas: o cenário conservador, autoritário e fundamentalista, seu entendimento histórico e ideológico, sua análise crítica e os seu impactos na subjetividade bem como na vida concreta da população; as estratégias de resistência e enfrentamento em meio a esta realidade opressora a partir do resgate da memória social, da luta por direitos, da participação e do engajamento popular além do desvelamento de seus meios de dominação como a tecnologia digital.

A seção 2, por sua vez, denominada *Os ataques às diversidades identitárias e a luta por igualdade e direitos: racismo, sexismo e preconceito de gênero*, contém sete capítulos destinados ao registro das discussões sobre questões identitárias, em especial, o racismo estrutural e a destruição histórica de corpos negros; a permanência estudantil universitária diante do racismo e do classismo social; a expressão poética da juventude negra como construção de conhecimento e posicionamento na sociedade; a importância da construção de uma formação antirracista de psicólogas(es/os) comprometida com dimensões sociais, culturais de gênero e raciais/étnicas. Além desses, também foram contemplados os temas relativos ao gênero, tais como: as contribuições das epistemologias feministas para a Psicologia Social Crítica; o debate sobre sexualidade e gênero em interface com a Psicologia, reconhecendo a fluidez, a historicidade e a politicidade deles; as violações perpetradas aos corpos femininos e a limitação dos direitos das mulheres.

Em última instância, é importante salientar que este livro representa um ato de resistência, coragem e esperança, pois mesmo em conjuntura desfavorável e opressora, marcada pelo conservadorismo, autoritarismo e investidas contra a democracia, não esmorecemos no nosso compromisso de compreender criticamente a realidade que nos cerca, intervir na sociedade juntamente com a população e produzir enfrentamentos que visam a emancipação humana.

Ruchelli Stanzani Ecolano

Deivis Perez

Régis de Toledo Souza



# SEÇÃO I

**ANÁLISES CRÍTICAS E  
RESISTENTES DA CONJUNTURA  
ATUAL: REFLEXÕES E  
ENFRENTAMENTOS DIANTE  
DA INTENSIFICAÇÃO DOS  
CONSERVADORISMOS,  
FUNDAMENTALISMOS E  
AUTORITARISMOS**





# FUNDAMENTALISMOS E CONSERVADORISMOS: CRISE, IDEOLOGIA E MODELO DE ANÁLISE

Domenico Uhng Hur<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

---

A rápida intensificação dos fundamentalismos, conservadorismos e extremismos políticos no mundo foi um acontecimento que surpreendeu a política, os intelectuais e a sociedade de forma geral. Aparentemente surgem como um fenômeno contraditório ao atual *zeitgeist* capitalista, que defende a flexibilidade, a produtividade, a “liberdade” e livre iniciativa. E também segue vetor oposto aos discursos humanitários sobre mediação, diálogo, cultura de paz, tolerância e aceitação das diferenças e diversidades, sejam sexuais, étnicas, raciais, religiosas, de classe etc. Parece referir-se a um novo diagrama de forças relacionado à crise social e econômica que atravessamos.

As práticas fundamentalistas emergem num cenário de grande tensão e crise social. No âmbito macropolítico, se atualizam nas propostas que visam censurar ou coibir a participação da sociedade civil em temas referentes aos direitos humanos e governança de uma forma geral. No âmbito cotidiano, reconfiguram-se nas inúmeras violências e cerceamentos sofridos pelas minorias sociais, em nome da moral, dos bons costumes e dos cidadãos de bem.

Entretanto, este não é um fenômeno totalmente novo, ou inédito. Inclusive a temática dos conservadorismos e fundamentalismos também não é uma questão original para a Psicologia Social e Política. Talvez se possa até afirmar que essa é a problemática que instaura uma Psicologia Social e Política mais crítica e engajada socialmente, fora do contexto laboratorial, positivista e experimental. Mas, antigamente, utilizava-se outro termo para a questão dos fundamentalismos e conservadorismos: autoritarismo. Para o crescimento de nosso campo, enquanto uma vertente teórica e crítica, houve o projeto de combater nosso principal antagonista: os autoritarismos, os fascismos e a lógica da opressão generalizada.

Esse texto busca investigar o fenômeno dos fundamentalismos contemporâneos a partir de uma análise de sua dimensão psicopolítica, para discutir como se atualizam na contemporaneidade. Nosso método de trabalho parte de um estudo da literatura sobre o tema investigado, escolhendo alguns enunciados conceituais para a análise do fenômeno. Também utilizamos para a reflexão sobre os fundamentalismos um modelo psicopolítico dos posicionamentos dos coletivos sociais proposta por Hur & Sabucedo (2019).

---

<sup>1</sup> Doutor em Psicologia Social pela USP – <http://lattes.cnpq.br/9021644568209077> – <https://orcid.org/0000-0002-6766-7024> – [domenico@ufg.br](mailto:domenico@ufg.br).



## PSICOLOGIA SOCIAL E POLÍTICA: UMA BREVE REVISÃO SOBRE O CAMPO

---

Na Psicologia Social e Política pode-se citar diversos estudos que abordam a temática dos autoritarismos e fascismos e que contribuíram para a consolidação desse campo de conhecimentos. A Alemanha foi um manancial que gerou as primeiras reflexões psicopolíticas sobre a temática, seja com a *'Psicologia das massas do fascismo'* de W. Reich (1933), os *'Estudos sobre a autoridade e família'*, organizado por M. Horkheimer (1936) e o *'Medo da liberdade'* de E. Fromm (1941). A tradição de estudos germânica não ficou restrita a seu território e influenciou intensamente a Psicologia Social desenvolvida nos Estados Unidos da América, seja com o estudo dos distintos tipos de grupos (democrático, autoritário e laissez-faire) empreendido por K. Lewin, ou com uma das mais importantes pesquisas da Psicologia Social e Política da época, a Personalidade Autoritária de T. Adorno, D. Levinson, E. Frenkel-Brunswick & N. Sanford (1950).

O ponto de partida desta emblemática obra foi a investigação da inter-relação entre o antissemitismo e as personalidades antidemocráticas (SANFORD, 1973). Para a pesquisa utilizou diversos métodos, tanto qualitativos, como quantitativos, desde a aplicação de testes de personalidade, a realização de entrevistas clínicas, até o emprego de escalas com aferição estatística. Resultou-se assim a construção das famosas escalas de antissemitismo, etnocentrismo, conservadorismo político e fascismo, bem como a elaboração e detalhamento das características da 'síndrome da personalidade autoritária'. Este último estudo foi tão importante para o campo, que em poucos anos recebeu centenas de citações, críticas e comentários de outras pesquisas.

Citamos brevemente alguns outros estudos famosos no campo da Psicologia Social e Política que partiram da ideia central preconizada pela Personalidade autoritária. O britânico H. Eysenck (1954) afirmou que as pessoas que se posicionam nos extremos, por exemplo, na extrema-esquerda e extrema-direita, assumem uma conduta similar, visto que elas possuem pontuações similares de 'mentalidade dura' (*tough-minded*). Para ele, ambos são autoritários. Evidentemente, essa aproximação apressada entre comunistas e pessoas de extrema-direita, como seu próprio posicionamento político, foi alvo de muitas críticas.

Rokeach (1960) foi um investigador que se singularizou pelos seus estudos sobre o dogmatismo. Articulou autoritarismo a uma postura dogmática, compreendendo que ambas são independentes da ideologia assumida. Wilson (1973), em seus estudos sobre o conservadorismo, desenvolveu como estes tipos de atitudes desempenham uma função defensiva em relação aos fatos e situações consideradas ameaçantes ao indivíduo.

Já J. M. Sabucedo (1985) refuta as conclusões de Eysenck, detalhando melhor as condutas diferenciais entre a extrema-esquerda e a extrema-direita. Altemeyer (1996) também é outro autor que merece ser citado devido aos seus estudos sobre os posicionamentos conservadores e de direita resultarem de processos de aprendizagem social. Já na França, Deleuze & Guattari (1996) fazem uma extensa análise dos fascismos cotidianos, que implicam em regimes de exclusão e opressão que podem se atualizar numa infinidade de espaços, e até em nós próprios, que eles denominam de microfascismos (HUR, 2018).

De forma geral, estes estudos mostram que o comportamento autoritário, ou fundamentalista, não se refere a uma conduta de adesão a um conteúdo cognitivo, como a determinado discurso ideológico, senão a uma questão de estilo cognitivo, a uma forma de funcionamento psicopolítico. Então esta conduta não se refere primeiramente a uma semântica, mas sim a uma pragmática, que é independente, ou mesmo anterior, ao conteúdo ideológico.

## FUNDAMENTALISMOS: CRISE, DEFESA, CONTRATO NARCÍSICO E ANTAGONISMO

---

Os estudos contemporâneos sobre os fundamentalismos e autoritarismos consideram que o principal ponto de partida de sua eclosão é a existência de uma crise, seja social, ou econômica (DORNA, 2012). Essa crise, que pode ter origem material ou imaterial, pode levar a 'fraturas psicossociais', que no âmbito psíquico devem ser remediadas urgentemente (KAËS, 1979a). Então, consideramos que a crise é o elemento causal, e os fundamentalismos, um dos sintomas para a tentativa de contenção do mal-estar experienciado.

Ressaltamos que com a crise do diagrama capitalista, que não é apenas econômica, mas eminentemente subjetiva (cf. HAN, 2012; LAZZARATO, 2014; HUR, 2018), as fraturas são generalizadas. Da aceleração e descodificação



via axiomática do capital (DELEUZE & GUATTARI, 1976), decorre-se a crise das instituições, da democracia, dos valores, crenças, representações etc.

Mas, não apenas os fundamentalismos vêm com a crise. Também se expressam condutas similares, como a polarização social, os dogmatismos, os conservadorismos, os populismos, os extremismos e os microfascismos. Por mais que sejam fenômenos diferentes, são convergentes, pois são sintomas sociais que emergem como meio para proporcionar um mecanismo de defesa frente ao caos e ao desamparo incitados pela crise. Dorna (2011) exemplifica como os populismos emergem dessa situação de crise e decepção:

*La ambigüedad del populismo y su magnetismo es el resultado de la combinación de varios factores: la profundidad de la crisis, el deterioro anímico y la decepción de las masas, la presencia de un liderazgo carismático, la fuerza de su discurso y la impotencia de las elites en el poder (p. 112).*

Desse modo, nossa linha de reflexão sustenta que uma situação de indeterminação e incerteza produz uma ação reativa de busca pela determinação e certeza. A crise da democracia e do governo abre espaço aos discursos populistas, a decepção coletiva à necessidade da transcendência, da mudança a qualquer custo. Fromm (1941) já afirmava que ‘La búsqueda compulsiva de la certidumbre, tal como la hallamos en Lutero, no es la expresión de una fe genuina, sino que tiene su raíz en la necesidad de vencer una duda insostenible’ (p.101). Nesse caso, o que explica esse comportamento de busca de uma certeza enraizada não seria a fé, mas a tentativa de aplacar a insustentabilidade da dúvida, o mal-estar afetivo diante da incerteza. Wilson (1973) segue o mesmo enunciado.

*A la vista de lo anterior, se puede afirmar que las actitudes conservadoras desempeñan una función defensiva respecto de hechos o situaciones amenazantes para el sujeto. Wilson afirma que existe una relación uno a uno entre actitud conservadora y fuente de amenaza que la provoca. Así, por citar sólo a algunas, el temor a la muerte, a la gente desconocida, a la anomia, a las decisiones y a la complejidad determinarán respectivamente la aparición de las siguientes actitudes conservadoras: dogmatismo religioso, etnocentrismo, autoritarismo, moralidad rígida y convencionalismo (SABUCEDO, 1985, p. 88).*

Compreende-se assim que a adesão ao discurso fundamentalista, dogmático e autoritário se dá como meio de busca por uma regulação psicossocial numa situação de desregulação que a crise incitou. Uma defesa, um estrato, um escudo, uma prótese psíquica (KAËS, 1979a) contra o mal-estar, a impotência e desamparo sentidos neste momento. Portanto, como emerge enquanto tentativa de regulação afetiva, consideramos que se refere mais a esta dimensão, do que a cognitiva. Tal como supracitado, refere-se menos a uma medida de conteúdo, e mais a uma de estilo, de funcionamento. Por isso que não podemos explicar a adesão aos fundamentalismos por um suposto déficit cognitivo ou baixa formação escolar. Por exemplo, os denominados terroristas não têm baixa formação, nem deficiências mentais (SUNSTEIN, 2009), bem como os extremistas de direita (KLANDERMANS & MAYER, 2006), os quais muitos possuem boa formação. No cenário brasileiro, os eleitores da extrema-direita possuem formação, renda e acesso às notícias e informações acima da média geral brasileira. Por isso que é muito difícil, senão impossível, conversar, dialogar, ou convencer um fundamentalista, ou fascista, com argumentos racionais e sensatos. Pois sua conduta é mais tributária de aspectos afetivos, passionais, do que racionais.

Para ampliar a leitura sobre os fundamentalismos, fazemos uma articulação entre conduta fundamentalista e a adesão a discurso ideológico, por compreendermos que se trata do mesmo funcionamento. Para R. Kaës, a ideologia, independentemente de seu conteúdo significante, cumpre essa mesma função de regulação para os coletivos sociais. Entretanto, o psicanalista francês afirma que o discurso ideológico, ao mesmo tempo em que desempenha essa função, pode afastar o coletivo do real, pois nega a ordem do tempo e da diferença. ‘La ideología se produce en el grupo como cubierta narcisista y como superficie de protección contra el ataque del padre rechazado e invocado: ocupa su sitio y su lugar. Esa es, por cierto, su función: ser una pantalla’ (1979b, p. 47). Portanto, a ideologia oferece uma tela, um filtro, de proteção e defesa à ameaça, pois sobrecodifica o real a partir do conteúdo do imaginário coletivo do pequeno grupo. Assim, o real não é lido a partir de sua complexidade e multiplicidade, senão pelos códigos instituídos pela ideologia do coletivo.

Constata-se também nessa citação que Kaës adiciona mais uma função para a ideologia, não apenas se referindo à defesa. Para ele, além de ser um filtro diante possíveis ameaças, a ideologia proporciona uma espécie

de *contrato narcísico* (KAËS, 1997). Podemos afirmar que a crise, além de gerar incerteza, também ataca a própria autoestima dos membros de um coletivo, diminuindo-a. Assim, o discurso ideológico compartilhado por esse coletivo, não apenas consolida uma explicação sobre os fatos vividos, mas também cria uma identidade em comum. Esta identidade coletiva pode restituir a autoestima perdida, a partir do estabelecimento de um novo lugar para cada membro, resultante deste contrato narcísico. Por conseguinte, pode-se articular este contrato narcísico com a exaltação da própria identidade coletiva, atualmente expressa por movimentos conservadores e fundamentalistas, seja no Brasil ou no mundo. Por exemplo, a adoção das cores verde e amarela da camiseta da seleção brasileira de futebol aparece como marca emblemática dos movimentos conservadores e extremistas de direita. Tal fenômeno está generalizado nos inúmeros nacionalismos propagados com ênfase e afirmação ao redor do planeta. Então, a conduta fundamentalista não se refere apenas à uma eliminação do caos, da incerteza e do desamparo, mas também na euforia e exaltação de compartilhar um espaço coletivo com outros iguais. A satisfação do pertencimento a um todo maior que coloca o indivíduo, anteriormente isolado, em outro patamar. Contudo, nessa modalidade de funcionamento, a exaltação da própria identidade coletiva implica na depreciação do outro diferente. O macho heterossexual falocêntrico se coloca como superior sobre as mulheres e outras minorias sociais. Erige-se uma suposta e relativa superioridade de uma religião sobre a outra, seja com os fundamentalistas islâmicos com sua *Jihad*, guerra santa, ou evangélicos fundamentalistas que atacam e depredam terreiros de umbanda. Quaisquer traços identitários do coletivo fundamentalista são representados como superior aos dos outros.

Nesse sentido, Kaës insere um último elemento produzido pela ideologia/fundamentalismo, o qual é trabalhado por uma série de autores sobre o populismo, como E. Laclau (2005) e A. Dorna (2012): o antagonismo e a divisão entre endogrupo e exogrupo:

Construída como defesa contra las angustias psicóticas suscitadas por la situación de grupo y el señalamiento de un enemigo peligroso, la ideología tiene por función identificar a éste, fijarlo y combatirlo mediante la construcción de un cuerpo grupal capaz de incorporar, unificar, repeler, atacar y defender el objeto-grupo depositario del narcisismo y de las partes buenas de cada cual (KAËS, 1979b, p. 66).

A ideologia possui importante papel para a produção de uma fronteira e um interno grupal. Mas para a fixação dos seus próprios limites, é criado um fora. E nesse fora são depositados todos os aspectos negativos, ou a culpa pelo mal-estar existente. Este fora, este outro, passa a ser o depositário de todas as vicissitudes vividas. Então, para os grupos conservadores e bolsonaristas no Brasil, a culpa pelos percalços no Estado é do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ou dos socialistas que tomaram o poder do Estado por supostamente ‘três décadas’ no País. Os fundamentalistas evangélicos atacam a questão da diversidade sexual, atribuindo a este discurso a fratura das famílias. Assim criaram uma grande cruzada pela restituição da ‘moral e dos bons costumes’ para a sociedade. Moral e bons costumes que são sinônimo da restituição da família patriarcal, falocêntrica e monogâmica.

Em síntese, compreendemos que o mecanismo ideológico e fundamentalista:

(...) se constituye y consolida a partir: 1º, de la acentuación maniquea de lo Bueno y lo Malo, que es resultado de la escisión; 2º, del señalamiento de las similitudes, que permite unificar, identificarse y luchar contra la fragmentación; 3º, de la reducción de las oposiciones internas amenazadoras para el mantenimiento del ideal, y 4º, de la cohesión imaginaria del cuerpo grupal unificado. Sobre éste, ningún daño castrador es tolerable. Los mecanismos de la renegación y el rechazo hacen su economía y aseguran su eficacia (KAËS, 1979b, p. 68).

Então, a produção de um inimigo, como bode-expiatório (PICHON-RIVIÈRE, 1980), é um dos principais combustíveis para o coletivo fundamentalista. Aquilo que não se encaixa no seu dogma deve ser combatido, ou mesmo, eliminado. Nesse sentido, o discurso fundamentalista, e propriamente o ideológico, cria uma fratura na sociedade, numa cisão em dois polos. Erige-se uma divisão que culmina na polarização social na qual vivemos hoje em dia. E evidentemente o coletivo fundamentalista assume para si todo o monopólio sobre a verdade (DONO, ALZATE, SEOANE & SABUCEDO, 2018). E não importa quem deve ser o inimigo. O aliado de ontem pode ser o antagonista de hoje, tal como ocorreu com a fratura do movimento bolsonarista com os jornalistas da mídia da direita política, ou até mesmo com o Movimento Brasil Livre (MBL).

Portanto, para o surgimento dos fundamentalismos constatamos que há a seguinte trajetória. Primeiro, a crise, que pode ser de quaisquer espécies. Segundo o sentimento de desregulação, desamparo, incerteza, impotência. Terceiro, a necessidade de adesão a um discurso totalizado, tal como uma ideologia, e fixar-se nele como um dogma, um fundamento, uma bíblia. Quarto, a constituição de uma identidade coletiva que proporciona um aumento da autoestima e do narcisismo grupal e individual. E finalmente, a criação de um inimigo, que geralmente são todos aqueles que se opõem ao discurso fundamentalista que determinado grupo difunde e defende.

Desse modo descrevemos como o fundamentalismo e conservadorismo não são apenas fenômenos sociais e políticos; são inextricáveis à sua dimensão psicológica, sobretudo afetiva. Não se referem primeiramente ao conteúdo significativo de determinada ideologia, mas ao tipo de funcionamento que se mantém com ela. Ao tipo de adesão que gera uma ancoragem intensa que se faz com o conjunto de enunciados, produzindo um dogma inquestionável, numa postura praticamente religiosa. Por isso essa modalidade de conduta gera uma fixação de intensa magnitude e é difícil fazer com que um fundamentalista escute e aceite um argumento contrário ao seu dogma se se opera apenas na dimensão cognitiva.

## MODELO PSICOPOLÍTICO DOS POSICIONAMENTOS DOS COLETIVOS SOCIAIS

Para discutir melhor o funcionamento da conduta fundamentalista e conservadora citamos o modelo da cartografia psicopolítica dos distintos posicionamentos dos coletivos sociais (HUR & SABUCEDO, 2019). Esse modelo, pautado numa articulação entre saberes de autores de distintas correntes teóricas, a saber: Pichon-Rivière, Bion e Deleuze & Guattari (Figura 1), busca visibilizar, a partir da relação indissociável entre contexto, cognição e afeto, qual é a localização que determinado coletivo social ocupa no momento investigado, entre posturas mais autoritárias às mais democráticas.

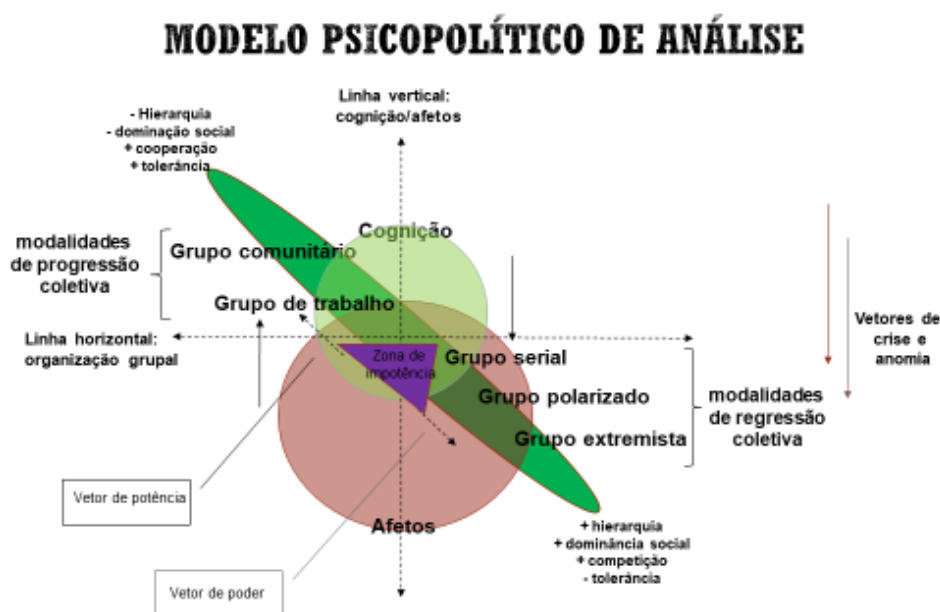


Figura 1: Cartografia psicopolítica dos posicionamentos de coletivos sociais.

Nesse esquema, os afetos influenciam de maneira determinante as operações do pensamento e a conduta do grupo, podendo tanto obnubilá-lo, como potencializá-lo. Por exemplo, afetos considerados negativos, como a tristeza, podem fazer com que a ação do coletivo se despoticize, gerando modalidades de regressão coletiva. Já afetos considerados positivos, como a alegria, no sentido espinosano (DELEUZE, 2002), podem catalisar o potencial de ação e realizações do corpo coletivo. Por isso que o vetor de forças direcionado à diagonal esquerda refere-se à 'potência' e o vetor direcionado à diagonal direita ao 'poder' (HUR, 2016). Assim paixões e ações são determinantes para os tipos de posicionamentos que os coletivos virão a se situar dependendo das configurações de forças atuantes, sejam as sócio-políticas e psíquicas.

Se houvesse um ponto zero, um marco inicial de localização do coletivo, este seria o que denominamos como zona de impotência, um umbral de certa indeterminação que tem a tendência a levar a condutas mais primitivas. Isso

é similar ao que Pichon-Rivière (1980) propõe sobre o funcionamento dos grupos que investigou. Para o psicólogo social argentino, um coletivo sempre passa por um certo estado de regressão, atualizando um certo funcionamento primitivo, dicotômico, que ele denomina como pré-tarefa. Mas na medida em que possa haver elaboração do vivido, pode ocorrer uma ruptura, um salto, para um funcionamento mais sofisticado, denominado por ele como tarefa.

Dessa forma, da zona de impotência inicial, o grupo pode seguir o vetor diagonal à direita, ou à esquerda. Se sofre uma angústia, ansiedade intensa<sup>2</sup>, afetos negativos, o processo pode se paralisar e sua cognição funcionar de um modo mais primitivo. Assim o coletivo pode assumir a tendência de se deslocar para a diagonal direita, atualizando modos de regressão coletiva. Denominamos a primeira dessas modalidades como grupo serial, numa clara alusão à distinção que o filósofo Sartre (1963) faz da serialidade do grupo em fusão. O grupo serial, tal como uma fila, consubstancia-se por um coletivo em que os membros estão de certa forma isolados, e os outros lhe importam apenas no que se refere ao lugar que ocupam na série em si.

Por outro lado, afetos positivos podem potencializar as capacidades e a cognição do coletivo, fazendo com que se desloque para a diagonal esquerda, vindo constituir-se como um grupo de trabalho. Esse movimento, mais amparado na potência da realização, do que no poder da submissão, é considerado como uma modalidade de progressão coletiva. Nele, há uma práxis que produz uma prevalência das relações de cooperação, solidariedade, tolerância e abertura à diferença, ao invés da competição e intolerância. Em sua intensificação, esse grupo de trabalho pode se posicionar ainda mais à esquerda atualizando uma lógica comunitarista, de autogestão, com diminuição da hierarquia e de relações de dominância social.

Contudo, o cenário psicopolítico brasileiro não se refere a esse posicionamento de progressão coletiva. A expressão da crise, do desamparo e sensação de anomia fazem com que haja um transbordamento afetivo e uma precariedade cognitiva que necessitam de uma contenção de urgência. Assim, a fixação no dogma e nas posições dicotômicas, faz com que os coletivos sociais transitem para a diagonal à direita, não no grupo serial, mas ultrapassando-o, situando-se no grupo polarizado (Figura 2). Por isso que as posições fundamentalistas e conservadoras se difundiram com tal magnitude, pois cumprem essa função psicopolítica de regulação.

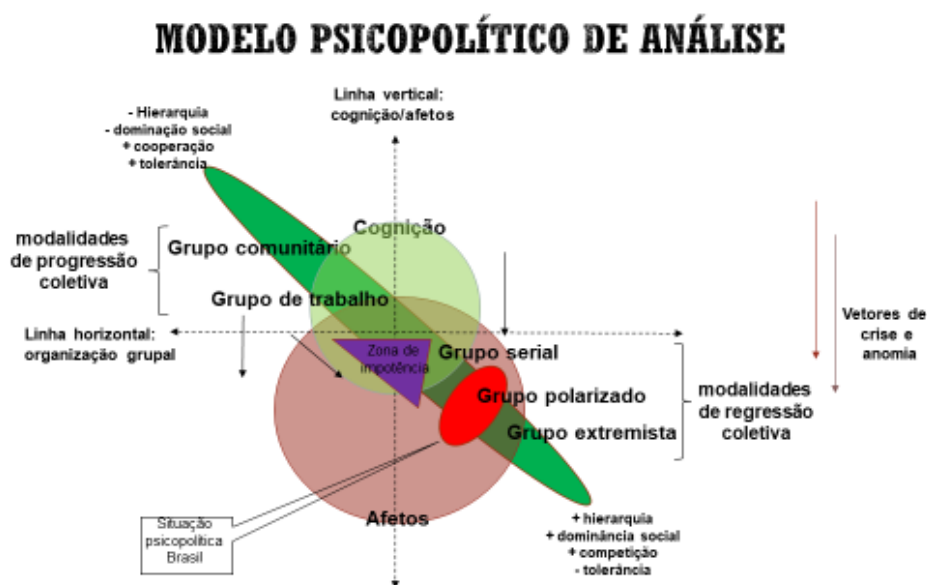


Figura 2: Cartografia psicopolítica dos posicionamentos de coletivos sociais.

Dessa forma há uma grande polarização social entre dois posicionamentos gerais, que fazem com que a sociedade brasileira fique dividida, fraturada. Há a prevalência de um discurso binário, afetos exacerbados, antagonismo e combate ao outro inimigo, como supracitado. Por outro lado, ainda não se chegou a uma divisão radical, a ponto que nos situemos no grupo extremista. E deve-se ressaltar que, atualmente, após a crise instaurada pelo presidente do País, este perdeu muita adesão e desintensificou a polarização no país, por mais que ainda seja intensa.

2 Hur e Sabucedo (2019) discutem de modo mais detalhado os distintos vetores que a ansiedade e a ira podem assumir, não sendo necessariamente paralisantes e regressivos.

Nesse sentido, vemos como um grande desafio para a Psicologia Social e Política, como fazer, a partir de nossos dispositivos teóricos e de intervenção, com que a sociedade brasileira transite dessa diagonal direita, do grupo polarizado, que se fixa em posturas fundamentalistas e conservadoras, para a diagonal esquerda. Num movimento que alcance ao menos o grupo de trabalho, visto que o grupo comunitário é uma Utopia Ativa, ainda bastante longe de ser alcançada. Obviamente perceberemos que a ação da conscientização, da difusão da informação, por mais que seja necessária, não é suficiente. Por isso a importância da criação de dispositivos de intervenção que manejem os afetos, os investimentos desejantes, as formações e fantasias imaginárias que mantêm as pessoas e coletivos presos no desamparo, na crise e na incerteza, a tal ponto que preferem manter-se fixas numa adesão intensa a dogmas fundamentalistas e conservadores, do que na experiência de fruição do turbilhão intenso do real. Assim, defendemos a elaboração de dispositivos psicopolíticos que estejam comprometidos com processos de diálogo, mediação e construção de uma cultura de paz e convivência. E que atuem, obviamente, não como uma nova moral, ou dogma, mas sim a partir de forças que operem com a produção e potencialização da vida e dos coletivos sociais, num autêntico exercício generalizado de autoanálise e autogestão.

## REFERÊNCIAS

---

- ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWICK, E.; LEVINSON, D.; SANFORD, N. *Personalidad autoritaria* [1950]. Buenos Aires: Proyección, 1965.
- ALTEMEYER, B. *The Authoritarian Spectre*. Cambridge: Harvard University, 1996.
- DELEUZE, G. *Espinoza: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. v. 3. São Paulo: Ed 34, 1996.
- DONO, M.; ALZATE, M.; SEOANE, G.; SABUCEDO, J.M. Development and validation of the Monopoly on Truth Scale. A measure of political extremism. *Psicothema* v. 30, n. 3, p. 330-336, 2018.
- DORNA, A. La renovación neo-populista del Frente Nacional en Francia. *Psicología Política*, n. 43, p. 107-129, 2011.
- DORNA, A. *Fait-il avoir peur de l'homme providentiel?* Paris: Bréal, 2012.
- EYSENCK, H. J. *The psychology of politics*. London: Routledge and Kegan Paul Ltda, 1954.
- FROMM, E. *El miedo a la libertad* (1941). Buenos Aires: Paidós, 1981
- HORKHEIMER, M. (org.). *Studien über Autorität und Familie* [1936]. Schriften des Instituts für Sozialforschung, 1963.
- HAN, B. C. *La sociedad del cansancio*. Barcelona: Herder editorial, 2013.
- HUR, D. U. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. *Mnemosine*, v.12, n. 1, p. 210-232, 2016. Acesso em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41669>>.
- HUR, D. U. *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. Campinas: Alínea, 2018.
- HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M. Contribuciones de la Concepción Operativa de Grupo de Pichon-Rivière a la Psicología Política Latinoamericana. *Athenea Digital*, v. 19, n. 2, p. 1-26, 2019.
- KAËS, R. *Crisis, ruptura y superación*. Buenos Aires: Ed. Cinco, 1979a.
- KAËS, R. *Crónica de un grupo*. Barcelona: Gedisa, 1979b.
- KAËS, R. *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica de grupo*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.
- KLANDERMANS, B. & MAYER, N. (eds.). *Extreme right activists in Europe: through the magnifying glass*. London: Routledge, 2006.
- LACLAU, E. *La razón populista*. Buenos Aires: FCE, 2005.
- LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições SESC; n-1, 2014.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo* (1933). São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ROKEACH, M. *The open and closed mind*. New York: Basic books, 1960.
- SABUCEDO, J. M. *Autoritarismo y actitudes socio-políticas*. Santiago de Compostela: Obradoiro de encuadernación, 1985.
- SANFORD, N. Authoritarian personality in contemporary perspective. In J. Knutson (org.). *Handbook of Political Psychology*. San Francisco: Jossey-Bass, p. 139-170, 1973.
- SARTRE, J. P. *Crítica de la Razón dialéctica*. Buenos Aires: Ed. Losada, 1963.
- SUNSTEIN, C. *Going to extremes: how like minds unite and divide*. New York: Oxford University Press, 2009.
- WILSON, G. D. *The psychology of conservatism*. New York: Academic Press, 1973.







# NOTAS SOBRE PALHAÇOS SÉRIOS: OS CASOS DE LUÍS BONAPARTE E BOLSONARO

Deivis Perez<sup>3</sup>

Ruchelli Stanzani Ercolano<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

---

Este texto nasceu da interlocução encetada na mesa redonda nomeada *Contribuições do Materialismo Histórico Dialético para a confrontação das explorações e violências*, realizada como parte das atividades do XIV Encontro da Regional São Paulo da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), e que teve continuidade nos diálogos e análises do Grupo de Pesquisa Marxistas em Educação e Psicologia, vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP) e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Vale mencionar que o exame contextual ora registrado foi produzido no ano de 2020, momento em que já era possível identificar as ações de administrações situadas no âmbito do poder executivo e constituídas por representantes da extrema direita brasileira que em 2019 assumiram inúmeros governos estaduais do país e, principalmente, etapa em que observamos os resultados do primeiro biênio de uma presidência de caráter autocrático, cujo mandatário principal, com inegável desfaçamento, frequentemente manifestava a sua admiração por ditadores, nazistas, fascistas e escorralho análogo.

As anotações que seguem são os registros preambulares sobre as possíveis relações entre a elevação ao poder de Luís Bonaparte na França do século XIX, conforme registrado por Karl Marx (1851/2011), e a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2019, ambos amplamente apoiados pelas burguesias locais, animados pelo lema *propriedade, família, religião e ordem* e embebidos pela suposta incumbência de livrar a suas respectivas sociedades da desordem, do socialismo e do comunismo.

## OS PALHAÇOS SÉRIOS QUE TOMAM AS SUAS HISTÓRIAS COMO A HISTÓRIA UNIVERSAL

---

No ano de 1869, Karl Marx redigiu na cidade de Londres o seu prefácio à segunda edição de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* em que nos asseverava que a luta de classes sob o capitalismo oportuniza as condições históricas

3 Doutor em Educação pela PUC-SP - <http://lattes.cnpq.br/6409892014093401> - [deivis.perez@unesp.br](mailto:deivis.perez@unesp.br)

4 Doutoranda em Psicologia pela UNESP - <http://lattes.cnpq.br/3138977945818737> - <https://orcid.org/0000-0001-6268-3247> - [ruchelliercolano@gmail.com](mailto:ruchelliercolano@gmail.com)

necessárias ao surgimento de certa categoria singular de protagonistas políticos, os quais se apresentam como heróis, líderes supostamente respeitáveis ou não, extensivamente celebrados e apoiados pela burguesia e que, verdadeiramente, são déspotas, diligentemente dedicados ao manejo do Estado no sentido da execução dos mais sórdidos interesses da classe que os apoia. Na prática o que se verifica é que, perante quaisquer limitações ou constrangimentos à realização dos seus lucros e da exploração das demais classes em face, a burguesia admite voluntariamente ser alijada da gerência imediata da máquina estatal hodierna e a entrega ao mais vulgar dos desclassificados, a quaisquer abominações sociais e políticas, aos vermes autoritários e sanguinários. A contrapartida é que se mantenha liberta para “[...] sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados” (MARX, 1851/2011, p. 123), ainda que, para garantir este devotamento exclusivo ao seu convulso mercadejar, seja inescusável destruir ou inutilizar os valores, as instituições, as liberdades e os direitos civis e políticos em contradição com os interesses classistas burgueses.

É exatamente o itinerário acima delineado que Marx registrou em suas examinações sobre as revoluções desencadeadas a partir de 1848 no curso da segunda república da França e, mais específica e profundamente, a datar do golpe de Estado praticado contra o povo francês por Luís Bonaparte em dezembro de 1851. Em síntese, a classe trabalhadora francesa percebeu que não seria alcançada pelo conjunto de avanços civilizatórios vocalizado pela burguesia desde a Revolução Francesa. A vivência num mundo de igualdade, liberdade, propriedade e justiça para todas as pessoas não estava reservada aos trabalhadores e aos seus pares, familiares e descendência. A burguesia revolucionária francesa de outrora se tornou uma classe reacionária, única e firmemente ativa para sustentar e assegurar a sua preeminência, os seus apanágios e o seu controle sobre as demais classes, em especial no que diz respeito à classe trabalhadora. De acordo com Marx:

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado ‘socialistas’. (MARX, 1851/2011, p. 80, *grifos do autor*)

É possível depreender dos escritos marxianos que a liberdade, a igualdade, a fraternidade e o direito à propriedade, demandados agora pelas classes trabalhadoras, se metamorfosearam, isto é, foram deslocadas da condição de valores universais e de mais elevados objetivos a serem granjeados pelas sociedades capitalistas para o fundamento das mais graves ameaças e dos amedrontamentos experimentados pela burguesia defronte da possibilidade de supressão do seu ideado modo de vida por causa da inclusão dos trabalhadores na ambiência privilegiada forjada sob o capitalismo. Era preciso impedir a qualquer custo o avanço das movimentações de trabalhadores e a fantasmal cominação socialista representada pelos trabalhadores organizados e em luta.

A maneira de desenredar a grave crise social e política em que reprofundou a república francesa foi propalar entre a população o terror firmado sobre o desarranjo societário que representaria o avanço dos socialistas e, por intermédio do sufrágio, ensejar o protagonismo político de Luís Bonaparte, supostamente sobrinho de Napoleão, um militar indigno, desprezível, desabonado e desqualificado, capatázio de gatunos, rapinadores e delinquentes, sempre pronto a se aproveitar e abusar das pessoas modestas e dos trabalhadores. E Bonaparte se fez útil e funcional à burguesia porque era altamente capaz de provocar e entusiasmar a população com os seus discursos moralistas em defesa da propriedade, família, religião e ordem em contraposição à desordem e anarquia que representavam os socialistas e os comunistas, considerados malditos inimigos da sociedade, os quais deviam ser mortos. Cumpre notar que sob o ordenamento de Luís Bonaparte “toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como **atentado contra a sociedade** e estigmatizada como **socialismo**” (MARX, 1851/2011, p. 35, *grifos do autor*).

Foi este Bonaparte, com os seus obstinados apelos à tranquilidade e à união do país, que se tornou o herói da burguesia gaulesa. Ele não viu embaraço em perseguir políticos, membros do clero e intelectuais hipoteticamente identificados com os comunistas, bem como não hesitou em encerrar compulsoriamente o trabalho de setores da mídia críticos à sua atuação. E foi em meio à auto exaltação que ele coibiu manifestações sociais contrárias aos abusos e



violências praticadas pelo estado na defesa dos interesses da burguesia e do seu processo de expansão de privilégios. E, não se deve esquecer, tudo foi praticado e justificado em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem.

A burguesia francesa pôs à vista que o estado moderno nada mais é que uma forma de si mesma e do capitalismo. Dito de outra maneira, a *forma mercadorial*, esta divindade criada e cultivada com esmero pelos burgueses, é que delinea e modela a *forma poder político estatal*, a qual, por sua vez, assegura que o trabalho submeter-se-á continuamente e sem cessar ao capital, logo, que os trabalhadores, de maneira interminável, seguirão subalternizados pela burguesia, que se encontra preservada pelas *formas jurídicas* e, se estas fraquejarem, amparada e vigorosamente protegida pelas *formas coercitivas*. Assim, não importam quais pessoas ou grupos façam transitivamente o manejo do poder político nacional e a gestão da maquinaria estatal, eles invariavelmente responderão aos interesses concretos da burguesia, já que dela efluem rigorosamente todas as estruturas e instituições constitutivas do ordenamento do estado hodierno (poderes judiciário, executivo e legislativo, forças armadas etc.) e suas ramificações e segmentos.

A conservação histórica desta realidade foi exteriorizada outra vez no Brasil do século XXI, com a ascensão de uma figura semelhante à Luís Bonaparte: Jair Bolsonaro. Isto depois de o país testemunhar o advento de Luiz Inácio Lula da Silva, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) e o primeiro mandatário do poder executivo nacional originário das classes empobrecidas. Em síntese, Lula, bem como a sua sucessora, companheira de PT e aliada Dilma Rousseff, na administração do estado brasileiro, realizaram entre 2003 e meados de 2016 sucessivos governos marcados pela busca da conciliação de classes sustentada num forte crescimento econômico nacional manifestado por indicadores como: a) o representativo impulso do Produto Interno Bruto (PIB) do país, que foi de 508 bilhões de dólares em 2002 para 1,8 trilhões de dólares em 2015 (último ano integralmente percorrido sob um governo federal do PT); b) o progresso no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi de 0,649 no princípio do primeiro governo Lula para 0,755 no final da gestão da presidenta Rousseff; c) o avanço no ranking global das economias do planeta, conforme dados do Banco Mundial, que informou que o Brasil foi da 13ª em 2002 para a 6ª posição em 2011; d) a redução da pobreza e da miséria, acompanhada do aumento no número de anos de escolarização das crianças, ocorridos em grande parte em função da elaboração ou fomento de programas sociais, conforme sinalizou relatório da Organização das Nações Unidas publicado em 2015 sobre IDH e empobrecimento da população mundial; e) a ampliação dos ganhos da grande burguesia brasileira, com destaque para os setores financeiro e bancário, mas que também contemplou inúmeros segmentos da indústria e do comércio locais.

O Brasil como país protagonista do capitalismo global irrompia, a despeito da histórica maquinação subordinada da burguesia local aos interesses do grande capital estrangeiro. Este cenário plausível veio acompanhado de promessas e ações no sentido da inclusão no orçamento estatal das classes trabalhadoras, em especial dos seus segmentos empobrecidos, por intermédio do planejamento e execução de políticas públicas de ampliação do acesso aos programas socioeconômicos governamentais; elevação do salário e da renda, estímulo à aquisição de bens de consumo duradouros; redução das taxas de desemprego favorecida pela dinamização da economia; facilitação do acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social; entre outras.

Analogamente ao observado nos acontecidos na França de Luís Bonaparte, séculos depois, no Brasil de Lula e Dilma houve o crescimento das demandas populares por igualdade, distribuição das riquezas do país, justiça social e, por assim dizer, inclusão no *ethos* de consumo e das vantagens reservadas à burguesia local. A progressão do PIB brasileiro associada a mais uma crise do capitalismo mundial, iniciada em 2008, esbandalhou a estratégia conciliatória de classes de Lula, do seu partido político e da sua colaboradora e continuadora, os quais desconheciam ou menosprezaram os ensinamentos históricos do marxismo que sinalizam que o capital somente pode ser caracterizado como tal quando se encontra em situação de progressivas expansão e acumulação. A crise global precipitou a necessidade de a burguesia, seja local ou estrangeira, assenhorear-se das riquezas nacionais e tomar para si os recursos obtidos pelas classes trabalhadoras. E isso se desenrolou por intermédio da privatização das empresas públicas e patrimônios nacionais, da retirada dos direitos sociais da população, da eliminação das leis de proteção aos trabalhadores, do mingamento dos recursos investidos e da drástica limitação das responsabilidades legais do Estado nas áreas da saúde, previdência e seguridade social, educação e ciência.

A estratégia de atuação da burguesia no Brasil não foi diferente daquela registrada na França de outrora. No caso do nosso país, a astúcia e a racionalidade burguesas inventaram uma crise política, centrada inicialmente

numa presumida luta contra a corrupção acuradamente direcionada aos principais integrantes do PT, incluindo Lula e Dilma, que foi capaz de reunir parcelas do empresariado financeiro, industrial e comercial, lideradas pelas grandes organizações midiáticas burguesas brasileiras. A intrujice foi viabilizada pelo poder judiciário com o apoio da polícia federal, e contou com o gradual, mas crescente, esteio de segmentos societários compostos por incautos, cínicos, ressentidos e desonestos sempre prontos a repetir o enfadonho mantra difundido pela mídia oligárquica brasileira e seus aldrabões jornalistas: Lula ladrão! O PT roubou!

A fraude foi completada por intermédio da fabricação do pânico econômico entre a sociedade, assentado sobre a vesânica presunção de que o PT e os seus aliados teriam levado o país à insolvência fazendária e que as esquerdas políticas, encabeçadas por Lula, teriam orquestrado uma revolução socialista, firmada no apoio do governo cubano e que se consubstanciaria alicerçada na capacidade bélica de médicos-guerrilheiros enviados por aquele país ao Brasil e que aqui permaneceram dissimuladamente atuando num programa nomeado *Mais Médicos*, dedicado ao atendimento da população pauperizada. Igualmente ao que testemunhou Marx na França, aqui também tivemos um golpe de estado, no ano de 2016, contra Dilma Rousseff, que recebeu feições de naturalidade pelos poderes legislativo e judiciário, encarnados pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal.

O embuste do caso brasileiro prosseguiu e se completou, trilhando o itinerário visualizado por Marx mais de 150 anos atrás, por meio do recurso à democracia plebiscitária, em todo o tempo eficiente para conferir legitimidade ao processo que iniciou no golpe e, mormente, justificar o ascendimento à presidência da república de alguém disposto, da mesma maneira como fez Bonaparte, a assolar e devastar os movimentos sociais populares de trabalhadores, destruir as instituições estatais e as esferas societárias, burguesas ou não, excessivamente animadas a democracia liberal e com as suas episódicas leis protetivas da classe trabalhadora, além dos seus possíveis freios à vandalização das riquezas do país. Notou-se no Brasil que a burguesia permitiu ao ex-presidente Lula manejar o estado pelo tempo em que foi útil. Agora, conforme disse Marx (1851/2011), no momento em que a burguesia pretendeu realizar os seus lucros e ampliar a concentração das riquezas em suas mãos, novamente para salvar a sua bolsa não houve hesitação para se entregar a coroa.

E quem a burguesia brasileira antepôs para conduzir o poder político é conhecido: Jair Bolsonaro. A correspondência com o caso francês surpreende. Analogamente a Bonaparte, aqui a preferência foi por um militar de segunda categoria, desprezado por seus pares e considerado um insubordinado pelos seus líderes no exército, os quais o convidaram a deixar a corporação. Tornou-se um parlamentar medíocre, sem nenhum destaque e excessivamente inábil para aprovar um único projeto ao longo da carreira. Este inepto foi alçado à condição de presidente da república e, com perturbadora equivalência em relação a Bonaparte, foi erguido politicamente bradando o seu ódio contra os socialistas e comunistas, repetindo ritualisticamente que era necessário proteger a propriedade, a família, a religião e defender a ordem. Jair Bolsonaro, o herói da burguesia, ganhou o epíteto de *mito*. E, seja dito de passagem, um desclassificado defensor de torturadores e estupradores.

O momento de reordenamento do capitalismo mundial pareceu demandar que o Brasil retomasse a sua posição de subordinação na ordem mundial. Não obstante a isso uma parcela da burguesia nacional seguiu o seu avanço no processo acumulativo e expansivo das suas riquezas. Bolsonaro, identicamente a outros governantes ao longo da história, se fez conveniente ao capitalismo e à sua classe porque esteve (e continua) disponível para praticar as selvagerias sociais, econômicas e políticas necessárias à consecução dos interesses burgueses. Os religiosos, cristãos, em sua maioria (neo)pentecostais e católicos-carismáticos, justificaram e conferiram verniz moral à sua bestialidade violenta, homofóbica, misógina, racista e classista. Não importou notar que Bolsonaro era um onagro, parvo, estulto, azêmola, dado que se lançou ao cumprimento do seu papel de presidente alheado de seu povo e do real, mas sêdulo aos interesses da burguesia.

Para Bolsonaro e para os seus amos se aplicam com perfeição as palavras de Marx acerca de Luís Bonaparte, da França e da sua burguesia:

No momento em que a própria burguesia passou a encenar a mais completa comédia, ainda que com insuperável seriedade, sem violar nenhuma das condições pedantes da etiqueta dramática francesa, ela própria meio iludida e meio convencida do caráter solene das suas grandes ações oficiais, teria de triunfar o aventureiro que encarava essa ação como pura comédia. (MARX, 1851/2011, p. 92)

Noutros tempos e naquele local, Bonaparte, nesta nação e contemporaneamente, Bolsonaro. Ambos, em sintonia com o enunciado de Marx (1851/2011): palhaços sérios, cada um ao seu feitio, que deixaram de tomar a história universal como comédia e passaram a ver as suas comédias como histórias universais.

Cumpre notar que Luís Bonaparte alargou a sua permanência no poder de 1851 até 1870. Um alerta histórico para as pessoas do país de Bolsonaro, mas também uma oportunidade nesta quadra histórica para a atuação e o engajamento com a mobilização das classes trabalhadoras, bem como, no tocante às pessoas que são profissionais, estudantes ou pesquisadoras da área da Psicologia Social, uma etapa que nos demanda para a atividade dirigida às lutas coletivas contra o cruento, indecoroso, o aviltante e o desonesto. E, não há dúvida, vamos prevalecer e iremos nos orgulhar desta luta! E tencionando superar o capitalismo ela deve ser feita sob a simbólica cor vermelha, alusiva ao sangue espargido dos trabalhadores que nos últimos séculos pelejaram contra o malévolo, o perverso e o desumano. O vermelho que há tempos representa os comunistas e toda a classe trabalhadora que batalha contra odientos como Bonaparte, Bolsonaro e os seus apoiadores, tão somente lacaios que se voluntariam às mais diversas abominações em nome da exploração das massas de pessoas por minorias comprometidas com a burguesia e com o capitalismo. Contra todos estes, o lindo vermelho dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

---

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 1848. Trad. Álvaro Pina, São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. 1851. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.





# TECNOLOGIA, SUBJETIVIDADE E AUTORITARISMO: FERRAMENTAS PARA FORJAR NOVAS POSSIBILIDADES<sup>5</sup>

Deborah Christina Antunes<sup>6</sup>

*[...] a menos que preferamos a descentralização e o emprego da ciência aplicada, não como o fim a que os seres humanos deverão servir de meios, mas como o meio de produzir uma raça de indivíduos livres, teremos apenas duas alternativas: ou diversos totalitarismos nacionais militarizados, tendo como raiz o terror da bomba atômica e como consequência a destruição da civilização (ou, no caso de guerras restritas, a perpetuação do militarismo); ou então um totalitarismo supranacional suscitado pelo caos resultante do progresso tecnológico [...] totalitarismo esse que se transformará, ante a necessidade de eficiência e estabilidade, na tirania da Utopia. É escolher. Aldous Huxley – Admirável mundo novo, 1946.*

## INTRODUÇÃO

---

Há alguns anos a questão da tecnologia tem perpassado meus estudos, pesquisas e fazeres na Universidade Federal do Ceará. Isso não somente como temática de estudo a qual me dedico desde 2013, mas como ferramenta e aparato da própria realização das atividades laborais às quais me dedico. São disciplinas inteiras registradas no SIGAA, comunicação com as turmas mediada pelo sistema, processos administrativos mediados pelo SEI, e-mail institucional fomentado pelo *Google*, bancas de pós-graduação com avaliadores externos em videoconferências por *Skype*, reuniões da rede de pesquisa Nexos realizadas online via *Hangout*, sem contar os blogs e páginas no *Facebook* dos grupos de extensão e eventos científicos adotados como formas de alcançar um número maior de possíveis interessados.

Embora a tecnologia integre minha vida de forma ubíqua hoje, não faço parte do grupo dos chamados “nativos digitais” – e esses, muitos deles meus alunos têm exponencialmente mais desenvoltura e conhecimento das novidades tecnológicas do que eu. Por sorte, viver na época de transição para o advento da chamada cultura digital me proporcionou suficiente estrutura subjetiva para experimentar com estranhamento múltiplas facetas desse fenômeno. Se no período da minha adolescência era fascinante a ideia de poder conversar via chat em tempo real com pessoas do outro lado do mundo e fazer amizades de outro modo impossíveis, acessar de modo livre

---

<sup>5</sup> O presente ensaio foi desenvolvido a partir das pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa Nexos/NE e dos debates e discussões com seus integrantes e pesquisadores colaboradores. Devo agradecimentos especiais a Rochelly Rodrigues Holanda (UFC), pesquisadora aplicada na busca de novas fontes e interlocutores, e a Ari Fernando Maia (Unesp/Bauru), com quem mesmo a distância mantenho trocas e diálogos nessa temática. Algumas das ideias trazidas aqui, construídas nesses diálogos, não pertencem apenas a mim, mas fazem parte da construção de conhecimento a partir de uma teoria crítica sobre o presente na qual nos engajamos.

<sup>6</sup> Doutora em Filosofia pela UFSCar – <http://lattes.cnpq.br/1065956470701739> – [deborahantunes@gmail.com](mailto:deborahantunes@gmail.com).



uma quantidade inesgotável de livros, músicas, obras diversas, esse fascínio se esgota e abre espaço para a crítica na medida em que os processos do desenvolvimento tecnológico mostram ao que vieram como nova faceta da Indústria Cultural na manipulação das massas através do que considero um crime cibernético contra a humanidade. Lembro que ainda na infância compreendi a ideia de privacidade ao ser informada de que as cartas enviadas a mim não poderiam ser abertas por mais ninguém (a privacidade nos é garantida na legislação!) – e foi com a certeza de que minhas cartas eletrônicas estariam do mesmo modo submetidas à mesma regra que registrei meu primeiro endereço de correspondência eletrônico, em um provedor que hoje não mais existe.

Contudo, com o advento das chamadas *Big Tech*, um conjunto de valores parecem ter se tornado obsoletos, entre eles a própria questão da privacidade – que em seu lugar abriu espaço para a ideologia da transparência, onde aquele que não quer disponibilizar acesso irrestrito sobre sua vida é considerado suspeito, quase um criminoso em potencial. O termo *Big Tech* – em analogia à ganância das grandes empresas de alimentos (*Big Food*), farmacêuticas (*Big Pharma*) e petrolíferas (*Big Oil*) –, nos alerta Morozov (2018), designa as grandes empresas de tecnologia – nomeadamente, as “*Big five*” são *Amazon, Apple, Facebook, Google* e *Microsoft* (COULDRY & MEJIAS, 2019) – e suas agendas compartilhadas de lucro sem limites (e sem ética), anunciadas como a forma mais avançada de tornar a vida mais fácil, segura e confortável. Se Han (2015) argumenta por uma sociedade da transparência na qual há uma mutação tecnológica do panóptico, Turkle (1984; 2004) já havia compreendido décadas antes que a ideia de transparência utilizada pelas empresas de tecnologia aparecia como um engodo, na medida em que não é tudo o que aparece, e a relação entre o que é oculto e o que aparece está na dependência direta do controle de determinadas informações para preservar os setores econômicos – a autora observou isso tão logo a interface dos computadores começou a aparecer mais “intuitiva” exigindo cada vez menos conhecimentos dos usuários (e também dos programadores) a respeito dos códigos, processos e modos de funcionamento da máquina – ao ponto de fazer dos próprios programadores trabalhadores alienados ao perderem de vista o todo do processo de criação dos programas – hoje aplicativos.

A facilidade na utilização dos computadores – que hoje apresentam-se das mais variadas formas não apenas em Desktops e Laptops, mas também nos telefones inteligentes, nos relógios inteligentes, nos óculos inteligentes, nas casas inteligentes, nos automóveis e eletrodomésticos conectados pela internet das coisas – ao mesmo tempo que “democratiza” o acesso da população ao que é produzido pela “humanidade” (e aqui a humanidade estranhamente aparece como aqueles que circulam pelo Vale do Silício), privatiza, jurisdiciona e gerencia informações sobre existências físicas individuais, senão as próprias existências individuais.

Tivemos acesso recentemente ao grande escândalo da *Cambridge Analytica* e sua relação com o uso de dados privados dos usuários do *Facebook* e os resultados desastrosos do Brexit e das últimas Eleições Americanas – para não mencionar sua interferência, de forma reconhecidamente “colonialista” (COULDRY & MEJIAS, 2019), em eleições em diversos países do mundo anteriormente, que não se tornaram escandalosas por fazerem parte da “periferia” do globo. Mas, mesmo antes do escândalo já era possível suspeitar sobre o modo como nossos dados estavam sendo utilizados, na medida em que seus pesquisadores disponibilizaram online artigos onde apresentavam os *Big Data* – ou dados massivos – como ferramenta suprema para conhecer o público, traçar perfis psicológicos, direcionar conteúdos de interesse do mercado e extrair mais-valia (ANTUNES & MAIA, 2018). Na era da cultura digital, o “tempo livre”, que Adorno (1995) denunciou como apêndice do trabalho, torna-se tempo de trabalho em si mesmo, tempo de produção de dados na conectividade 24/7 (CRARY, 2016); porém, ainda trabalho alienado na medida em que é difícil até o reconhecimento de que o que fazemos é trabalho. A alienação a respeito de nossas ações cotidianas e suas implicações no mundo que produzimos, resulta em que utilizamos as ferramentas oferecidas pelas grandes empresas de tecnologia como um “serviço ao cliente” para facilitar nossas vidas, e produzimos com isso dados sobre os quais não temos conhecimento, controle e poder (mesmo quando achamos que estamos sendo “insurgentes”) – e os dados são a mercadoria hoje mais valiosa que há, até mesmo mais valiosa do que o petróleo.

E por que os dados são tão valiosos? Porque capazes de direcionar o futuro da sociedade como um todo, através da utilização da mais tacaña psicologia para a manipulação dos indivíduos conhecidos em suas tendências políticas, medos e sonhos, um a um pela análise algorítmica de suas “pegadas digitais” – eis uma nova forma de autoritarismo capaz de direcionar subjetividades seja para o mercado diretamente, seja para escolhas políticas (invariavelmente também com implicações na economia – no modo de produção e reprodução da sociedade).

## TECNOLOGIA ALGORÍTMICA - UM NOVO ESTÁGIO DA MÍDIA

---

Manovich (2018) considera que estamos no mais novo estágio do desenvolvimento da tecnologia de mídia. Esse estágio, precedido pelos estágios anteriores desde 1430 - reprodução massiva, radiodifusão, cinema, televisão, o uso de computadores para fluxos de trabalho de criação de mídia, *Web* como rede global de criação e distribuição de conteúdo, e plataformas de mídia social - é chamado pelo autor de “análise de mídia” e “Se quisermos datar o estabelecimento das práticas de análise massiva de dados de conteúdo e interação em toda a Indústria Cultural, poderemos escolher 1995 como data de início (primeiros mecanismos de pesquisa na Web) e 2010 (quando o Facebook atingiu 500 milhões de usuários) como a data em que essas práticas amadureceram totalmente<sup>7</sup>.” (MANOVICH, 2018, p. 476 – tradução nossa).

Embora englobe e afete as operações dos estágios anteriores, o presente estágio não enfoca a criação, publicação ou distribuição, mas a análise computacional (pela via dos algoritmos – também conhecida por aprendizado de máquina, mineração de dados e inteligência artificial) de todo conteúdo das mídias digitais – incluindo o comportamento online e o conteúdo das comunicações pessoais na rede. Os dados analisados nesse estágio incluem: a) traços do comportamento online dos usuários – quais páginas foram visitadas, quais links foram clicados, quais postagens foram curtidas e compartilhadas, quais anúncios foram visualizados e clicados etc.; b) traços do comportamento físico – qual a localização geográfica do usuário, qual a data e qual o horário de suas postagens nas redes sociais, em quais locais o usuário conecta seus computadores e demais bugigangas tecnológicas à internet; c) Conteúdos de mídia criados por empresas, como músicas, filmes, livros etc.; d) Conteúdos de mídia criados por usuários de redes sociais, como postagens, conversas, imagens, vídeos etc. (MANOVICH, 2018). É importante que os dois lados da análise de mídia sejam levados em consideração – tanto a análise dos dados dos usuários, quanto dos conteúdos gerados por empresas, pois, de acordo com Manovich (2018, p. 477 – tradução nossa),

As práticas e tecnologias de análise de mídia são empregadas na maioria das plataformas e serviços em que as pessoas compartilham, compram e interagem com produtos culturais e entre si. Eles são usados pelas empresas para selecionar automaticamente o que será mostrado nessas plataformas para cada usuário e como e quando, incluindo atualizações de amigos e conteúdo recomendado. Talvez o mais importante seja que eles estejam integrados a muitos aplicativos e serviços da Web usados não apenas por empresas e organizações sem fins lucrativos, mas também por milhões de indivíduos que agora participam do setor cultural, não apenas como consumidores, mas também como criadores de conteúdo e opinião<sup>8</sup>.

Na época em que Adorno e Horkheimer (1985) escreveram seu fragmento sobre a Indústria Cultural, essa indústria não incluía as interações interpessoais e grupais. Atualmente, contudo, ambas as partes da análise de mídia são a base das novas facetas da “Indústria Cultural global” – para usar um termo de Lash e Lury (2008) – na qual mesmo nossas interações interpessoais e grupais

[...] também se tornaram “industrializados” - influenciados em parte por algoritmos que decidem qual conteúdo, atualizações e informações das pessoas em suas redes serão mostradas. Essas interações também são industrializadas em um sentido diferente - interfaces e ferramentas de redes sociais e aplicativos de mensagens são projetadas com a contribuição de cientistas e designers de UI (interação com o usuário) que testam infinitas possibilidades para garantir que cada elemento da UI, como botões e menus, seja otimizado e projetado para alcançar o máximo de resultados<sup>9</sup>. (MANOVICH, 2018, p. 477 – tradução nossa)

7 No original: “If we want to date the establishment of the practices of the massive analysis of content and interaction data across the culture industry, we may pick up 1995 as the starting date (early Web search engines) and 2010 (when Facebook reached 500 million users) as the date these practices fully matured.”

8 No original: “Media analytics practices and technologies are employed in most platforms and services where people share, purchase, and interact with cultural products and with each other. They are used by companies to automatically select what will be shown on these platforms to each user, and how and when, including updates from friends and recommended content. Perhaps most important, they are built into many apps and Web services used not only by companies and nonprofits but also by millions of individuals who now participate in the culture industry not only as consumers but also as content and opinion creators.”

9 No original: “[...] also become “industrialized” — influenced in part by algorithms deciding what content, updates, and information from people in your networks to show you. These interactions are also industrialized in a different sense—interfaces and tools of social networks and messaging apps are designed with input from UI (user interaction) scientists and designers who test endless possibilities to ensure that every UI element, such as buttons and menus, is optimized and engineered to achieve maximum results.”

A análise dos conteúdos produzidos por empresas (aplicada também aqueles dos chamados criadores de conteúdo – ou precariado (STANDING, 2017) do *Youtube*) conta com o crescente desenvolvimento de tecnologia capaz de analisar não apenas textos, mas imagens, vídeos e músicas. Por exemplo, quando fazemos uma busca no Google, ele nos oferece não apenas resultados textuais, mas também imagens, vídeos, mapas, e anúncios relacionados, cruzando os dois lados da análise de mídia. O resultado disso não é apenas a criação das chamadas “bolhas”, na verdade esse é um “efeito colateral” necessário - com consequências subjetivas e objetivas catastróficas, como a manutenção do medo da escassez na sociedade da abundância e o crescimento das manifestações de ódio – das artimanhas do sistema capitalista para sua manutenção na sociedade tecnológica avançada.

## COLONIALISMO DE DADOS E DIREITOS HUMANOS

---

Couldry e Mejias (2019) apresentam a ideia de que o arsenal do colonialismo está se expandindo e que, novamente, os meios de comunicação aparecem em cena. Embora, quando falamos em colonialismo no Brasil, a imagem que vêm à mente é a de povos indígenas sendo catequisados pelos padres jesuítas, vestindo roupas e aprendendo a língua portuguesa, o fato de que hoje os indígenas eles mesmos utilizam as redes sociais como forma de manifestação, de promoção de suas causas e de busca de apoiadores (como ocorre no Canadá também) aparece como um novo capítulo dessa mesma história. Para os autores, na melhor das hipóteses, as implicações do uso dessas ferramentas são ambíguas, uma vez que cada rastro deixado nas redes sociais virtuais torna mais ricas as “*Big Five*”, as corporações que hoje reforçam o sistema do próprio colonialismo.

A tese dos autores é que nossas relações cotidianas com os dados estão se tornando coloniais “por natureza”, o que significa que não podem ser compreendidas senão como uma apropriação – em forma e escala – comparável com aquela do colonialismo que já conhecemos. Além disso, esse novo colonialismo é guiado pelos imperativos de um capitalismo com séculos de existência, e que tende a elevar os aspectos familiares dessa ordem econômica e social a um estágio mais integrado - e as transformações das tecnologias de comunicação têm papel fundamental aqui, na medida em que formam novas infraestruturas de conexão com consequências para a vida humana a partir dos novos significados agregados, que nos tornam interdependentes delas e criam uma nova ordem econômica e social estável e duradoura. Nessa nova ordem, as relações de poder funcionam pela convergência de poder econômico e cognitivo em uma escala nunca vista – é o clímax de cinco séculos de tentativa de conhecer, explorar e regular o mundo a partir de centros específicos de poder, e os dados são sua força integradora nesse momento histórico; por isso, Couldry e Mejias (2019) falam em colonialismo de dados. Segundo eles

*Colonialismo de dados é, em essência, uma ordem emergente para a apropriação da vida humana para que esses dados possam ser extraídos continuamente dela para lucro. Esta extração é operacionalizada via relações de dados, formas de interação com o outro e com o mundo facilitadas por ferramentas digitais. Através das relações de dados, a vida humana não é apenas anexada ao capitalismo mas também se torna sujeita ao monitoramento e supervisão contínuos. O resultado é minar a autonomia da vida humana de um modo fundamental que ameaça a base da liberdade, que é exatamente o valor que os defensores do capitalismo exaltam<sup>10</sup>. (COULDRY & MEJIAS, 2019, p. xiii – grifos no original).*

Desde seu início, o capitalismo se expande explorando novas fontes, buscando novos modos de produzir valor e encontrando novos mercados. Até a pouco tempo, a exploração da produção humana através das relações de trabalho de modo clássico foi a base dessa expansão. Hoje, a apropriação da vida humana como matéria prima (ainda que não seja, de fato, matéria “crua” na medida em que ela precisa ser reconfigurada para ser uma fonte de dados) disponível para exploração na forma de dados resulta na possibilidade de, sem eliminar a antiga forma de exploração do trabalho, estender sua capacidade de explorar a vida redefinindo as relações humanas de modo que sua expropriação nos pareça natural e “democrática”. Por ser uma ordem emergente, está ainda em seu

10 No original: “Data colonialism is, in essence, an emerging order for the appropriation of human life so that can be continuously extracts from it profit. This extraction is operationalized via data relations, ways of interacting with each other and with the world facilitated by digital tools. Through data relations, human life is not annexed to capitalism but also becomes subjected to continuous monitoring and surveillance. The result is to undermine the autonomy of human life in a fundamental way that threatens the very basis of freedom, which is exactly the value the advocates of capitalism extol”.



período inicial e a consciência das mudanças históricas em voga é de extrema importância para que possamos resistir às formas contemporâneas de conexão e intervir nessa mesma história forjando outras possibilidades.

É certo que a “democratização” das tecnologias digitais de informação e comunicação têm nos levado – na ânsia pela exploração dos dados como nova fonte de lucro no capitalismo contemporâneo – à reprodução das formas autoritárias de sociedade, revelando suas contradições. E, no mesmo momento em que tais tecnologias “facilitam” nossas vidas, ameaçam princípios fundamentais dessa vida – um deles é a própria liberdade já citada anteriormente e um dos pilares dos Direitos Humanos. Não é à toa que a questão das tecnologias de informação e comunicação aparece no que se concebeu como a quinta dimensão dos Direitos Humanos, acompanhando o movimento da história e atualizando sua disposição a partir do momento atual.

Embora pouco discutida no Brasil, a quinta dimensão dos Direitos Humanos diz respeito aos “‘novos’ direitos advindos da sociedade e das tecnologias de informação (*Internet*), do ciberespaço e da realidade virtual em geral” (VOLKMER, 2016, s/p) e aparecem como uma forma de apontar para a necessidade de regulação e proteção de usuários e provedores, mostrando como os Direitos Humanos são históricos e se caracterizam pela luta constante da defesa da liberdade contra as formas renovadas dos antigos poderes. Foi nessa direção que se deu o Marco Civil da *Internet* no Brasil, como uma legislação – embora com todas as contradições que as legislações possuem – a altura dos desafios de seu tempo.

Liberdade, no sentido que trago aqui, não é apenas a liberdade de expressão e comunicação – como a maioria dos artigos sobre o tema apresentam a questão da democratização da internet – mas, a liberdade em seu sentido mais profundo de determinação da própria vida (que ainda nos cabe conquistar se queremos sair da “pré-história”). Ora, se justamente a democratização da internet e a análise algorítmica dos dados têm nos levado à manipulação sem precedentes nas esferas públicas e privadas de nossas escolhas e decisões, a questão dos Direitos Humanos, e da Educação em Direitos Humanos, precisa avançar no sentido crítico de possibilitar a compreensão política do que está em xeque no modo como a internet se configura hoje. E, se as análises de Couldry e Mejias (2019) estão na direção correta, estamos entrando em uma era na qual os crimes contra a humanidade ganham uma configuração bastante nova em que – embora as mesmas minorias sofram na pele as formas de violência mais terríveis – a barbárie (o outro lado da moeda das novas invenções da civilização tecnológica) não exclui ninguém.

## **ÉTICA, TECNOLOGIA E NOVAS POSSIBILIDADES (DE MUDANÇA RADICAL) – OU, VAMOS IMAGINAR UM OUTRO MUNDO?**

---

Entusiastas da *Internet* poderiam dizer que tudo é uma questão de como usamos os meios tecnológicos. Eles estão certos e errados, ao mesmo tempo. Não gostaria de ser compreendida, com este ensaio, como ludita, tecnofóbica (como, aliás, muitos interpretam de maneira parcial os críticos da Indústria Cultural). O horror a essa tecnologia que nos coloniza não é senão o horror ao sistema que a produz para sua própria perpetuação. Isso não significa a necessidade de, como se diz, jogar a criança com a água suja do banho. Se trata, por outro lado, de a partir de dentro dessa sociedade tecnológica imaginar e criar um outro mundo possível.


Morozov (2018) nos lembra que a política e a economia não devem ficar de fora do debate sobre o digital, na medida em que as ferramentas tecnológicas ampliam ou atenuam, viabilizam ou inviabilizam determinados sistemas sociais, políticos e econômicos. As redes sociais, sistemas operacionais, programas e aplicativos criados pelos empreendedores do Vale do Silício apresentam-se como “espaços” de solidariedade, colaboração e autonomia; como se fossem capazes de solucionar os problemas gerados pelas desigualdades, senão as próprias desigualdades. Contudo, como apresenta Wu (2012), a ideologia de abertura da *Google* difere da ideologia fechada da *Apple* apenas na metodologia para atingir a mesma finalidade: o lucro. Enquanto a *Apple* vende exclusividade e qualidade a preços exorbitantes, a *Google* vende “democratização” e acesso a conteúdos de qualidade duvidável ao preço do fornecimento nossas informações 24/7. No mais, o que seus produtos fazem é auxiliar na contínua individualização dos problemas que, sabemos, em sua origem são sociais e econômicos, arrefecendo ainda mais nossa imaginação política; na medida em que, para cada necessidade cotidiana há um aplicativo na *Play Store* capaz de ajudar a supri-la, torna-se cada vez mais difícil pensar e realizar um outro mundo possível, na medida em que colaboramos ativamente para a perpetuação deste.

Essa torna-se, pois, uma questão ética fundamental em nossos dias na relação entre meios e fins: a escolha de como alcançamos os resultados que desejamos, de quais ferramentas lançamos mão para suprir nossas necessidades cotidianas não é apolítica. Muitas vezes, as escolhas das ferramentas (forma) apresentam-se de modo diametralmente oposto e incompatível com as concepções de vida que defendemos (conteúdo). Faz-se necessário buscar alternativas paralelas onde possamos afirmar a direção que sejamos ir, com base em uma racionalidade diferente onde segurança, solidariedade e organização humana não sejam questões delegadas a grandes empresas, senão uma construção realmente coletiva a partir de um projeto comum de sociedade. Feenberg (2010) advoga pela abertura da caixa preta do design dessas tecnologias para que possamos escolher e redesenhar as ferramentas que queremos usar. Isso exige a construção de uma consciência política das tecnologias de comunicação e um engajamento contínuo na reconfiguração da racionalidade e conseqüentemente da própria tecnologia.

## REFERÊNCIAS

---

- ADORNO, T. W. Tempo Livre. In: ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petropolis: Vozes, 1995.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ANTUNES, D. C.; MAIA, A. F. Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 189-199, ago. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642018000200189&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200189&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 09 jul. 2019.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press: 2019.
- CRARY, J. 24/7: *Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016, p.47.
- FEENBERG, A. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In R. T. Neder (Org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes. 2010.
- HAN, B. *Psicopolítica: neoliberalismo e novas técnicas de poder*. Lisboa: Relógio D'Água. 2015.
- LASH, S.; LURY, C. *Global Culture Industry: The mediation of things*. Cambridge/Malden: Polity Press, 2008.
- MANOVICH, L. 100 billion data rows per second: media analytics in the early 21st century. *International Journal of Communication*, n. 12, pp 473-488, 2018.
- MOROZOV, E. *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.
- STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- TURKLE, S. How computers change the way we think. In: *The Chronicle of Higher Education*. 2004. [online]. Disponível em: <[http://web.mit.edu/sturkle/www/pdf\\_sforstwebpage/Turkle\\_how\\_computers\\_change\\_way\\_we\\_think.pdf](http://web.mit.edu/sturkle/www/pdf_sforstwebpage/Turkle_how_computers_change_way_we_think.pdf)>. Acesso de 03 de abril de 2018.
- TURKLE, S. *O segundo eu: os computadores e o espírito humano*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- WU, T. *Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.



# TEMPO E RESISTÊNCIA: MEMÓRIA, ENRAIZAMENTO E DIREITOS HUMANOS NO PRESENTE CONTEXTO NACIONAL<sup>11</sup>

Samir Perez Mortada<sup>12</sup>  
Bernardo Parodi Svartman<sup>13</sup>

## INTRODUÇÃO

---

O assunto delimitado neste breve ensaio, originalmente pensado como disparador para discussão sobre o tema, é a memória enquanto frente de lutas de resistência; e como direito fundamental a ser garantido. No atual contexto nacional, de ataque às políticas sociais e de desrespeito aos direitos humanos, um dos alvos preferenciais é o passado. As forças conservadoras atacam violentamente a história e a memória dos oprimidos e das lutas sociais, procurando suprimir ou distorcer tudo aquilo que represente dissonância, desacordo com a versão dominante, e que possa identificar contradições disparadoras e inspiradoras de lutas e resistências sociais. Inspirados nas contribuições pioneiras de Ecléa Bosi, reconhecemos o caráter social e político da memória, e sua importância para o enraizamento dos grupos sociais e das minorias. Identificamos a importância da memória social no presente contexto, no qual a experiência com o tempo e com o espaço assume características singulares, de fugacidade e esvaziamento, antagônicas portanto àquelas necessárias para o enraizamento dos indivíduos. É nesse sentido que esta breve reflexão caminha, indicando e afirmando brevemente a atualidade deste debate e a importância das contribuições da psicologia social nessa frente de lutas.

## ESSES TEMPOS

---

O cenário político nacional no presente é desolador. Temos assistido a duros ataques aos movimentos sociais, aos direitos duramente conquistados – e ainda insuficientes – pela classe trabalhadora e pelas minorias em espaços governamentais. Nos primeiros meses do governo Bolsonaro, testemunhamos o desmonte sistemático de ministérios (com destaque especial para a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE), comissões, conselhos, órgãos e departamentos destinados à atenção e orientação de políticas públicas. Especialmente, têm sido atingidos trabalhadores,

---

<sup>11</sup> O que segue é produto de discussão do Incidir (Laboratório de estudos sobre Direitos Humanos e Intersubjetividade à luz da Crítica Social), do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP.

<sup>12</sup> Doutor em Psicologia Social pela USP - <http://lattes.cnpq.br/9808722694863002> - [spmortada@gmail.com](mailto:spmortada@gmail.com).

<sup>13</sup> Doutor em Psicologia Social pela USP - <http://lattes.cnpq.br/1400839530721009> - [bernardo@usp.br](mailto:bernardo@usp.br)

indígenas, negros, mulheres, quilombolas, LGBTQs, usuários da rede de saúde mental. Tal ataque articula-se com as reformas trabalhista e da previdência atualmente em fase de implementação (BRASIL, 2017<sup>a</sup>, 2017b; 2019a, 2019b, 2019c).

Some-se a isso declarações governamentais diretamente contrárias a princípios básicos e universais dos direitos humanos amplamente divulgadas pela mídia, expressando misoginia, homofobia, apologia direta à violência<sup>14</sup>. Ataques a indígenas, feminicídios, expressões de racismo, violência homofóbica, têm sido frequentes, evidenciando os efeitos provocados pelo governo e seus apoiadores desde a vitória nas eleições presidenciais. Nesse contexto, ganham espaço os discursos justificando a violência de estado e naturalizando o desrespeito sistemático aos direitos humanos<sup>15</sup>. Este último tende a ser identificado com práticas sociais contrárias a efetivação da justiça.

As universidades também vêm sendo duramente atacadas, através de contingenciamento de suas verbas, de falas degradantes de autoridades públicas, e principalmente de projetos que visam atrelar sua gestão aos interesses do mercado. A recente proposta denominada *Future-se*<sup>16</sup> estabelece formas e direcionamento claros para a participação e ingerência do capital privado nas instituições federais. Observamos a tendência acelerada de transformação das universidades em organizações sociais guiadas por uma racionalidade empresarial (CHAUÍ, 2001; SILVA, 2014), determinando a perda de autonomia universitária e ameaça a liberdade de reflexão e pesquisa.

Destaque-se também a vulnerabilização das políticas ambientais. Assistimos, como consequência, o aumento do desmatamento e desastres na Amazônia, em que pese a pressão internacional e seus impactos econômicos. O clima de impunidade e de desmonte das políticas ambientais tende a aumentar número de crimes ambientais<sup>17</sup>.

Assim, vivemos no Brasil um momento de franca ascensão conservadora ligada a um processo de ataque às políticas públicas e formas de proteção social, talvez sem precedentes. As rápidas ações destacadas aqui enunciam a força desse movimento.

É também no campo da memória que se dá o ataque. Proposições absurdas, como o questionamento da real existência da tortura durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil; ou o elogio explícito a torturadores, ganharam publicidade e apoio. O registro do passado é distorcido, em especial aqueles elementos que podem destacar contradições, e figurarem como referências críticas para grupos ou movimento sociais. Merece menção o enfraquecimento das Comissões da Verdade, responsáveis pela investigação concernente às responsabilidades de agentes do estado pelos crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Memoriais e processos públicos de reconhecimento do legado político de figuras importantes da resistência também são atacados, difamados e sofrem uma tentativa de banimento da memória coletiva<sup>18</sup>.

## TEMPOS PARA LEMBRAR

---

Nesse contexto preocupante, não é sem motivos que o recurso à memória das minorias tem se destacado como forma de resistência. No campo acadêmico, observa-se a realização de número considerável de pesquisas envolvendo entrevistas de memória com representantes de grupos sociais oprimidos e marginalizados. Nos movimentos sociais, também são observadas iniciativas de registro de memórias de militantes e demais participantes. São tentativas de fazer frente aos ataques do presente e à história oficial, hegemônica<sup>19</sup>.

14 As frases polêmicas do presidente são amplamente conhecidas. Algumas delas foram compiladas e estão disponíveis em: <https://www.bolsonarocristao.com/>. Acesso em 21/10/2019.

15 Há diversos casos documentados e divulgados pela mídia. Ameaças a ativistas, violências em presídios, violência policial generalizada. A título de referência, cabe menção aos sites: [https://brasil.elpais.com/tag/violencia\\_policial](https://brasil.elpais.com/tag/violencia_policial) Acesso em 21/10/2019; <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/26/monitor-da-violencia-mostra-que-superlotacao-nos-presidios-aumentou.ghtml> Acesso em 21/10/2019; <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-teve-ao-menos-20-assassinatos-de-ativistas-ambientais-dos-direitos-humanos-em-2018-23841081> Acesso em 21/10/2019.

16 A proposta inicial do governo encontra-se em fase de reformulação, mas está disponível em diversos sites. Entre eles: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78211>.

17 Segundo reportagem da Folha de São Paulo, as investigações da Polícia Federal indicam a participação de empresários, madeireiros e fazendeiros na organização do “dia do fogo”, ocorrido em 10 e 11 de agosto. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/fazendeiros-e-empresarios-organizaram-dia-do-fogo-apontam-investigacoes.shtml> Acesso em: 28/10/2019.

18 Sobre a Comissão da Verdade, consultar <http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em 21/10/2019. O atual governo mudou os integrantes da Comissão, qualificando os anteriores de “terroristas”. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-muda-comissao-de-mortos-e-desaparecidos-em-meio-a-ataques-sobre-o-tema.shtml>. Acesso em 21/10/2019.

19 Pode-se consultar, entre outros, os sites do Centro de Memória Sindical (2016); e <http://www.une.org.br/2011/09/depoimentos/>, da UNE (2016).

A temática não é nova. Cabe lembrar aqui os trabalhos pioneiros de Ecléa Bosi sobre o tema (1994, 2003). Em seu livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (1994), a importância política e social da memória tem destaque.

Inspirada em Bergson e Walter Benjamin, a autora não concebe memória como uma operação mecânico-cognitiva. Tampouco é mero substituto de fontes que não temos. Pode até servir a esse propósito, mas não se reduz a ele. Frequentemente, uma entrevista traz ou revela informações que não estão em outros registros ou documentos oficiais. Mesmo nesses casos, a informação habitada diferencia-se de outras fontes, na medida em que expressa esse metabolismo do indivíduo em relação à história e às experiências coletivas.

Em suma, quem lembra não faz meramente o resgate de registros, à semelhança de uma operação computacional. Trata-se de uma construção, de uma composição das experiências a partir de sua perspectiva ativa do presente. Memória é trabalho. Trabalho coletivo. Também é um diálogo entre o passado, o presente e o futuro.

Não é o mero registro ou veracidade daquilo que os participantes falam o que importa. Sem dúvida, escutando os excluídos, registramos, criamos fontes e obtemos informações que frequentemente são desprezadas ou ignoradas pela historiografia oficial. Isso já consiste em contribuição relevante. Mas, o trabalho da narrativa supõe outros produtos e efeitos. Enquanto resultado, tece os fatos em uma perspectiva diferente, que envolve um sujeito (individual e coletivo) em seu estilo e radicalidade. Traz a pertença social, a profissão, envolve o indivíduo em sua integralidade com a história e a cultura que habita.

Ecléa identifica que a memória da classe proletária traz, nesse movimento, possibilidades de resistência, tanto pelo registro do que a classe dominante pretende esquecer, como pelo anúncio de promessas não realizadas, mas sugeridas na experiência progressa de seu grupo.

A memória localiza, orienta o indivíduo e seu grupo social. Ela sinaliza possibilidades para o futuro que já eram vislumbradas pelo passado, mas que foram suprimidas. A memória vitaliza o passado, expõe suas heranças e faz com que nos posicionemos no presente a partir delas.

A memória deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser memória *geradora* do futuro. É bom lembrar com Merleau-Ponty que o tempo da lembrança não é o passado mas o futuro do passado.

A nostalgia revela sua outra face: a crítica da sociedade atual e o desejo de que o presente e o futuro nos devolvam alguma coisa preciosa que foi perdida. (BOSI, 2003; p. 66-67)

A memória pode resistir à ideologia e ao estereótipo, compondo ou pelo menos sinalizando outros caminhos possíveis, indicando promessas do passado não realizadas e que não confirmam a versão dos vencedores. A memória dos oprimidos não é mera nostalgia ou passadismo, como uma leitura reacionária poderia considerar. Ela repõe possibilidades não cumpridas, impedidas por relações de dominação. Afirma Gonçalves-Filho sobre essa possibilidade de resistência em Ecléa:

Os episódios malogrados, que dão a razão dos vencidos, são os fundamentos de uma Psicologia Social do Oprimido, como certa vez o Prof. João Alexandre Barbosa caracterizou a obra de Ecléa Bosi. Compreendamos, daí, uma lição desta psicóloga dedicada à memória, uma lição em grande acordo com Walter Benjamin: a memória precisa devolver não simplesmente o passado, mas o que o passado prometia. A memória, quando devolve o que o passado vislumbrou e o presente esqueceu, vingam os vencidos! (GONÇALVES-FILHO, 2008; p. 44)

Sob perspectiva política mais ampla, tem ganhado força a luta pela memória, o reconhecimento desta em seu caráter identitário e politizador, enquanto direito individual e dos povos. Vemos os movimentos sociais mais sensíveis e preocupados com suas memórias. Daí a luta pelos monumentos, nomes de ruas, de escolas, praças, temas que potencializam aquilo que acontece e influenciam uma certa configuração da memória coletiva e sua relação com a justiça. No caso dos mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar, muitas iniciativas têm sido tomadas para incluir entre as ações de reparação o direito à memória. No Brasil, é forte o ataque à memória das classes pobres. Não é um acidente, mas um projeto de dominação, de produção do esquecimento, de adaptação sem questionamento ao presente estado de coisas.



## ENRAIZAMENTO E DIREITO À MEMÓRIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL EM TEMPOS SOMBRIOS

---

Simone Weil afirma que “o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (1996, p. 409). O enraizamento supõe uma relação coletiva de tempo alargada. Ou seja, uma relação com o tempo mediada e significada pelos outros, na companhia de outros, com vivências e história partilhadas e compartilhadas, que unem e orientam aquela comunidade no espaço e no tempo, no presente e também quanto às suas perspectivas de futuro.

O vínculo com o passado, capaz de nutrir verdadeiramente a vida pessoal e coletiva, segundo Simone Weil, é duramente atacado na sociedade industrial. O trabalho fabril desenraiza. A cadência da produção, a reificação a que é submetido o trabalhador, desagrega, fragmenta o vínculo com suas tradições e encurta seus horizontes, tornando-o prisioneiro do presente, do aqui e agora, regido pelo trabalho alienado e pela busca da sobrevivência.

As guerras desenraizam, desterram os derrotados, despojando-os não só de seus bens e de seus territórios, mas atacando duramente aquilo que configura sentidos a sua existência, enquanto povo e cultura. A cultura dos povos vencidos é tratada como subcultura, primitiva. É introjetado no perdedor a vergonha direcionada àquilo que é mais profundo em sua cultura: seus gostos e valores, sua língua, seu corpo.

Simone Weil não conheceu a velocidade da transformação capitalista contemporânea: como esta atingiu diretamente a produção e o registro de informações, e como atingiu nossas formas de relação com o tempo e com o espaço. Mas tal fenômeno corrobora aquilo que presenciou, ainda talvez em fase germinal. A chamada sociedade da informação é uma nova aceleração do tempo, da percepção individual, da deterioração de elementos que poderiam orientar o sujeito no presente e no espaço. Novo inimigo (ou inimigo renovado) do enraizamento.

O enraizamento carece de tempo, de tempo experiencialmente e coletivamente qualificados. Carece de experiências com as pessoas, o espaço e as coisas para além do consumo e do uso. Isso é avesso ao que vivemos e sentimos na sociedade contemporânea, cujo cotidiano é marcado pela compra ou venda, pela mercantilização da vida social.

O espaço e o tempo necessários para o enraizamento se tornaram escassos, minguados. Passou a ser necessário garantir o direito à memória e ao enraizamento, assim como à educação, moradia, alimentação.

Na contramão do desenraizamento contemporâneo, da desorientação temporal que vivemos; e na contramão também das tentativas deliberadas de apagar o passado das lutas sociais, distorcê-lo, estão assim as iniciativas de grupos excluídos ou contra hegemônicos na conservação e na elaboração conjunta do passado. Apostamos dessa forma no potencial subversivo da articulação entre memória e história: como já havia afirmado Marcuse, a compreensão de como as coisas chegaram a ser ao que são, liberta nossa imaginação para pensar que o presente pode ser diferente. A mediação do passado na compreensão do presente ajuda a desnaturalizá-lo, abrindo suas linhas de desenvolvimento em direção ao futuro.

Nesse campo, no contexto em que vivemos, a psicologia social tem importante contribuição. Desde as contribuições de Ecléa Bosi, a disciplina tem contribuído com trabalhos de escuta e registro de memórias de trabalhadores, militantes, minorias. São qualificados e numerosos os estudos nessa perspectiva, dispondo de rico material (certamente menos lido e acessado do que gostaríamos). Cabe-nos, em diferentes frentes, prosseguir nessa via, potencializar tais ações. Cabe tornar nossas contribuições mais comprometidas e acessíveis, fortalecendo assim a perspectiva dos movimentos sociais e das minorias em relação ao seu passado e às suas memórias, enquanto forma de enraizamento, de compreensão do presente, de construção de subjetividades resistentes, combativas em tempos sombrios.

## REFERÊNCIAS

---

ARANTES, P. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.


BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

- BRASIL. DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9759-11-abril-2019-787966-publicacaooriginal-157738-pe.html>>. Acesso em 21/10/2019. 2019a.
- BRASIL. LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm)>. Acesso em 21/10/2019. 2017a.
- BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA N. 870, 2019. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064>>. Acesso em 21/10/2019. 2019b.
- BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 808, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm#art2)>. Acesso em 21/10/2019. 2017b.
- BRASIL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 6, de 2019. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E03A29118BFFC129E4B694AA9EB7FB89.proposicoesWebExterno1?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E03A29118BFFC129E4B694AA9EB7FB89.proposicoesWebExterno1?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019)>. Acesso em 21/10/2019. 2019c.
- CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. <<http://www.memoriasindical.com.br/home.php>>. Acesso em 10/04/2016.
- CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GONÇALVES-FILHO, José Moura. A letra viva de Ecléa Bosi. *Psicologia USP*, São Paulo, 19(1), p. 43-50, jan./mar. 2008.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- MATOS, O. C. F. Mal-estar na temporalidade: o ser sem o tempo. In: *Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo*. Novaes, A. (Org.). Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: edições SESC SP, 2008.
- SILVA, F. L. *Universidade, cidade, cidadania*. São Paulo: Herda, 2014.
- UNE (União Nacional dos Estudantes). <<http://www.une.org.br/2011/09/depoimentos/>>. Acessado em 10/04/2016.
- WEIL, S. *A condição Operária e outros estudos sobre a opressão*. BOSI, E. (Org.). 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.







# AFETOS, REDES E RESISTÊNCIAS: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E ENFRENTAMENTOS NO TERRITÓRIO

Luiz Felipe Viana Cardoso<sup>20</sup>

Marcia Mansur Saadallah<sup>21</sup>

Manoela Costa Marra<sup>22</sup>

## INTRODUÇÃO

---

Pretendemos neste texto refletir e discutir, de maneira crítica, o contexto atual em que vivemos, a partir da análise das perdas de direitos sociais e políticos vivenciados nos últimos anos no Brasil. Para essa discussão lançaremos mão da construção da Roda de Conversa proposta pelas autoras(es) submetida ao eixo temático: “Psicologia social, Políticas públicas e direitos sociais: práticas de resistência e emancipação em contextos neo-liberais”, do XX Encontro Nacional da ABRAPSO.

Entendemos que o atual contexto conservador, em que as concepções de direitos sociais e cidadania construídos ao longo dos últimos 30 anos vêm, cada vez mais, perdendo seu sentido e valor, causando sofrimento ético-político nos sujeitos, nos coletivos, nas relações sociais e nas subjetividades (SAWAIA, 2002), trazendo sentimentos de inferioridade, inutilidade, ausência de valor, e impotência.

Nessa perspectiva, nosso olhar se volta para as possibilidades apresentadas pela Psicologia Social Crítica de enfrentamentos e resistências.

Entendendo o território como sócio histórico, e que produz ao mesmo tempo que é produzido, apresentaremos as metodologias participativas, especialmente as redes e coletivos sociais como estratégias de construção e criação de novas possibilidades de modos de vida e relações sociais, dentro desses territórios.

Através dos conceitos de afeto e de pertencimento, categorias fundamentais a nosso ver para a mudança social, discutiremos essas questões em diferentes territórios com os mais variados modos de vida que se apresentam. E que, ao mesmo tempo, resistem e criam modos de relações e existências com e no território. Das

---

20 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rey (UFSJ), Professor do Centro Universitário UNA e da Faculdade Pitágoras de Betim – E-mail. luizfelipevcardoso@gmail.com.

21 Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) e professora na mesma universidade – E-mail. marciamansurbh@gmail.com

22 Graduada em Psicologia na PUC MG – E-mail. Manoela\_marra@hotmail.com

redes espaciais, criadas pela própria dinâmica das águas, às sociais, compostas pelos atores do território, às redes afetivas, combinando todos os pontos e elementos daquele território, em uma constante troca de afetos.

Lançaremos olhar para a relação da Psicologia e das Políticas Públicas, de forma a refletir sobre como o contexto atual de desmonte traz sérios prejuízos a promoção dos direitos e da cidadania das populações, sobretudo, aquelas que se encontram excluídas dos bens sociais. Cabe a nós, psicólogas(os) sociais, também analisar, de forma crítica, o lugar da Psicologia em meio a todo esse processo, considerando a discussão que Gonçalves (2010) faz a respeito de que o compromisso da psicologia com as políticas públicas deve se orientar no enfrentamento da lógica do modelo neoliberal, o qual a Psicologia respondeu em parte de sua história.

## **SUBJETIVIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

---

Martín-Baró (1983) nos apresenta uma proposta de Psicologia Social na qual o estudo do comportamento humano e da subjetividade estão vinculados a realidade social. Nesse sentido, para o autor, cabe a essa psicologia conectar o aspecto da subjetividade com a estrutura social objetiva. Trata-se então de uma Psicologia Social Crítica que se propõe a compreender a realidade concreta da sociedade e não uma psicologização dos fenômenos sociais.

A importância dessa perspectiva de Martín-Baró sobre a Psicologia reside no fato de que não é possível estabelecer uma produção de conhecimento psicológico desconectada da realidade social e concreta na qual estamos inseridos. Nesse sentido, é impossível desconsiderarmos, ou pior, fazer a tentativa de neutralidade diante da realidade política, social e econômica na qual estamos vivendo no país. A Psicologia Social Crítica Latino-americana, como defendido por Martín-Baró, deve deixar os manuais clássicos ou a psicologização do social a fim de olhar para o contexto em nossa volta, e todas as questões pelas quais atravessam a nossa sociedade contemporânea.

Em nossa construção teórica aqui, é impossível deixar de tecer uma rápida análise sobre o contexto político e econômico no qual estamos vivenciando. Uma forte guinada de parte da sociedade e de alguns representantes para uma onda conservadora no Brasil, tem colocado em risco projetos sociais e pautas mais progressista que vão de encontro a busca pela ampla transformação social.

Estamos assistindo a um cenário crítico no qual diversas políticas de promoção de equidade e de reparação social têm sido negligenciadas, e em muitos casos, abandonadas sob a égide de um modelo de poder neoliberal, que visa implantar, cada vez mais, a individualidade dentro dos espaços sociais.

Ao se pretender realizar um trabalho de intervenção psicossocial em um território é preciso ter clareza que nosso papel não é de dizer para as pessoas e coletivos sobre o que deve ou não ser feito, mas de construir uma práxis científica que seja também social e libertadora, visando uma sociedade justa e solidária, de modo a permitir uma liberdade tanto social quanto individual (MARTÍN-BARÓ, 1983). Nessa direção, a psicologia comunitária visa colaborar para um trabalho que permita que os sujeitos se sintam pertencidos aos seus territórios, a partir da luta contra a exclusão social (SAWAIA, 2015), entendendo que é no contexto social que construímos nossa identidade, seja nos aspectos de mudança ou de manutenção (LANE, 2015).

Colocadas essas questões, é importante tomar consciência de que a prática da(o) psicóloga(o) social nunca é marcada por uma neutralidade, pois como reflete Guareschi (2012, p. 104), “dependendo da maneira como entendendo a sociedade, torna-se impossível *não agir*”. Assim, para o autor, não é possível separar a técnica e a ciência, que são ações humanas, da ética. Portanto, não há lugar para uma neutralidade. Estar no território e intervir, é se posicionar o tempo todo, entendendo que:

Se reconhecemos o cidadão como sujeito de direitos e de desejos, reconhecemos também uma relação entre cidadania e subjetividade sendo necessário introduzir na concepção e nas metodologias de um programa social, as contribuições dos campos de conhecimento que teorizam e instrumentalizam o trabalho com a subjetividade (BATISTA, 2006, p. 236).

Ao buscar rompermos com uma Psicologia, que ao longo de sua história permaneceu a serviço da elite e de um projeto econômico neoliberal (GONÇALVES, 2010), é preciso, na visão de Yamamoto (2009), alinhar a dimensão política da ação profissional ao pensamento progressista de forma a colaborar para o avanço das políticas públicas e da transformação social, bem como da produção científica e construção de metodologias frente aos modelos hegemônicos.

A atuação da(o) psicóloga(o) nos territórios e comunidades, visando uma proposta de resistência e de construção de redes, deve sempre considerar a importância da afetividade como um componente extremamente significativa na vida dos grupos (PAGÉS, 1982). Assim, a(o) psicóloga(o) social deve sempre considerar a dimensão do afeto e das relações em sua práxis rumo à transformação e ao empoderamento das pessoas e das comunidades, pois em nossas experiências<sup>1</sup> de atuação nos territórios e coletivos temos, cada vez mais, constatado que o afeto e a ação caminham juntas.

## **AFETOS, REDES E RESISTÊNCIA**

---

Esperamos relatar e refletir sobre a atuação da Psicologia Social Crítica, sobretudo nas políticas públicas, tendo o território como um instrumento norteador. Faremos isso a partir de nossas experiências no desenvolvimento de práticas coletivas que visam a compreensão, a reflexão e a ação/transformação deste território, nos aproximando das realidades vividas e buscando contribuir para as subjetividades revolucionárias (SAWAIA, 2014). Nessas ações, consideramos o território como um fenômeno sócio histórico, que produz ao mesmo tempo que é produzido. Para isso, apresentaremos algumas metodologias participativas, especialmente as redes e os coletivos sociais como estratégias de construção e criação de novas possibilidades de modos de vida e relações sociais, dentro desses territórios. Para isso, vamos compartilhar a experiência do projeto de extensão da PUC Minas Articulado Redes, Fortalecendo Comunidades, que completou no final de 2018, sete anos de atuação em Belo Horizonte, e de seus desdobramentos a partir da vivência acumulada e sistematizada, no formato de Coletivo.

Foram sete anos de atuação junto às comunidades e bairros da cidade de Belo Horizonte, participando, promovendo e fortalecendo as redes comunitárias destes bairros e comunidades. Tendo como premissa esta articulação, o projeto de extensão também se dedicava à realização de oficinas, capacitações e eventos, sempre com o objetivo de fortalecer os vínculos dessas redes locais e proporcionar espaços de troca e socialização, além de fomentar a participação social e a construção crítica e política das realidades locais destas comunidades.

No decorrer destes anos de projeto, uma metodologia participativa de articulação em rede foi se estruturando e ganhando corpo a partir das nossas atuações, estudos e experiências. Neste período, tivemos muitas aprendizagens e fomos percebendo e identificando alguns desafios em comum nas realidades vivenciadas, como: distanciamento dos equipamentos públicos, entre eles o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) dos territórios e de sua população; ausência de diálogos entre as instituições dos territórios, inclusive entre a rede socioassistencial; a mobilização comunitária se apresentava como um desafio para os atores no território; população e corpo técnico muitas vezes desesperançosos, desacreditados de novas possibilidades de atuação do poder público, sem saber como e por qual razão promover o fortalecimento das relações comunitárias; com uma visão focada nas ausências, problemas e carências e etc. Fomos encontrando profissionais e uma população com poucos vínculos sociais, se sentindo subalterna, com baixa autoestima, se vendo e sendo vista muitas vezes com inferioridade.

Todos estes desafios e percepções possibilitaram a criação de uma metodologia que se apresentasse como estratégia de superação dessas questões, contribuindo assim para o desenvolvimento local e o fortalecimento das políticas públicas territoriais. Paralelo a isso, o projeto de extensão começou a ser procurado por atores sociais e equipamentos de toda cidade de Belo Horizonte, com demandas que se relacionavam à gestão territorial, articulação e mobilização da rede local, e desenvolvimento de oficinas, criando assim, novos espaços de convivência e fortalecimento de vínculos comunitários. Demandas que eram muito grandes para o projeto de extensão, mas não para os desejos da equipe.

Decidimos então pela construção de um coletivo formado por psicólogas, alunas do curso de psicologia da PUC Minas, desenvolvendo ações que contribuíssem para o desenvolvimento das políticas públicas a partir de uma articulação territorial e do fortalecimento de vínculos comunitários. Assim, surge em 2019 o Coletivo Articulando Redes.

O Coletivo foi então recebendo propostas de trabalhar junto ao CRAS, para fortalecer, explorar as práticas coletivas e a construção de vínculos, buscar a promoção de afetos potentes, entender a dimensão política do afeto como um propulsor de mudanças, (retomando o conceito do filósofo Espinosa), a importância do território, como um lugar de afetos e pertencimento, e a participação e a construção da autonomia em todo este processo. Pensando nesses pressupostos, foi possível desenhar uma metodologia de práticas coletivas, que visem a garantia da proteção social, a articulação de redes e o convívio comunitário, o fortalecimento de vínculos, e a gestão territorial dos CRAS da capital.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2005, o SUAS é materializado em um sistema unificado de financiamento público, com um modelo de gestão próprio, voltado para populações em situações de vulnerabilidades. A ideia é que o SUAS efetive a política da Assistência Social promulgada pela Constituição de 1988 que reconhece que, por vivermos em um sistema político capitalista, a desigualdade social é consequência e, por isso, é necessário garantir a assistência como uma política de direito e proteção social não-contributiva, de forma que alargue o acesso aos direitos sociais para aqueles que se encontram em situações de maior necessidade. Consequentemente, deste sistema, surge o CRAS.

Pensar e compreender os territórios em que os CRAS e os demais equipamentos públicos, estão localizados, nos é fundamental, pois o ambiente é determinante para nós, seres humanos, do mesmo modo como nós determinamos o ambiente. Afetamos e somos afetados! Somos seres sociais! A provocação que colocamos é o porquê as ciências sociais não pensam os processos de formação da subjetividade a partir da relação com este ambiente. Por anos seguimos um modelo epistemológico que desconsidera o contexto cultural e político, eliminando esta reflexão e até mesmo a exploração de conhecimentos nativos.

Entendemos que é nosso compromisso, enquanto psicólogas sociais, lidar com os problemas da nossa realidade, sem cair no “psicologismo”, contribuindo para a transformação social:

Trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que “o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos” (MARTÍN-BARÓ, 1997, p. 23).

## **COLETIVO ARTICULANDO REDES**

---

No momento presente, já tivemos a oportunidade de passar por sete CRAS, sendo que em alguns o trabalho já foi finalizado, e outros ainda estão acontecendo. Nos propomos a executar o total de oito encontros (em média) onde realizamos oficinas e técnicas grupais para criar um ambiente de interação e convivência, levando em consideração o processo grupal, e ao mesmo tempo, refletimos sobre o território, como um lugar de bons e maus encontros. Incentivamos ao longo do processo a criação de alguma ação coletiva como mobilizadora para uma contínua transformação no território e nas relações que nele se constituem.

Anterior a estes encontros, realizamos um mapeamento do território com os técnicos e diretoria do CRAS para entender mais sobre as demandas, as especificidades do local, como se dá a inserção e a atuação do CRAS, quais são as principais lideranças e atores sociais. Então realizamos nosso processo de mobilização, onde nos inserimos dentro do território e convidamos aqueles que são fundamentais para a realização do trabalho que fomos encaminhados a fazer, isso inclui moradores, lideranças, ONGs, equipamentos públicos e privados que estejam inseridos na comunidade. Nestas oito oficinas seguimos o processo:

Como metodologia para compreender o processo do grupo, criamos um percurso que direciona nossas ações e olhares para o grupo:

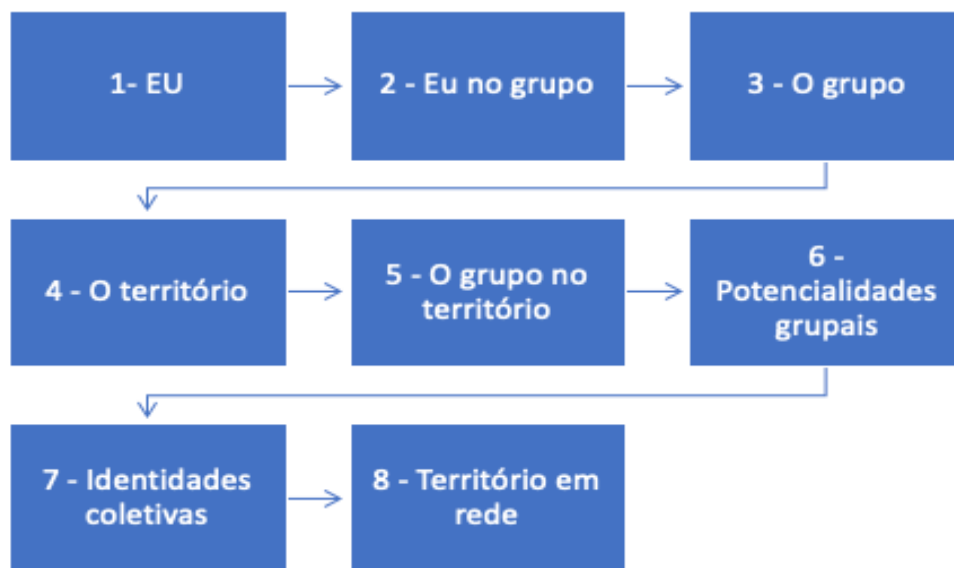


Figura 1. Elaborado pelas autoras(es)

Passando por todas essas categorias ou esferas, temos como objetivo a formação de um grupo, que reconheça as identidades e histórias de cada um, que construam uma identidade coletiva, e a partir dela, criem ações comuns. Levando em consideração também suas divergências, e trabalhando com elas, criando um espaço de tomadas de decisões coletivas, escolhas, e buscando sobretudo aquilo que é comum a todas e todos e com o próprio território.

Nossa proposta é que este grupo saia com alguma ação coletiva e transformadora que eles consideram relevante e importante, seja para realizar atividades na comunidade, seja para mobilizar grupos como a juventude, seja para tornar aquele grupo uma associação que discuta assuntos da comunidade, seja a criação de mostras culturais. Enfim, aquilo que o grupo, decidir coletivamente que é o melhor produto de todo o processo, nós nos habilitamos a transformar junto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse percurso é importante que tomemos a contribuição que a Psicologia Social Crítica pode possibilitar frente ao fortalecimento e defesa das Políticas Públicas rumo à transformação social e a garantia de direito das pessoas e dos coletivos.

Desta forma, é preciso lançar mão de estratégias e metodologias que considerem a subjetividade como uma categoria concreta para a psicologia, de forma a não desconsiderar a realidade objetiva das pessoas, como as diferentes desigualdades sociais e de falta de acesso a bens, serviços e direitos sociais, reafirmando que toda psicologia é, segundo Lane (1989), uma psicologia social.

Acreditamos em uma psicologia social comprometida com a transformação da realidade e com a emancipação dos sujeitos, olhando para as experiências e realidades concretas de vida das pessoas, refletindo sobre diferentes estratégias de enfrentamento dessa realidade, que leve a superação das desigualdades sociais, entendendo que é por meio da emancipação social e pelo fortalecimento da autonomia coletiva que se pode alcançar, de fato, uma cidadania plena. Assim, não se trata de fazer pelo outro, mas com o outro, ou seja, perseguir, até último momento, um modelo de autogestão na qual por meio do empoderamento social e da produção de autonomia, os sujeitos e coletivos sejam protagonistas de sua própria história e transformação social.

## NOTA DE FINAL DE TEXTO

<sup>1</sup> Esse relato está baseado nas experiências das autoras Márcia Mansur e Manoela Marra, na coordenação do Programa Articulando Redes, da PUC Minas.

## REFERÊNCIAS

---

- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, June 1997.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Acción e ideología social desde Centro América*. El Salvador: UCA Editores, 1983.
- BATISTA, C. B. Políticas sociais e psicologia social: uma articulação necessária. In: VIEIRA-SILVA, Marcos; SANT'ANA, Ruth B.; FRANCISATTI, Kety Valéria S.; AFONSO, Maria Lúcia M. (orgs.). *Psicologia Social e Políticas Públicas: saberes e práticas psicossociais*. São João del-Rei: UFSJ, 2006.
- GONÇALVES, M. G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da Psicologia).
- GUARESCHI, P. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. 5ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: Campos, Regina H. de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p.15-28.
- LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- PAGÈS, M. *A vida afetiva dos grupos: um esboço de uma teoria da relação humana*. Tradução de Luiza L. Leite Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campos, Reginal H. de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p.29-43.
- SAWAIA, B. B. Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? *Psicologia & Sociedade*, 26, 4-17. 2014.
- SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. Sawaia, (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp.100-116). 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.
- YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: Bock, Ana Maria B. *Psicologia e o compromisso social*. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009, p. 37-54.






# SEÇÃO II

**OS ATAQUES ÀS DIVERSIDADES  
IDENTITÁRIAS E A LUTA POR  
IGUALDADE E DIREITOS:  
RACISMO, SEXISMO E  
PRECONCEITO DE GÊNERO**





# RACISMO ESTRUTURAL: PRODUÇÃO INDUSTRIAL DA DESTRUIÇÃO DE CORPOS NEGROS E NÃO NORMATIZÁVEIS

Juarez Tadeu de Paula Xavier<sup>23</sup>

## INTRODUÇÃO

---

O estado brasileiro é um dispositivo de destruição de corpos negros (pretos e pardos), de mulheres, pobres e não normatizáveis. Ele opera a partir da sua compleição com base no racismo epistêmico que o moldou. O desenho inicial desse “artefato” deu-se com a chegada da família real, em 1808. Esse artefato estatal atua com dois vetores, usinados no século XIX: o da coerção e o da persuasão.

O primeiro foi rabiscado pela repercussão da ‘onda negra’, no rastro da Revolução Haitiana (1791/1804). O segundo, na fundação do ensino superior no país, com a criação das faculdades de medicina, em Salvador e no Rio de Janeiro, no ano da chegada da corte à colônia. No final desse século, essa máquina de destruição de corpos estava completa, e exercitou sua musculatura no massacre da população do Arraial de Canudos (1896/1897), com seus recortes étnico-raciais, de gênero e classe social.

Desde o início da sua idealização, o estado brasileiro teve as digitais do racismo como marca indelével, como ocorrerá na Europa, onde a segregação racial encharcou o diagrama dos estados nacionais, e costurou todas as instituições públicas e privadas. No Brasil não foi diferente. Pelo contrário. O processo atingiu a sua perfeição no século XIX. A engrenagem disciplinou, ao longo do século XX, o acesso às formas estruturadas dos capitais [econômico, cultural, social e político], e a infraestrutura do fluxo de informação da necronarrativa do genocídio, etnocídio e epistemicídio da população negra, nas esferas do debate público, convertidas em “políticas públicas” de estado.

Tais políticas não são atenuadas mesmo nos períodos de governos democráticos, como atestam os elevados índices de mortes registradas nos últimos anos. O racismo estrutural [*racial* de ódio ao negro, e *social* de ódio ao pobre] atingiu seu estágio mais elevado, com a *interseccionalidade* dos massacres: o Brasil é o país que mais mata negros, pobres, jovens, mulheres, gays, lésbicas e transgêneros no mundo.

O granito hegemônico do estado brasileiro não abre espaço para a democratização de suas estruturas mais profundas. Ele é o promotor do genocídio. Somente a superação radical desse modelo poderá abrir possibilidades de paralisação dessa fúria destrutiva trituradora de seres humanos.

---

23 Doutor em Ciências da Comunicação pela USP - <http://lattes.cnpq.br/3036916968393237> - <https://orcid.org/0000-0001-7427-7334>  
juarez.xavier@unesp.br

## CIVILIZAÇÃO VERSUS BARBÁRIE

---

O início do século XXI sofre uma ruptura profunda na percepção sobre o valor da vida humana: de incomensurável à época da invenção do humanismo, para uma restrita parcela da Europa, à banalização e descartabilidade na maior parte do mundo, em especial nos países à margem do desenvolvimento econômico e social. Saem de cena as narrativas, mesmo que superficiais, da singularidade da condição humana, e entram as de imposições produtivas e de consumo do capital financeiro. Tem termo a era do humanismo [1], com os seus pressupostos de centralidade da racionalidade nas relações humanas, e inaugura-se a era do valor absoluto do capital especulativo e parasitário [2]. A hipocrisia abandona o palco para que o cinismo possa ter vez e voz na encenação dessa nova ópera do absurdo.

Abre-se um novo horizonte para as disputas políticas. Na sua aparência, à superfície da epiderme, ela se reveste de enfrentamentos religiosos [judeus, islâmicos, cristãos, tradições seculares, ateus e agnósticos], culturais [particularismos, direitos culturais, linguagens e artefatos] e civilizatórios [valores, visões e perspectivas], como se os conceitos étnico-raciais, sexualidade e comportamento fossem o núcleo denso dessa pugna.

Porém, a essência desse confronto, que opõe civilização à barbárie, é outra. O enfrentamento se dá entre os projetos de estado liberal [espaços de negociação civilizada e argumentativa na esfera pública] e o estado neoliberal [da prevalência do capital financeiro sobre as pessoas, o meio ambiente e a ética da solidariedade].

A ambiência democrática da interação dialógica (tese, antítese e síntese debatidas de forma aberta), que firma as condições de educação política coletiva, é substituída pelo estado de guerra permanente. Tensão social, medo, armamentos, segregação territorial e esvaziamento do espaço público.

As instituições de caráter republicano e institucional [separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário] se tornam espaços de mutação de privilégios em direitos de um pequeno núcleo de pessoas, em detrimento da ampla maioria, que segue segregada em condição de vulnerabilidade social. O processo intensifica o modelo de concentração de renda, cultura e poder, numa estreita faixa social.

Ações políticas de caráter macro ambientais reforçam essa percepção, desde a década de 1970, ponto de inflexão do desenvolvimento da economia capitalista ocidental, que se manteve robusta ao longo de três décadas (período de ouro), entre os anos de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, e o ano de 1975 [3], com o início da contra ofensiva neoliberal, como atesta documento elaborado pela Secretaria de Estado dos Estados Unidos da América, em 1974, intitulado “NSSM 200”, também conhecido como Relatório Kissinger, referência ao secretário Henry Kissinger, 56º ocupante do cargo, [1973 e 1977], nos governo de Richard Milhous Nixon, 37º presidente dos Estados Unidos da América [1969/1974, afastado do governo no processo conhecido como “Watergate”] e Gerald Rudolph Ford, Jr. 38º presidente [1974/1977].

O “National Security Study Memorandum 200”<sup>24</sup>, *memorando 200 - estudo sobre segurança nacional*, sinaliza que a segurança dos EUA corria risco, em presença do crescimento de nações ao redor do mundo, com potencial para influenciarem o cenário internacional, o que colocaria em xeque a liderança norte-americana, no tabuleiro político da nova era.

A ação norte-americana fazia-se necessária, de acordo com os analistas, para a preservação dos valores judaico-cristãos do ocidente, fragilizado diante do crescimento exponencial das populações nas nações não brancas, entre elas o Brasil e a Nigéria. Para conter esse risco, são sugeridas três medidas preventivas: controle do crescimento população, desencadeando diversos recursos, entre eles a esterilização em massa de mulheres em idade fértil; controle das reservas de bioenergia e biomassa, para exploração futura, e preservação e ampliação dos valores ocidentais de caráter neoliberal entre as populações vulneráveis nos países listados.

O racismo epistêmico de supremacia branca ontológica dá “régua e compasso” para esse projeto.

A política deflagrou um processo de esterilização em massa em diversos países, com o apoio de organizações internacionais e de políticas públicas de governo aliados<sup>25</sup>.

24 Disponível em <[https://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/Pcaab500.pdf](https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pcaab500.pdf)>. Acesso em 2/novembro/2018, às 20h51.

25 Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>> Acesso em e/novembro/2018, às 10h50.

No final da década de 1980, essa orientação geral, estimulada pelos governos da primeira-ministra do Reino Unido Margaret Hilda Thatcher (1979/1990) e do presidente Ronald Wilson Reagan, 40º presidente (1981/1988), torna-se um programa de governo, com a adoção das medidas recomendadas por organismos econômicos mundiais, enfeixadas no documento “Consenso de Washington”, expressão cunhada pelo economista inglês John Williamson, que prevê o desmonte do estado nacional.

Vestidas pela ditadura militar chilena, que depôs o presidente eleito Salvador Allende, 43º presidente entre os anos de 1970/1973, liderada pelo General Augusto Pinochet (1973/1990), em seu primeiro laboratório prático [4], as políticas neoliberais destruíram o estado nacional, e condenaram à miséria uma extensa faixa de pessoas, enredadas pela vulnerabilidade social. Elas provocaram crise na economia, e levaram ao colapso a democracia no país, por décadas.

As dez regras fundamentais<sup>26</sup> do “Consenso” arrastaram para o léxico político expressões que se tornaram habituais nos debates sociais, programas doutrinários de políticas públicas dos governos, ou como afirmação de tais políticas, nos projetos neoliberais, ou como negação dessas políticas, nos governos com vocação social de enfrentamento às desigualdades: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimentos estrangeiros diretos, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentações econômicas e trabalhistas (direitos) e direito à propriedade intelectual.

Nesse período de bonança, dos trinta anos de ouro do desenvolvimento do modelo de capitalismo liberal, o estado teve papel determinante nas políticas públicas de superação das desigualdades sociais. Alguns países aproveitaram a onda de crescimento e reduziram, via políticas públicas, as desigualdades sociais. No Brasil, esses recursos foram carreados para a formação de uma classe média que acumula “aberrações”<sup>27</sup> na defesa de seus privilégios.

Não houve política efetiva com indicadores positivos mensuráveis sem políticas públicas de estado [5]. O estado de “bem estar social”, sistema adotado em parte dos países europeus, foi o platô de ação política de superação das desigualdades sociais, reduzindo-as significativamente, em relação ao período anterior.

Formaram-se, neste início do século XXI, as condições socioeconômicas para a *perversidade perfeita*, entre a concepção de desarticulação da política de bem estar social e a receita neoliberal de desmonte do estado.

A reorganização produtiva [globalização articulada pelo projeto neoliberal] impôs uma inovação “coerente” ao sistema, tornando redundante um conjunto de atividades manuais e de baixa densidade tecnológica, gerando uma massa humana de trabalhadores descartáveis e sem direitos trabalhistas garantidos [6], laureando o final da era do humanismo, com a barbárie apagando os vestígios civilizatórios.

## GENEALOGIA DOS ESTADOS E O RACISMO EPISTÊMICO

---

O estado se alterou. A percepção percebida se descolou da percepção real. Ele emergiu como potência que detém o “monopólio da violência” [7], a “supressão das classes beligerantes” [8] e como resultante de “aparelhos” articulados [9]. Nessas variações conceituais e práticas, porém, manteve a natureza, latente ou explícita, do racismo como um dos seus componentes constitutivos.

O racismo é um traço presente desde as origens do estado nacional [10].

No século XIX, as noções de supremacismo racial antecederam as teorias racistas na construção dos estados nacionais da Alemanha e da França. Com vieses diferentes, quanto às expressões política do supremacismo racial, as duas nações impuseram controle e unidade do território, forjaram uma língua comum, criaram símbolos e subjetividades e mobilizaram o racismo como componente estruturante dessa unidade fundida a ferro e fogo.

O racismo ofereceu para os operadores do estado emergente as justificativas, narrativas, subjetividades e universos simbólicos para a unificação necessária ao empreendimento nacional.

26 Disponível <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em 1º/novembro/2018, às 15h01.

27 Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg>>. Acesso em 3/novembro/2018, às 13h40.



Nações plurinacionais foram fundidas de uma forma nacional. Coerção e persuasão caminham de mãos dadas, na supressão de resistências particulares, imposta pela lógica universalista do estado nacional.

Articularam-se narrativas da “supremacia branca”, que tomaram conta das instituições intangíveis [simbólicas e culturais] e tangíveis [sistema de repressão], entre os séculos XV e XVIII [11], nas noções e concepções de ciência, beleza e cultura [11]. O racismo epistemológico se impõe no processo.

Os conhecimentos universais, representados pela ciência, assumem na trajetória da hierarquização o topo das formas de produção de conhecimento válido e prático, sobrepondo-se aos conhecimentos particulares [estéticos] e conhecimentos singulares [experiências coletivas]. Homens dos seus tempos, iluministas ilustres manifestaram ideias racistas, machistas e classistas.

Eles filosofaram, em textos que se tornaram clássicos no ocidente, que a Europa construiu a mais perfeita civilização, seu ápice, com estado racional, religião complexa, população homogênea, cultura civilizada, com base nos valores greco-romanos, e ciência moderna baseada na observação, experimentação e generalização [12].

Essas ideias que cortaram as linhas do tempo e formaram o estoque conceitual de estado nacional atracaram nos portos brasileiros e marcaram com fogo em brasa os corações e mentes dos arquitetos do estado nacional brasileiro.

A escravização em massa, a colonização do planeta e a institucionalização do *apartheid* [13], como lógica de estruturação das ideias e do estado, nutriram a ideiação do estado nacional brasileiro, desde sua origem.

Elas entraram no território nas bagagens das cerca de 20 mil pessoas da elite burocrática portuguesa que aportam na colônia, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, em 1808, com a chegada da família real [14].

O espectro do terror da “onda negra” rondou o projeto de estado nacional desde o seu início. A Revolução Haitiana, entre 1791 e 1804, na pequena Ilha de São Domingos, uma das maiores ilha das Antilhas, no mar das Caraíbas, a sudeste de Cuba e a oeste de Porto Rico, arrastou a região do Atlântico para o centro das revoluções europeias, e espalhou fagulhas de rebeldia pelo território da escravização [15].

Os “*sans-culottes*” caribenhos estenderam o fio da revolução para além dos limites sonhados pelos congêneres franceses. Na cartografia da escravização, as colônias, com algumas exceções, eram ilhas de brancos cercadas por um mar negro em fúria permanente.

O Brasil se ajustava a perfeição desse modelo. Dos cerca de 11 milhões de escravizadas e escravizados trasladados da África para as Américas, 4.8 milhões chegaram ao Brasil, em 3.5 séculos de tráfico humano legalizado, somando 46% dos escravizados no continente, entre 1550 e 1850 (entre 1815 e 1856, ingressaram 6.9 mil africanas e africanos “clandestinamente”) [16]. Das 36 mil viagens do comércio triangular, Europa, África e Américas, 14.910 mil foram para os portos brasileiros, em Salvador e Rio de Janeiro, tendo o Cais de Valongo como epicentro do tráfico<sup>28</sup>.

No período em que vigeu o tráfico, de cada cem indivíduos que entraram na colônia, mulheres, homens e crianças, 86 eram africanas e africanos, e apenas 14 brancos europeus, em sua maioria. Essa população distribuiu-se pelo território, e implicou todos os ciclos econômicos da colônia. Com o massacre indígena, ela tornou-se maioria entre a população.

A sombra do espectro negro cobriu o horizonte dos obreiros do estado nacional. Os seus dois vetores de sustentação: persuasão e coerção foram tecidos pelo medo constante da rebelião. O estado nasce embalado pelo racismo antinegro.

O genocídio, etnocídio e epistemicídio frequentaram os salões onde se desenhavam o modelo de estado. O arranjo persuasivo teve um ponto de inflexão decisivo em 1808, com a fundação das faculdades de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro. Elas tiveram papel de destaque na consolidação do racismo científico no imaginário brasileiro, com proeminência na segunda metade do século XIX, o auxílio do sistema de divulgação científica [museus e instituições culturais] e a imprensa [17].

Nas duas instituições foram fundidas teorias que justificavam a escravização negra e suas condições de subalternidade absoluta no sistema da escravização. Raimundo Nina Rodrigues (1862/1906) foi uma das mais

28 O Cais do Valongo é localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, e recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, no dia 9 de julho de 2017, por ser o único vestígio material da chegada de africanas e africanos escravizados nas Américas.



importantes celebridades intelectuais, da faculdade de medicina de Salvador, e um dos artífices do racismo científico brasileiro, ao lado de João Batista de Lacerda (1846/1915), da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, que expressou o desejo de liquidar a presença física e cultural negra no Brasil no prazo de cem anos, durante o I Congresso Mundial das Raças, realizado em Londres em 1911<sup>29</sup>.

Essa *necronarrativa* se consolida em 1850. Há a articulação do projeto nacional de segregação estrutural e abissal, com a aprovação da Lei da Terra, Lei 601 de 18 de setembro de 1850, o desmonte lento, gradual e seguro da escravização: Lei do Ventre Livre, Lei Rio Branco, Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871; Lei do Sexagenário, Lei Saraiva-Cotegipe de 28 de setembro de 1885; Lei Área, Lei Imperial 3.353 de 13 de maio de 1888, sem indenização ou incorporação de negras e negros na nova ordem do trabalho [18], e pela transição demográfica, para o branqueamento da população brasileira, com a admissão de milhões de italianos, portugueses e espanhóis, entre 1871 e 1930, e o apoio estratégico dos recursos do tesouro nacional [19].

A terraplenagem de ideias preparou o terreno para o exercício da musculatura do vetor da coerção, entre 1896 e 1897, no Sertão Baiano, no episódio que entrou para a história como “Guerra de Canudos” ou “Campanha de Canudos”, quando o exército da jovem República abateu 20 mil pessoas [pretos, pardos, mulheres, crianças], flagelados da seca e da exclusão social crônica [20].

Formou-se, assim, a “tempestade perfeita”, com o *vendaval* das ideias racistas: eugenia, antropologia criminal, darwinismo social, craniologia, que varreu o século XIX, e a fúria do *tornado* que destróçou corpos negros e não normatizáveis, sob a justificativa do progresso nacional.

Concluída a obra, o estado brasileiro segue sua trajetória inercial, de construção das desigualdades material e imaterial, distribuindo ingressos para que uma pequena plateia possa exercer seus direitos plenos de acesso aos capitais [econômico, cultural, social e político].

A concentração de renda/riqueza, cultura e poder ao longo do século XX transformaram o Brasil em um dos países mais desiguais do mundo, entre os da mesma classe de desenvolvimento, onde 1% da população tem plenos direitos humanos [21]. O *apartheid* é a lógica vigente no território. A exclusão forma uma fronteira de eventos políticos, econômicos, sociais e culturais pontilhada pelas violências sistêmicas, que retroalimenta a exclusão, e amplia as faixas de violência para todos os segmentos sociais em condições de vulnerabilidade. O estado de “mal estar social” é o demiurgo que recria permanentemente a desigualdade e a violência.

O vetor da persuasão segue uma lógica insana alienada da realidade observável. Inventou-se a cordialidade nata do brasileiro, a tolerância religiosa, a “democracia étnico-racial” e a “malandragem” diante das dificuldades da vida como *ethos*, lastreada em uma “sociologia romântica”, romantizando e naturalizando a violência [22].

Ela justificou a segregação econômica, mantida pelo engenho que transfere recursos dos mais pobres para os mais ricos, pela via de injustiça tributária, inibiu o acesso à educação e cultura que, no país, só foi universalizada em 1988, com a promulgação da constituição, aprofundou as assimetrias territoriais, reproduzindo o sistema oficializado na África do Sul em 1948, onde fortificações habitacionais são erguidas ao lado das favelas, e transforma privilégios em direitos políticos, pelas ações orquestradas no âmbito dos poderes executivo, legislativo, judiciário e midiático.

O aparato persuasivo criminaliza a pobreza, as ações políticas para sua superação e as conquistas obtidas pelos movimentos sociais. A resistência das mídias radicais e cidadãos é um contraponto ético, que promove fissuras no bloco hegemônico, mas, assim com os processos de democratização das políticas públicas, não consegue frear o ímpeto dos destroçamentos humanos.

A ditadura militar (1964/1985) chegou à periferia na forma de violência, nela montou acampamento, e transformou o território em uma bolha de incineração de corpos pretos, pardos, femininos e pobres. É a interseccionalidade perversa.

Nos Estados Unidos da América, ao final da escravização, as prisões em massa foram mecanismos para impedir o colapso da economia sulista [23].

29 Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100013)>. Acesso em 31/outubro/2018, às 23h13.

As detenções dos corpos negros criaram um complexo industrial prisional que fundaram uma escravização constitucional [24], com o apoio do aparato legal.

No Brasil, o encarceramento foi alimentado pelo desejo de branqueamento da população. Um complexo sistema de encarceramento [prisões, detenções, hospícios] foi montado para impor uma lógica eugenista, com recorte étnico-racial, gênero e classe [25].

A violência sistêmica permanente do dispositivo de persuasão e coerção distorceu a percepção nos dois lados da equação [26]. Os beneficiados pelo sistema da violência desenvolvem um perfil de superioridade, para quem os privilégios são direitos naturais, e rompem, assim, qualquer traço de solidariedade com os que estão em condições de vulnerabilidade social. Os violentados desenvolvem um comportamento de submissão e naturalizam a destruição do seu passado, presente e futuro, como no período da violência colonial.

Essas polaridades paralisam a cidadania, e abrem brechas para o rastro do genocídio patrocinado pelo estado.

São milhares de homicídios todos os anos. Esses seguem em linha ascendente. Os períodos de políticas públicas de governos democráticos, não frearam o ímpeto da feridade [27].

A brutalidade é seletiva. As mortes seguem vitimando jovens (juventude perdida), moradores das periferias e pobres, vítimas de violências intragrupos e de forças externas vinculadas ao sistema legal de repressão. O componente racial é um dos traços de seletividade da violência. Assim como o gênero potencializa a articulação étnico-racial e social da atrocidade social [28]. A cartografia da selvageria concentra os pontos de relevos nas periferias e comunidades em condições vulneráveis. O estado brasileiro – pela ausência ou pela presença – é o principal instrumento promotor do genocídio, etnocídio e epistemicídio seletivo, com recorte étnico-racial, gênero e classe, como mostram os dados.

## COGITAÇÕES FINAIS

---

No Brasil, o estado é o patrocinador do genocídio, desde sua ação inaugural, no século XIX. A elite afeiçoada na escravização geral forjou este padrão. A violência não é fator isolado.

A genealogia do estado está impregnada pela narrativa do genocídio e pela prática da destruição de corpos pretos, pardos, pobres, de mulheres e não normatizáveis. As periferias das grandes e médias cidades são o *locus* e *logos* da incineração industrial desse contingente humano. É o território para onde convergem todas as forças destrutivas do estado, e onde a lógica da violência se naturaliza no cotidiano do imaginário social.

As políticas públicas adotadas são seletivas, e distribuem vantagens e desvantagens sociais, segundo os perfis socioeconômicos da população alcançada por essas políticas.

A desigualdade social é produto de uma política intencional que, desde o século XIX optou pela segregação radical. A desarticulação da instituição escravista não foi acompanhada por uma política de inclusão e incorporação da população recém-libertada. A opção das classes dominantes, ainda com os dois pés na lama da escravidão, foi a de promover uma transição demográfica, sem a presença negra, com a infusão em massa, e apadrinhada, da população branca europeia, pois até a década de 10 do século XX, a população negra e amarela não eram bem-vindas ao Brasil, mesmo se fossem livres e com recursos.

Se na Europa, no passado, o racismo foi força auxiliar na construção do estado nacional, no Brasil, no passado e no presente, ele é força decisiva desse estado nacional. A linha da cor da pele traçou fronteiras precisas entre brancos e não brancos. Ela definiu as formas e os processos de acesso aos capitais econômico (concentração da riqueza e renda nas mãos de 1% da população), cultural (concentrado numa faixa social de privilegiados que ocuparam os melhores postos no mercado de trabalho e no estado, retroalimentando as forças do privilégio), social (aprofundando o *apartheid* e a segregação socioespacial) e político (transformando privilégios pontuais em direitos exclusivos do núcleo dirigente do estado e do mercado). Há uma polaridade extremada entre os mais pobres e os mais ricos. O colchão intermediário é ocupado pela classe média (média-média e média alta), que age como intermediária entre as duas pontas sociais, aspirando ascender às posições de privilégios, como detentora do conhecimento prático e social, e modulando as ações políticas dos segmentos empobrecidos, com atos coercitivos e persuasivos de natureza conservadora.

A ausência de solidariedade com os mais pobres deforma a percepção da violência. Ela é “vendida” como um “ente mítico” que paira acima da sociedade, e sem vínculos com a realidade. O debate sobre a necessidade imprescindível de superação da desigualdade abissal é secundarizado pelo do enfrentamento à violência, com a intermediação da violência do estado.

Os índices de homicídios não comovem e não mobilizam a sociedade. Os maquinismos de persuasão naturalizam a violência e, “por um portal mágico virtual”, encapsula a classe média em uma bolha de alienação, que alimenta, em parte desse grupo social, políticas de caráter neofascista, ampliando a possibilidade do genocídio legal dos descartáveis pelo sistema neoliberal.


Essa vereda ensandecida arrasta todas e todos para o epicentro das violências (física e simbólica), amplia a desigualdade abissal, mantém o clima de tensão permanente e dá, ao estado e aos seus operadores, “esteroides” conceituais para o fortalecimento da musculatura do estado (persuasão e coerção), a fim de realizar escrupulosamente a missão, inaugurada no século XIX, de destroçamentos dos corpos pretos, pardos, de mulheres, não normatizáveis e pobres, com o incremento do “estado de mal estar social”, natureza do estado neoliberal.

## REFERÊNCIAS

---

- [23] ALEXANDER, M. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- [25] ARBEX, D. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- [10] ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- [16] ALENCASTRO, L. F. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, págs. 57-63.
- [9] ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, S/D.
- [2] BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. São Paulo: Zahar, 2010.
- [28] CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Coleção Consciência em Debate. Summus/Selo Negro: São Paulo, 2011.
- [15] CARPENTIER, A. *O século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- [27] CERQUEIRA, D. (Org.) *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- [20] CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Três, 1984.
- [24] DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- [26] FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- [14] GOMES, L. 1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. Porto Alegre: Editora Globo, 2014.
- [6] HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- [12] HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- [3] HOBBSBAWM, E. J. *Era dos extemos: o breve século XX, 1914–1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- [8] LENIN, V. I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- [7] MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- [18] MENDONÇA, J. M. N. Legislação emancipacionista, 1871 e 1885. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, págs. 277-284.
- [13] MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- [1] MBEMBE, A. “A era do humanismo está terminando”. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/564255-a-chille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em 3/novembro/2018, às 13h10.
- [21] PIKETTY, T. *A economia da desigualdade*. São Paulo: Intrínseca, 2015.
- [5] PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.
- [19] RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2015.
- [4] ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- [17] SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. São Paulo: Leya, 2017.
- [11] WEST, C. Genealogy of modern racism. In: *Prophesy deliverance! An afroamerican revolutionary Christianity*. Westminster John Knox Press: Louisville, KY; London, 2002.





# RAÇA E CLASSE SOCIAL EM DEBATE NA VIDA ESTUDANTIL: A LUTA POR DIREITOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Klécio Barbosa da Silva Assis<sup>30</sup>

Maria Luíza Vargas<sup>31</sup>

Marcela Montalvão Teti<sup>32</sup>

Marcela de Andrade Gomes<sup>33</sup>

## INTRODUÇÃO

---

Desde a promulgação da lei referente às cotas reservadas às populações subalternizadas no acesso às universidades públicas, inúmeros desafios têm interpelado os(as) estudantes de origem negra e oriundos de camadas empobrecidas. Diante dos inúmeros impasses que estes estudantes têm vivenciado no cotidiano segregador das universidades brasileiras, diversos coletivos políticos emergiram nos últimos 10 anos. Nesse sentido, esta ciranda busca apresentar alguns coletivos estudantis existentes na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal de Sergipe (UFS) que vêm problematizando as políticas de acesso e permanência nas universidades. A partir de nossas experiências como estudantes de psicologia e militantes, nossa proposta é realizar uma interlocução sobre o tema do racismo e classismo no cotidiano universitário. Para tanto, apresentaremos os seguintes coletivos: 1. Gestão Estudantil Universitária Integrar (GESTUS); 2. Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC); 3. GT de Relações Interétnicas do CRP/19; 4. Projeto A.CO.LHE.DOR: uma equipe multidisciplinar preocupada em acolher a(o) estudante proveniente de coletivos marginalizados. Com isso, busca-se proporcionar um debate político e acadêmico sobre exclusão atrelado à raça e classe, no sentido de levantar ideias que venham subsidiar estratégias de enfrentamento e resistência frente a este cenário promotor de hierarquias e violações de direitos.

## PRETA, POBRE E ESTUDANTE(?)

---

As universidades públicas devem ofertar ensino, pesquisa e extensão, além de oferecerem ensino público e gratuito, como determina os artigos 206º e 207º da Constituição Federal (1988). No entanto, é necessário

30 Estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) - <http://lattes.cnpq.br/7334091390095656> - [klecio2013@gmail.com](mailto:klecio2013@gmail.com).

31 Estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - <http://lattes.cnpq.br/1429641185840913> - [marialuizavargaas@hotmail.com](mailto:marialuizavargaas@hotmail.com).

32 Doutora em Psicologia pela UFRJ - coordenadora do Núcleo Sergipe da ABRAPSO e vice-presidente da Regional Nordeste da ABRAPSO - <http://lattes.cnpq.br/2734278257757228> - [marcelateti@gmail.com](mailto:marcelateti@gmail.com).

33 Doutora pela UFSC - <http://lattes.cnpq.br/9403831041686917> - <https://orcid.org/0000-0001-9804-4754> - [marceladeandradegomes@gmail.com](mailto:marceladeandradegomes@gmail.com)



questionarmos para quê e para quem, na prática, as universidades públicas estão direcionando seus deveres. Dessa forma, é possível relacionarmos o espaço acadêmico com as problemáticas sociais que remetem a raça e a classe. Sabe-se que, apesar do ensino ser público e gratuito, estudantes pobres e negros ainda enfrentam muitas dificuldades de acesso às universidades. Isso deve-se a questões estruturais da sociedade, como a desigualdade social e o racismo, que as instituições públicas acabam reproduzindo internamente. Portanto, estudantes com privilégios financeiros e racial, acabam sendo a maioria dentro das universidades.

Devido a isso, a universidade acaba sendo um lugar excludente e despreparado para receber estudantes pobres, trabalhadores e negros, ou seja, aqueles que estão fora do padrão de aluno, branco e rico. Ainda que, devido às ações afirmativas, estudantes pretos e pobres passaram a ingressar nas universidades públicas e privadas, o problema da existência de um sistema desigual e racista ainda permanece, e continuamos lidando com o fato de que a presença dessas pessoas em determinados lugares ainda é negada e/ou indesejada, em diferentes sentidos. Portanto, dificulta não só a inserção, mas também a permanência desses estudantes nas universidades.

Partindo deste pressuposto, o presente capítulo visa problematizar a situação de alunas pretas, pobres, pertencentes a grupos vulneráveis, em Instituições de Ensino Superior e pretende, ainda que brevemente, apresentar soluções por meio de uma atuação institucional da Psicologia escolar e educacional.

## **INGRESSAR NO ENSINO SUPERIOR: O COMEÇO DOS PROBLEMAS**

---

As universidades públicas do Brasil ainda se configuram como um lugar seletivo e para um grupo muito específico. Embora se tenha tido um alto investimento para ampliação do ensino superior público no Brasil na primeira década deste século (MEC), bem como, ações de criação de políticas públicas que garantissem uma maior democratização deste espaço (MEC), ele ainda é excludente e segregador. Nesse sentido, observa-se que a população negra e/ou pobre e/ou periférica também sofre diversas violências no âmbito acadêmico (quando conseguem acessá-lo). Assim, até os dias atuais, não somente é difícil ingressar no ensino superior público, como também, e talvez principalmente, permanecer nele até a conclusão do curso.

É importante destacar, que se luta por garantia de direitos quando estes estão sendo violados. Segundo os artigos 6º e 205º da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), a Educação é um direito social, logo, precisa ser assegurada a todas as pessoas sem qualquer tipo de distinção. Desse modo, na teoria, a universidade se propõe a ser aberta e acessível a todas as pessoas, no entanto, na prática, ela não garante isso. Sendo assim, diversos movimentos sociais/estudantis reivindicam constantemente seu lugar neste espaço.

Quando a população negra e/ou pobre e/ou periférica consegue ingressar no âmbito acadêmico, as dificuldades se mantêm. Os desafios enfrentados para passar no Exame Nacional do Ensino Médio e nos vestibulares (que ainda existem) tornam-se o começo de uma difícil jornada para se conquistar o diploma. Na maioria das vezes, para este estudante permanecer no curso, ele precisa receber auxílio estudantil da instituição, no entanto, nem sempre isso é possibilitado. Vale ressaltar, que os cortes realizados nos recursos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas agravam esses problemas. Esses estudantes demandam ainda suporte biopsicossocial e pedagógico no âmbito acadêmico e isso pode ser garantido pelas políticas de permanência.

Ao ingressar na universidade, os desafios permanecem e, até mesmo, aumentam. Dentro desse espaço é reproduzida a ideia de não pertencimento de estudantes negros e pobres, dificultando ainda mais a inclusão no espaço acadêmico. Somado a isso, na universidade, existe um padrão de ensino elitista, o qual supõe que os estudantes cheguem prontos, tendo uma escrita acadêmica de excelência, sabendo falar outras línguas além do português, tendo acesso e práticas de tecnologia, entre outras habilidades. Desconsiderando, dessa forma, o contexto social do estudante, bem como as suas particularidades e reproduzindo discursos meritocráticos, reforçando a ideia de que existe estudantes que se esforçam mais que outros. Além disso, o ensino reproduzido dentro da universidade ainda é, majoritariamente, eurocêntrico, partindo sempre de histórias e autores brancos, o que implica, ainda mais, a dificuldade de pertencimento e reconhecimento dos estudantes negros.

Ademais, entre essas e outras demandas estudantis, a situação socioeconômica é um dos principais motivos de evasão universitária, segundo a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (1996). Muitos estudantes precisam trabalhar para se manter e, ao mesmo tempo, lidar com toda a grande demanda acadêmica e com a carga



emocional que pode levar a uma fragilidade da saúde mental do estudante. Todas as dificuldades e desafios destacados até então, devem ser demandas de prioridade da universidade, sendo necessária a inclusão de políticas públicas, para além das existentes, que assegurem a permanência dos estudantes historicamente invisibilizados e marginalizados, garantindo a esses a conclusão do ensino superior.

Contudo, é de extrema importância que todos os sujeitos se sintam responsáveis e, dessa forma, se impliquem na luta pelos direitos de acesso e permanência. Deve-se ter a compreensão de que a universidade é uma extensão da sociedade e, por isso, reproduz as opressões, desigualdades e racismo. A partir disso, é necessário que os estudantes afetados por essas violências compreendam que a problemática não se encontra neles, desconstruindo a ideia de meritocracia e culpabilização desses sujeitos que devem considerar o seu contexto e respeitar seus limites. Além da importância do reconhecimento dos sujeitos brancos acerca de seus privilégios dentro das universidades e, a partir disso, ter ações diárias que busquem desconstruí-los. Considerando tudo o que foi dito, destaca-se que a luta por direitos de acesso e permanência na universidade é uma luta de todos.

Desse modo, é nítida sua importância e necessidade de efetiva aplicação nas IES. As políticas de permanência não assumem - ou não devem assumir - apenas um caráter financeiro, mas também enxergar e entender o estudante de modo integral. Nessa perspectiva, é possível garantir que os direitos humanos dos estudantes sejam assegurados. Espera-se então, que a política de permanência conceda um suporte de saúde, pedagógico, social, psicológico, entre outras garantias. Dessa maneira, ao passo que ela se concretiza, torna-se possível amenizar e até mesmo sanar os desafios existentes no espaço acadêmico.

Assim, a luta pela democratização do acesso, da permanência e do êxito é responsabilidade de todos. As pessoas precisam assumir uma posição e práticas antirracistas. É preciso garantir que a voz da população negra e/ou pobre e/ou periférica não seja mais silenciada. Além disso, as pessoas podem evitar fraudar as cotas (assegurando-as a quem tem de fato o direito), podem evitar diminuir e/ou negligenciar as pautas da negritude, podem contribuir na luta por garantia de direitos desses grupos, bem como, demais atitudes e ações que assegurem isso. Desse modo, é possível diminuir os casos e graus de violência que essa população sofre frequentemente, como também, promover a valorização e o reconhecimento da identidade negra e/ou pobre e/ou periférica.

Portanto, são visíveis as dificuldades presentes para ingresso, permanência e êxito da população negra e/ou pobre e/ou periférica nas universidades públicas do Brasil. As IES públicas ainda privilegiam um grupo específico em detrimento de outro. Todavia, essa situação contradiz a legislação brasileira que assegura a todas as pessoas o direito à Educação. Além disso, faz-se necessário garantir uma atenção e assistência integral ao estudante que ingressa na universidade. A efetivação da aplicação das políticas de permanência pode assegurar isso. Dessa maneira, percebe-se que todas as pessoas podem contribuir de algum modo para garantir os direitos dessa população, gerar oportunidades e realizar sonhos.

## RECEBER, ACOLHER E PROBLEMATIZAR

---

Os serviços de apoio e aconselhamento psicológicos surgiram inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, ainda no século XIX. Tais serviços estavam focados em ajudar o aluno a resolver dificuldade de origem acadêmica ou para inseri-lo no mercado de trabalho. No Brasil, no entanto, este trabalho é restrito e bastante recente. Pesquisas de cunho bibliográfico, apontam que o trabalho do psicólogo no ensino superior acontece somente a partir da década 1990. O objetivo desta atuação era fazer atendimento individualizado, perpetuando práticas instituídas nas escolas em níveis básicos. No entanto, Sampaio afirma que a realidade da Psicologia Escolar e Educacional ainda está voltada para a educação infantil estreitamente relacionada às reflexões trazidas pela psicologia do desenvolvimento. Apesar disso, a atuação nesta esfera da educação, vem crescendo e se transformando.

Uma das contribuições para o crescimento desta atividade foi a expansão das Instituições de Ensino Superior, no Brasil. A privatização do ensino superior, associada à abertura de novos cursos viabilizou o crescimento de estudantes em busca de diploma, contudo, despreparados para a profundidade do processo de produção do conhecimento. Como apontam Moura e Facci (2016), o ensino se multiplicou, mas voltado para o mercado de trabalho e para a profissionalização do indivíduo. O processo de expansão das vagas trouxe um ônus para as instituições de ensino pois, muitas vezes sem preparo, o que se verifica é a produção do fracasso escolar. Por fracasso,

Moura e Facci (2016) entendem “a não apropriação dos conhecimentos científicos historicamente acumulados por alunos na sala de aula, em uma instituição ou em um sistema educacional” (p. 504). Com um processo de ensino e aprendizagem cristalizado, focado em métodos e técnicas objetivos, tais instituições descartam a subjetividade do aluno, do professor, e conseqüentemente suas culturas e desníveis educacionais.

No início do século XXI, observa-se que os movimentos sociais questionam o elitismo das universidades brasileiras. Intensifica-se o debate em torno da reserva de vagas e políticas públicas são instituídas para garantir que “estudantes oriundos de escolas públicas, negros, afrodescendentes, quilombolas e indígenas populações que normalmente habitam bairros periféricos” (SAMPAIO, 2010, p. 97) possam ocupar o espaço do ensino superior. Com a universidade habitada por estudantes de origens populares ou por grupos vulneráveis, observamos embates no tocante aos tipos de indivíduos que passam a conviver aquele lugar. A inserção destes alunos, no entanto não é acompanhada de um trabalho institucional, para acolhimento e formação destes indivíduos para a educação superior. Com Sampaio (2010), nos questionamos a respeito destes alunos não-tradicionais:

Como aprendem a ser estudantes? Os alunos ditos “não-tradicionais” – os mais velhos, os muito novos, as jovens mães, os moradores de bairros periféricos, os que necessitam compartilhar estudo e trabalho, os deficientes, os negros, os mestiços e os nativos – trazem, para o espaço acadêmico, expectativas, inseguranças e contribuições que precisam ecoar e ser objeto de escuta para que as políticas planejadas para a universidade contemplem a diversidade que ela abriga, sem silenciar discursos, saberes e histórias (SAMPAIO, 2010, p. 100).

Tradicionalmente, a Psicologia Escolar e Educacional trabalha por meio de intervenção clínica. E, além disso, a contribuição deste profissional ainda é invisível ou pouco problematizada. O profissional da área em geral, aparece alijado de práticas extensionistas, do estudo a respeito da relação entre aluno e comunidade, do trabalho com o corpo docente e administrativo da instituição, bem como das políticas educacionais colocadas em prática pela instituição de ensino superior. Seu trabalho reserva-se a um processo de redução do nervosismo dos alunos ou de acompanhamento psicopedagógico de sua aprendizagem. A atuação é focada em um problema individual e a proposta de resolução é do campo da individualidade.

Em Sergipe, com o Grupo Tiradentes e a Faculdade São Luís de França, há cerca de 2 anos, desenvolvemos um trabalho de acolhimento e intervenção, junto aos alunos que declaram dificuldades de aprendizagem, seja porque provêm de camadas populacionais mais pobres, por serem negros, mulheres ou visivelmente mais velhos que a média dos alunos da instituição. O título do projeto é A.Co.Lhe.Dor e tem o intuito de receber os alunos, em suas dificuldades e proceder a um trabalho de acolhimento e resolução de problemas no sentido de um programa de manutenção e permanência destes alunos na educação superior. De um lado, operamos atendimento individualizado e acompanhamento psicopedagógico, além de elaboração de provas adaptadas, para aqueles alunos identificados com distúrbios de aprendizagem. Para a operacionalização deste trabalho de inclusão, socializamos nossas ações e preparamos um trabalho conjunto com professores e coordenações de curso. Fazem parte deste processo de assessoria aos alunos, professoras pedagogas e advogadas em constante parceria com a psicóloga da instituição. De outro, procuramos operar, em nível institucional, soluções, ainda que não imediatas, em que a modificação de práticas cotidianas venha a considerar o aluno em sua multiplicidade e auxiliá-lo de forma ampla no seu processo de aprendizagem.

Para tanto, a instituição organiza regularmente workshops, palestras, oficinas e rodas de conversa. Os principais temas de abordagem tratam dos direitos da Mulher, do atendimento socioterapêutico a autores de violência contra a mulher, racismo e políticas de cotas, defesa dos direitos humanos, inteligência emocional e competência socioemocionais. No último semestre de 2019, atuamos junto produção da Revisão curricular dos cursos, em que o centro do debate e da organização das disciplinas esteve voltado para uma maior aproximação dos conteúdos acadêmicos e realidades dos alunos. No entanto, paralelo a isso, planejamos para 2020 um projeto de capacitação docente, em que avaliação continuada, metodologias ativas, tecnologias digitais e formação centrada em projetos de extensão venham fazer parte da realidade da sala de aula e do cotidiano do aluno. Pensamos que, com estas ações, processos de exclusão, discriminação, racismo e fracasso escolar estarão amenizados e que possam talvez serem neutralizados no processo de Gestão da Aprendizagem institucional. Acreditamos com isso que:

No âmbito da Psicologia Escolar, a expansão de sua atuação para além da escola básica coaduna-se a um compromisso social por uma educação para todos. No campo da Educação Superior, a atuação da área baseada em concepções institucionais e relacionais vincula-se à preocupação com a melhoria da qualidade desse nível educativo frente ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos, participativos e compromissados com a vida em sociedade. Mais do que modificar as formas de intervenção, o desafio que se apresenta à Psicologia Escolar é o de consolidar uma atuação efetivamente envolvida com a igualdade de oportunidades, a valorização das potencialidades das pessoas e a promoção do desenvolvimento humano em sua diversidade (BISNOTO & MARINHO-ARAÚJO, 2014).

## POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA PRODUÇÃO DE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DEMOCRÁTICOS

---

O presente texto se propôs a trazer uma problematização a respeito da inclusão de populações marginais no ensino superior, além de apresentar estratégias de atuação para a psicologia, que levem em conta o social, atravessado por reflexões críticas e democráticas. O modelo educacional pautado em um processo de ensino/aprendizagem voltado para resultados objetivos, desconsidera os afetos, as angústias, a realidade socioeconômica de estudantes pretas e pobres, corroborando uma hegemonia da educação superior elitista. Questionar a existência de estudantes ricos e brancos nas Instituições de ensino superior é apontar caminhos alternativos para a Psicologia. Caminhos que possam trabalhar o indivíduo, favorecendo a produção de sua singularidade, mas também embrenhados de política social. A permanência deste aluno não-tradicional só será possível se a instituição de ensino se abrir à diversidade de seu corpo discente e buscar “conversar” com seus anseios e necessidades.

A proposta para que venhamos a consolidar uma prática democrática e inclusiva no ensino superior é a de que a Psicologia intervenha neste espaço atravessada pela concepção escolar e educacional. A partir de uma perspectiva crítica, a atuação psicológica deve ter um “olhar fino” de estudo e intervenção na dimensão individual, mas também e especialmente na do coletivo. Por meio de trabalhos que operem modificações institucionais trabalhamos um currículo cada vez mais próximo da realidade dos alunos, processos avaliativos fundados na verificação da aprendizagem e não em estratégias de punição, e em didáticas abertas à voz da experiência dos estudantes, estimulando a produção coletiva e social do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

---

- BISNOTO, Cynthia; MARINHO-ARAÚJO, Claysi. Psicologia escolar na educação superior: Panorama da atuação no Brasil. *Arquivos Brasileiros em Psicologia*; Rio de Janeiro, 67(2):33-46. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v67n2/04.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO (MEC/ANDIFES/ABRUEM/ SESU). *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília, 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)*. Disponível em: <[http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81)>. Acesso em: 22 out. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Cotas*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 22 out. 2019.
- MOURA, Fabrício Rodrigues de; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: Configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. 2016. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, 20(3), p. 503-514. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00503.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. A psicologia na educação superior: Ausências e percalços. 2010. *Em Aberto*, Brasília, 23 (83), p. 95-105. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2253/2220>>. Acesso em: 01 nov. 2019.





# INSURGÊNCIAS ÉTICO-ESTÉTICO-POLÍTICAS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL

Maíne Alves Prates<sup>34</sup>

## INTRODUÇÃO

---

Esse texto versa sobre a juventude negra que através do *slam* traz no conteúdo de suas poesias elementos que constrói seu próprio conhecimento sobre como ela se vê na sociedade. Descrevo sobre a origem do *slam*, alguns conceitos sobre o termo e um breve histórico no Brasil e em Porto Alegre. Pretendo refletir sobre o uso da literatura baseado na escrevivência, conceito criado por Conceição Evaristo para narrar histórias de mulheres negras e, além de literatura, trago escrevivência como uma escolha analítico-metodológica, uma aposta na escrita como forma de resistência onde pessoas negras são agentes ativas de sua própria história. Narro sobre minha inserção em um *slam* e vários elementos que compõem esse evento que nos ajudam a pensar o modo de vigilância da juventude negra na cidade. E, por fim, problematizo quais contribuições para a Psicologia Social o *slam* me faz pensar.

Quem faz a pergunta quem intitula meu texto é Bruno Negrão em uma fase do *Slam* RS realizado em uns dos pontos centrais do centro de Porto Alegre<sup>35</sup>. Nas noites da capital jovens predominantemente negros, da periferia de Porto Alegre e região metropolitana se reúnem para ouvir poesia. Poesias onde compartilham vivências semelhantes são expostas através interpretação intensa da/o poeta ou *slammer* como são chamadas/os quem participa do *slam*. Os *slam* ou *Slam Poetry* são batalhas de poesias individuais, em duplas ou em grupos com temáticas diversas como: racismo, sexismo, discriminação a LGBTQI+, política, educação, relacionamentos amorosos, sexualidades entre outras interfaces do cotidiano. Os *slams* em Porto Alegre/RS geralmente ocorrem em praças e em alguns bares e tem como principais atores a juventude negra e periférica. O primeiro *slam* do Brasil surgiu em 2008 com o ZAP! *Slam*. Segundo Freitas (2018), ZAP é abreviação de Zona Autônoma da Palavra organizada por Roberta Estrela D'Alva que, além de ser uma das principais poetisas sendo a primeira brasileira a participar de um mundial de *slam*, é uma das pesquisadoras mais antigas. A organização ocorreu junto ao Núcleo Bartolomeu de Depoimentos no bairro Pompeia em São Paulo. A autora pontua uma importante diferença entre o *slam* no Brasil e dos Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos “as batalhas ocorrem sempre dentro de espaços fechados – teatros, bares ou casas de show –, onde é necessário comprar ingresso para participar do evento. No Brasil, mesmo nas ocasiões em que ocorrem em espaços fechados, os *slams* costumam ser sempre gratuitos” (FREITAS, 2018, p.97). O primeiro *slam* no Rio Grande do Sul ocorreu em 2016 com o *slam* das minas, inspirado no *slam* das minas de Brasília coletivo

34 Mestranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS - <http://lattes.cnpq.br/5712574447806721> - mainealvespratesn@gmail.com

35 NEGRÃO, Bruno. [S. l.: Slam RS], 2017. 1 vídeo (2 min e 43 seg). Publicado pelo canal Bruno Negrão. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=GBXo\\_Cl-Xcs](https://www.youtube.com/watch?v=GBXo_Cl-Xcs)>. Acesso em 13 jul 2019.



exclusivo para a apresentação de mulheres. O segundo foi o *slam* peleia, que contava com cinco participantes, porém já eram 20 competidores em 2017. Naquele ano, além dos grupos da Capital, havia também os coletivos do interior: o *Slam da Montanha*, de Caxias do Sul, o *Slam Liberta*, de Esteio, o *Slam Poesia*, de Pelotas e o *Slam Novo Hamburgo*<sup>36</sup>. Freitas (2017) ao fazer um apanhado jornalístico sobre o *slam* no Rio Grande do Sul destacou como o *slam* vem sendo disseminado de outras formas pela cidade através de oficinas de escrita e literatura trazendo inclusive poetas de destaque no cenário do *slam*.

Em um breve levantamento de publicações a respeito do tema<sup>37</sup>, o *slam* surge por volta da década de 1980 em Chicago e tem como criador Marc Kelly Smith responsável pelo alcance do *slam* nas periferias dos Estados Unidos. A expressão *Slam* vem do inglês que significa uma batida, como uma batida de porta. Também, o termo é usado em disputas esportivas como baseball, tênis, bridge, basquete, boxe para se referir as finais dos torneios. Porém, para Silva (2018), definir o *slam* como batalhas de poesia seria uma forma muito simplista e insuficiente. Para o autor, *slam* não é um show de talentos, *rap* sem som, um poema em um pedaço de papel ou uma arte para uma pequena elite julgar ou não seu valor. *Slam* “é poesia, performance, competitividade, interatividade e comunidade” (SMITH e KRAYNAK, 2009 *apud* SILVA, 2018). Seu conteúdo crítico, sua performance livre de métricas acadêmicas e elitistas e sua interatividade com o público são algumas características marcantes em um *Slam*. A arte oriunda das periferias para mim é das mais potentes ferramentas de denúncia, questionamento e tensões frente ao cenário crítico que acomete o cotidiano principalmente da juventude. Meu trabalho de conclusão de curso foi sobre o *hip hop* como alternativa da juventude periférica ter uma posição atuante diante da sua existência. O *slam*, apesar de não haver apenas pessoas negras como componentes, surge como mais um elemento da cultura negra e periférica em Porto Alegre e regiões produzido pela juventude e para a juventude provocando deslocamento na produção de conhecimento dentro e fora da academia. Entro em contato com o *Slam* no final de 2017 e o impacto que sinto das poesias feitas pela juventude negra nas suas mais diversas expressões me fez refletir sobre como a dinâmica do racismo epistêmico entre outros mecanismos que cerceiam a juventude negra periférica, operam para manter a estrutura da sociedade brasileira provida de privilégios que produz e legitima um saber eurocêntrico<sup>38</sup> e deslegitima saberes fora desse círculo. Também me faz pensar nesse diálogo que eu, enquanto participante irregular do *slam* e mestranda, realizo com autores acadêmicos e não acadêmicos sobre os elementos que o *slam* traz característicos do conhecimento africano e afrodiaspórico. Penso principalmente no meu processo de descolonizar meu pensamento e em tudo que repercute minha vida. Alisson Batista (2016), traz como a descolonização do pensamento era um (doloroso) processo e como tal não se dá de maneira imediata. No meu pensar e fazer há vestígios de colonização, e o entrave desse processo de descolonização está no que Mignolo (2008, p. 290) afirma ser um “aprender a desaprender [...] já que nossos cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial”. Ser mulher, negra, lésbica, poeta e mestranda convoca em meus pensamentos diversos atravessamentos operados por uma lógica racista, machista e LGBTfóbica e é inevitável não ser governada por essa lógica, porém é urgente problematizar sobre ela.

Atualmente em Porto Alegre são realizados por volta de nove *slams* compostos principalmente pela juventude negra e não negra de diferentes classes sociais, orientações sexuais e identidades de gênero. Dessas rodas, algumas são realizadas na periferia como o *Slam da Tinga*, localizado no bairro Restinga, zona sul de Porto Alegre, o *Slam da Bonja*, situado no bairro Bom Jesus, zona leste da capital e o *Slam da Voz*, situada na Lomba do Pinheiro, também zona leste de Porto Alegre. O *slam* que mais tenho contato é o *Slam Chamego*, participando da roda de verso livre<sup>39</sup>. Esse *Slam* tem um diferencial dos outros por conta da temática exclusiva das poesias amores em todos os contextos que nessa palavra cabe: declarações de amor aos pais, amigos, amores, desilusões amorosas, amor-próprio, entre outras manifestações de afeto. Todo o *slam* tem um grito para “mandar energia” para quem vai recitar.

36 CARAPEÇOS, Nathália. Poetry slam: competição de poesia falada ganha cada vez mais adeptos no Rio Grande do Sul. **Gaúcha ZH: cultura e lazer**, Porto Alegre, dez de 2017. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2017/08/poetry-slam-competicao-de-poesia-falada-ganha-cada-vez-mais-adeptos-no-rio-grande-do-sul-9875439.html>> Acesso em 04 de julho de 2019.

37 MIRANDA (2017); NEVES (2017); SILVA (2018); VIANA (2018). Eurocentrismo no entendimento de Walter Mignolo (2008) “não dá nome a um local geográfico, mas à hegemonia de uma forma de pensar fundamentada no grego e no latim e nas seis línguas europeias e imperiais da modernidade; ou seja, modernidade/colonialidade” (p. 301)

38 Idem 37.

39 Espaço onde qualquer pessoa pode recitar poesia sem competir recitando poesias autorais ou não. Esse espaço acontece entre a soma de pontos dos poetas que estão competindo elegendo aquelas/es que irão para a próxima fase da competição.



O grito do *Slam Chamego* é “Abaixa a guarda e peito!” Acredito que mais que uma chamada para a performance da/o *slammer* é um convite para pessoas negras investir mais em seus afetos.

[...] vimos que são muitas as poesias militantes (o que é ótimo, pois nos desconstroem e nos ensinam), mas ainda sentimos falta de falar sobre as coisas de dentro do peito. Um lugar seguro onde o amor pode se manifestar nas suas multiformes. E como é de nós, não abandonamos a militância pois ainda hoje o amor segue sendo revolucionário<sup>40</sup>.

## LITERATURA A PARTIR DA ESCRIVÊNCIA – ESCRITA A PARTIR DE MULHERES NEGRAS PENSANDO A JUVENTUDE NEGRA

---

Escrevivência é um termo utilizado por Conceição Evaristo que denomina a escrita de mulheres negras. Uma forma de escrita que não se dá apenas pela escrita alfabética, mas se dá também pelo corpo, pelo gesto, pela voz, pela expressão que são as possibilidades da oralidade. A escritora afirma: “A nossa escrevivência não é para adormecer ‘os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”<sup>41</sup>. A autora ao pensar escrevivência traz o contexto da escravização principalmente das mucamas que viviam na casa dos senhores e que tinham por obrigação contar histórias para adormecer os da casa grande. Ressalta a capacidade das mães pretas ao utilizar da oralidade para contar essas histórias. Atualmente mulheres negras ao se apropriarem dessa possibilidade de escrita escrevem histórias que agora incomodam sonos injustos. Pensando sob o aspecto da oralidade como obra literária, Vasina (2010, p. 140) aponta a tradição oral desenvolvida por civilizações africanas definida como “um testemunho transmitido oralmente de uma geração para a outra” inclusive em civilizações letradas, pois, apesar da tradição oral ser marcada por civilizações onde poucas pessoas sabiam escrever, a oralidade não era reduzida a uma mera ausência de escrever. Ao contrário, nas tradições orais a palavra tem poder, ela é uma forma de preservar a sabedoria dos ancestrais e de transmitir evidências para as gerações futuras. O testemunho ocular é considerado de grande valor para as tradições orais pelo menor risco a distorções. Eis a responsabilidade de transmitir um testemunho: “A oralidade é uma atitude diante da realidade e não ausência de uma habilidade” (VASINI, 2010, p. 140). A maioria das obras literárias são tradições e possuem sua forma e critérios literários. O poema é uma forma de tradição oral e pensando sob essa perspectiva as poesias no *slam* são formas de escrever e de oralidade, pois a/o *slammer* é testemunha ocular de sua história que transmite através dos versos e de sua capacidade corpórea com menos distorção e menos à mercê do controle do Estado. Conceição Evaristo pensa a partir de sua condição de mulher negra na sociedade para pensar as escrevivências. Pensar a escrevivência para a juventude negra é uma atualização do conceito da escritora. A juventude negra versa sobre ser jovem negro em uma sociedade em que o genocídio da juventude é evidente em dados estatísticos. Vergne, Vilhena, Zamora e Rosa (2015) levantam a discussão a respeito do genocídio e a continuidade de práticas racistas no Brasil. Por meio da publicidade e do cinema, assim como o nazismo durante a II Guerra Mundial, foram importantes ferramentas na construção de uma permissividade a segregação e eliminação dos judeus, os autores trazem a discussão do genocídio como um plano de desintegração não apenas física da população negra, mas de uma eliminação que também é política e social na sociedade brasileira.

Genocídio é uma forma de violência complexa; o efeito de um conjunto de práticas cotidianas baseado no desejo de eliminação, ou de afastamento, do outro e por isso consentindo, mesmo que silenciosamente, a sua eliminação. Embora a explicação do genocídio não possa ser reduzida ao desejo de destruição do outro, não pode operar sem ele. (VERGNE, VILHENA, ZAMORA E ROSA, 2015, p. 517)

“Em adolescentes e jovens negros do sexo masculino o risco de suicídio foi 50% maior que entre brancos [...] adolescentes e jovens negras o risco de suicídio foi 20% maior que entre brancas” (BRASIL, 2018, p.33-35). Conforme Cerqueira, et al. (2017), de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras sendo os jovens do sexo

40 SLAM CHAMEGO. Porto Alegre, 07 ago 2017. Facebook. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/SlamChamego/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/SlamChamego/about/?ref=page_internal)>. Acesso em 13 jul 2019.

41 EVARISTO, Conceição. [S. l.: Ecos da Palavra], 2017. 1 vídeo (3 min e 57 seg). Publicado pelo canal Instituto Arte de Tear. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4EwKXpTIBhE>>. Acesso em 26 out 2019.

masculino os mais acometidos. Entre 2005 e 2015 enquanto a taxa de homicídio de pessoas não negras diminuiu 12,2%, para pessoas negras a taxa aumentou 18,2%. Com relação a mulheres negras, Cerqueira et al. (2019), aponta que enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Também, foram denunciados 193 homicídios contra LGBTI+ em 2017. Só entre 2016 e 2017, o número de denúncias cresceu 127%, de 85 para 193. Em 2016, foram 5.930 notificações de violência contra homossexuais e bissexuais, 64,8% dos agressores de homossexuais e bissexuais eram homens, 59,5% das vítimas eram mulheres, 92,1% das vítimas residiam em áreas urbanas. Esses dados são o cenário dos marcadores da desigualdade no país que acomete grande parte da juventude. Escrever é subverter a produção de conhecimento introduzindo uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, disse Soares e Machado (2017) ao escrever a história de mulheres negras atendidas na assistência social. Não há nada de romântico em escrever. Ela é uma escolha analítico-metodológica, uma aposta na escrita como forma de resistência onde pessoas negras são agentes ativas de sua própria história. A juventude negra através da poesia produz tensionamentos ao conhecimento hegemônico construído sobre ela. Tenho acordo com as autoras que escrevivência além de assumir uma dimensão ética ao se propor a narrativa de um “nós” compartilhado, ela é uma metodologia de uma vivência que é única e exclusiva e não mais ser alvo de observações e produções que falam de “nós”. “Que tal investir em cultura pra mudar essa conjuntura e começar a ter *slam* nas aulas de literatura?” Pergunta que afirma o *slam* como potência artística e inventiva colocando a juventude negra no centro da produção de conhecimento.

## POETA EM CAMPO: VERSANDO SOBRE CHAMEGOS E PERIFERIAS

---

Realizei pesquisa de campo no *Slam Chamego* em uma noite fria véspera do primeiro dia da primavera. Era a final do *Slam Chamego* e a/o vencedora/or iria competir no *Slam Conexões* (final regional). Também era a comemoração de dois anos do *Slam Chamego*. O local foi diferente das outras edições: no Largo dos Açorianos, recentemente reformado depois de anos interditado pela prefeitura. Chego a tempo para me inscrever para o verso livre. Estou com minha namorada e um casal de amigas. Somos acolhidas pela *slammaster*<sup>42</sup> e mais algumas pessoas da organização do *slam* com abraços e sorrisos. Depois de um tempo de espera, inicia-se o *slam* com as/os finalistas: Bia, Cristal, Dadi, Esly Ramão, Jovem Preto Rei e Proletarie. Bruna Anselmo também era uma das finalistas, porém ela está morando fora do Brasil com o companheiro. Enviou uma mensagem falando sobre sua relação amorosa e explicando suas razões por não estar na final do *slam*. Essa mensagem foi em forma de poesia e lida pela Tiatã no verso livre. Tiatã é *slammer* que também recita no Chamego, mas não estava competindo na final. As/Os juízas/es foram escolhidas/os como em todas as edições: a *slammaster* pergunta quem está participando no *slam* pela primeira vez e pergunta se essas pessoas gostariam de ser juízas/es da competição. Essas pessoas são responsáveis de dar uma nota de 0 a 10 para cada performance das/dos *slammers*. A cada nota baixa das/dos juízas/es descontentava a plateia, e muitas falas descontentes foram vociferadas. Chama a atenção que, nessa edição, houve alguns poemas cujo tema era paternidade: a ausência dela e como isso faria com que pensasse em ser o melhor pai para sua filha ou a crítica de uma paternidade que não aceitava a homossexualidade do filho, por exemplo. Além disso, as desilusões amorosas são temas comuns nesse *slam* que é o único temático de Porto Alegre, porque os temas da competição são em torno das relações afetivas seja entre amigas/os, mães/pais, filhas/os, companheiras/os, entre outras relações. Outro aspecto chama a atenção: a vigilância da polícia militar e da guarda municipal em torno do evento. Enquanto acontecia o *slam* constantemente passava um policial militar e observava o movimento da roda. Com isso também percebia o quanto o cheiro de maconha aparecia e desaparecia da cena. Além disso, havia duas caminhonetes da guarda municipal observando a distância. Chega a minha vez de entrar na roda para o verso livre. As mulheres negras presentes sempre gritam para outras mulheres negras “é as preta!”, “é as buce! É as preta! É as bucepreta! Preta!” Recito um poema dedicado à minha namorada. Fala sobre o relacionamento de duas mulheres negras. Recebo muitos abraços e os gritos em saudação às mulheres negras se repetem. Além de mim, havia outras pessoas que representavam LGBT (não tenho conhecimento se naquele dia havia alguma pessoa travesti ou transsexual), porém a maioria eram pessoas negras versando sobre seus afetos. Ao final da competição, a tradicional foto foi tirada registrando mais uma competição e a comemoração de dois anos do “*slam* mais amorzinho da cidade” como costumam chamar.

42 Quem apresenta e organiza o *slam*.

## INSURGÊNCIAS ÉTICO-ESTÉTICO-POLÍTICAS: QUAIS CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA SOCIAL O SLAM ME FAZ PENSAR?

---

Pensando o saber formal e acadêmico centrado em uma estrutura eurocêntrica que deslegitima outras formas de pensar a arte, vivência e existências, o *Slam* surge como um espaço onde outras formas de ser, viver e produzir conhecimentos são evidenciadas. Surge como um campo que tensiona o pensamento hegemônico provocando a possibilidade de uma descolonização do saber. Descolonizar o saber é trazer para o centro da discussão pautas que são próximas a essa juventude negra e periférica que através do corpo que se entrega a poesia transmite a sua história de perdas, mortes, amores, desamores, racismo, lgbtphobia, dores transformadas em escrituras, ou seja, “histórias para incomodar o sono dos injustos”. A poesia, conforme Vasina (2010), é uma das fontes da tradição oral onde a/o poeta transmite seu conhecimento. Conhecimento que não é restrito a um único testemunho, mas vários testemunhos poéticos que produzem diferentes formas de pensar a juventude negra ocupando espaços na cidade. Mignolo (2008) aborda que a opção decolonial é epistêmica. Porém, o desvinculamento epistêmico não é abandonar ou ignorar o que já foi institucionalizado por todo o planeta. Mas, sim, substituir a geopolítica de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos pela geopolítica e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc. que foram racializadas. Assim, por conhecimento ocidental e razão imperial/colonial compreende-se o conhecimento que foi construído nos fundamentos das línguas grega, latina e das seis línguas imperiais europeias. Pensando nesse exercício de descolonização, evoco os teóricos da juventude como Hércules Marques conhecido como Jovem Preto Rei:

*desde menino já era pródigo  
vivia entre as grades do portão  
a rua que levava para as grades da prisão  
minha casa com drogas, ratos e agressão  
e a escola  
onde eu ganhei o curso de redação  
todo jovem preto  
só precisa ter uma oportunidade de ascensão  
me perguntam como fiz pra me destacar na escrita  
eu respondo: “experimenta não ter outra opção” (MARQUES, 2019, p. 161)*

Descolonizar o pensamento é muito mais do que identificar que existem outras teorias para além da Europa e dos Estados Unidos. É também descentralizar o conhecimento buscando referências que problematizem a visibilidade de um povo e a invisibilidade de muitos povos. A juventude negra que grita “poesia salva vidas!”, “é o terrorismo lírico revidando e resistindo!”, “se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo!” provoca em mim, enquanto uma mulher, negra e pesquisadora, a reflexão sobre como ela se vê em meio a tantas ameaças que a cerca e assim produz arte e conhecimento. E dessa maneira como ela pensa sua existência e seus afetos:

*Já imaginou?  
Nós dois  
Super-heróis do gueto  
Tipo dois Orixás  
Eu lansa e você Ogum  
Nossas armaduras  
Vermelho e azul  
Nossas armas  
Um Raio e uma espada*

Nosso reino...  
O morro inteiro  
Nosso banquete  
Pela manhã um bolinho de fubá  
Meio-dia Vatapá  
E a tardinha um amalá  
Nossos templos em Yorubá  
Nossas meninas  
Omo birin obá  
E nossas mães  
Àyabás  
Nossos griôs os preto véio  
E em cada canto o nosso teto  
Já imaginou?  
Nós dois... Super-heróis do gueto  
A favela descendo o morro  
O asfalto virando gueto  
E finalmente tudo escurecendo  
Já imaginou?  
Nós dois  
Super-heróis do gueto  
Trazendo uma nova civilização  
Aí sim, seria a redenção<sup>43</sup>.  
Morghana Benevenuto Almeida

Não tenho aqui a pretensão de falar pela juventude negra e tão pouco pelo *slam* de Porto Alegre. Trago aqui algumas reflexões em torno da potência da escriturabilidade da juventude negra que vem ocupando espaços na cidade, na academia e em eventos literários, entre outros eventos voltados a reflexão crítica social. Insurgência para a juventude negra é se manter viva não apenas fisicamente, mas naquilo que trazem de conhecimento dela mesma e assim transmitir através da tradição oral, prática desenvolvida pelas sociedades africanas desde o século XVI. Para Soares e Machado (2017, p. 207), as escriturabilidades carregam uma dimensão ética ao propiciar que a autora, “assuma o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativas e voz, a história de um ‘nós’ compartilhado”. Pensar em escriturabilidade e *slam* é pensar em uma subversão na produção de conhecimento como as autoras propõem. É produzir deslocamentos, tensões, fissuras, resistências através de arte intensa proporcionada pela performance do *slammer* e da comunidade *slam*. E por fim, escrever tem sido, para mim, uma convocação para mergulhar nesse tensionamento que a descolonização do pensamento me provoca a não estar no lugar de objeto de estudo e sim como produtora de conhecimento. Dessa forma, finalizo com um poema de minha autoria pensando sobre o lugar da juventude negra na produção de conhecimento sobre ela.

*Juventude me lembra atitude, virtude, saúde.  
Sim! Saúde! Saúde carregada de potência!  
Não me venha com conceitos da tal adolescência  
que adoram chamar de “aborrescência”  
quando na verdade o que mais aborrece é a criação de conceitos*

43 CHAMEGO, Slam. Vencedora Slam Chamego 1ª Edição 2018. Porto Alegre. 19 mar 2018. Facebook: Slam Chamego. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SlamChamego/videos/1041459669346024/>>. Acesso em: 29 out 2019.

que só faz cristalizar os sujeitos  
encarcerados em supostos defeitos para legitimar “adultos perfeitos”.  
Alimentando o consumismo ilusório do capitalismo selvagem que carrega em sua bagagem nossos corpos go-  
vernáveis, domesticáveis...  
Juventude...  
Essa que se nega a obediência.  
Tentam entender o que há na essência de quem a quer presa, calada, drogada e morta.  
Eles a querem morta!  
Principalmente a juventude negra!  
Porque ela deixa escancarada a sociedade que nunca deixou de ser escravagista!  
Que todo o dia a aborta!  
Pra que um cidadão de bem seja criado a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado!  
É na juventude que existe algo de errado?!  
Preciso mesmo dizer quem é que está enganado?!  
Ou será que digo a intenção de quem está enganando?!  
Melhor nem falar  
A juventude não precisa de porta-voz.  
Apenas que parem de vê-la como algoz.  
Deixe que ela escreva sua própria história!  
Deixe ela assinar a sua autoria.  
Quem sabe assim o protagonista será um jovem preto!


## REFERÊNCIAS

---

- CERQUEIRA, et al. *Atlas da violência 2017*. IPEA – FBSP: Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)>
- CERQUEIRA, et al. *Atlas da violência 2019*. IPEA – FBSP: Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34784&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432)>
- MIGNOLO, W. D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>> Acesso em 06 de maio de 2019.
- MIRANDA, C. A. DIÁLOGO EM FORMA DE POETRY SLAM: AUBERVILLIERS (PARIS) E COOPERIFA (SÃO PAULO). Disponível em: <[http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017\\_1522184358.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522184358.pdf)>
- NEVES, C. A. B. Slams - letramentos literários de reexistência ao/no mundo contemporâneo. *Linha D'Água (Online)*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 92-112, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v30i2p92-112>
- SILVA, C. R. Posicionando o slam poetry no debate da teoria política. *Anais do Seminário de Ciências Sociais PGCS-UFES*, Vitória, v. 3, 2018. Disponível em: <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/scs/article/view/21715/14413>>
- SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “Escrivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 06 maio 2019.
- VIANA, L. Poetry slam na escola: embate de vozes entre tradição e resistência. *Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP)*, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153407>>
- VERGNE, C. M. et al. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 516-528, Dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000300516&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000300516&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 08 fev 2019.







# FORMAÇÃO ANTIRRACISTA E PSICOLOGIA SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Monica Lima de Jesus<sup>44</sup>

Tiago Ferreira Silva<sup>45</sup>

## INTRODUÇÃO

---

O Art. 207 da Constituição Federativa da República do Brasil, de 1988, estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nesse sentido, às universidades compete elaborar estratégia para obedecer a esse princípio e preservar sua autonomia universitária.

Neste texto, apresentamos algumas estratégias orientadas pelo referido princípio. Nosso objetivo político-pedagógico é fomentar uma formação antirracista de estudantes de Psicologia, produzir conhecimento e práticas profissionais sensíveis às dimensões sociais, culturais de gênero e raciais/étnicas. Este manuscrito parte de algumas experiências desenvolvidas, nos últimos 10 anos, por nós do Laboratório de Estudos Vinculares em Saúde Mental (LEV), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), dando continuidade a iniciativa de criação desse laboratório, em 2006, pelo professor, pesquisador e extensionista Marcus Vinicius Oliveira Silva (Matraga). A história do LEV é rica, forte e inspiradora, porque com este nome, Matraga buscou sintetizar muito do que fazia e estaria por fazer como “psicólogo politicamente sensível” (SILVA, 2003, p. 94). No texto citado, sintetizando algumas ideias para discussão sobre psicologia e relações raciais pautada no compromisso social da psicologia, Matraga disse:

o tema do descompasso existente entre a condição de maior cidade negra do mundo (refere-se a Salvador) e o caráter restrito das oportunidades oferecidas aos afro-descendentes, de certo modo, se impôs à minha percepção e dificilmente poderia me esquivar da tentativa de compreender um pouco mais essa questão das relações raciais, que é determinante desta situação (SILVA, 2003, p. 94).

---

44 Doutora em Saúde Pública/Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Vinculares em Saúde Mental (LEV) do IPS/UFBA – E-mail. molije@hotmail.com

45 Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestrando em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI/UFBA. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Vinculares em Saúde Mental - LEV do Instituto de Psicologia da UFBA. – E-mail. tiagoferreiradez@hotmail.com

Ele descreve uma “universidade pública que conta(va) com pouquíssimos alunos afro-descendentes no curso de Psicologia” (SILVA, 2003, p. 94). No entanto, uma das estratégias adotadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFBA e publicada na Resolução nº01/04, em julho de 2004, a política de ações afirmativas que aprova as cotas raciais para ingresso nessa universidade vem mudando esse injusto cenário. Desde então, podemos contar com a cota de 50% de estudantes auto-declarados/as negros/as (pardos/as e pretos/as) provenientes de escolas públicas no curso de Psicologia. O último estudo robusto identificado sobre o perfil dos/as estudantes de Psicologia, no Brasil, desenvolvido por João Macedo, Cristina Alves, Lais Bezerra e Jamille Silva (2018), comparando dados dos/as respondentes do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) de 2019, 2012 e 2015, no que diz respeito ao pertencimento racial, apontou aspectos importantes. Em 2015, os/as estudantes autodeclarados/as brancos/as predominavam (62%), seguidos dos pardos/mulatos e negros (28,4% e 7,5%), respectivamente. Os últimos ainda eram considerados sub-representados nessa área de formação, mas destacou-se que “houve um decréscimo no número de estudantes brancos (9,1%) e o crescimento do percentual de pardos/mulatos (7,5%) e negros (2,1%) entre 2009 e 2015” (MACEDO; ALVES; BEZERRA; SILVA, 2018, p. 88).

A ausência de estudantes afro-descendentes e indígenas impulsionou Matruga a tratar dessa questão, mesmo não sendo especialista em psicologia e relações raciais, não por acaso, e sim por uma decisão política universitária de reparação, a presença deles/as é o determinante para darmos seguimento ao seu trabalho. Nas experiências aqui relatadas buscaremos refletir sobre as contribuições de vertentes da psicologia social, particularmente, a de base construcionista e a teoria da subjetividade da histórico-cultural, articuladas com aportes clássicos e contemporâneos da psicologia na temática das relações raciais e do racismo. Compartilharemos didática e criticamente práticas que consolidam um tripé do ensino-pesquisa-extensão relativas à psicologia e a questão racial, desmitificando a idéia errônea de superioridade e unilateralidade entre elas na universidade, que constanja esse princípio.

A noção de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão antirracista parte do pressuposto de que a sociedade brasileira opera o racismo em três dimensões: individual, institucional e estrutural, como analisa Silvio Almeida (2018). O autor define racismo como uma forma sistemática de discriminação fundamentado na ideia de raça, e que se revela mediante práticas conscientes e inconscientes que conferem desvantagens ou privilégios para indivíduos, de acordo com o grupo racial ao qual pertençam, sendo reproduzido também nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Na concepção individual, o racismo é compreendido como uma patologia, irracionalidade, praticado individualmente ou por grupos isolados, passível de ser combatido no campo jurídico. Já na segunda, o racismo está relacionado ao funcionamento das instituições, as quais conferem desvantagens e privilégios, direta ou indiretamente, tendo a raça como o seu principal fundamento. Nessa perspectiva, a desigualdade racial é entendida como uma característica da sociedade, não apenas por uma ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são dominadas hegemonicamente por determinados grupos raciais que impõem seus interesses políticos e econômicos, instituindo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem o seu domínio normal e natural (ALMEIDA, 2018). No que se refere à concepção estrutural, o racismo como processo histórico e político transcende comportamentos individuais e processos institucionais. É uma decorrência da própria estrutura social, se estabelecendo como regra dentro do funcionamento “normal” que constitui as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, forjando as condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados, direta ou indiretamente, de forma sistemática (ALMEIDA, 2018).

## ENSINO ANTIRRACISTA EM PSICOLOGIA

---

O curso de Psicologia da UFBA completou 50 anos, em 2018, e está situado na cidade de Salvador-Bahia, que tem por volta de 80% da população autodeclarada parda/preta, proporção superior à tendência nacional. Atualmente, a população brasileira ultrapassa a marca de 209 milhões de habitantes, sendo que mais de 56% dessa população se autodeclara como pertencente à população negra, composta por pretos e pardos (IBGE, 2018). Embora, seja maioria no contexto brasileiro, a população negra vivencia cotidianamente os principais impactos da desigualdade social, seja no tocante às condições materiais como também em relação a aspectos subjetivos, o que nos leva à evidência de que a desigualdade racial é estruturante da desigualdade social e não a sua simples consequência.

O curso adota matriz curricular disciplinar, ou seja, os temas são tratados em cada componente curricular (CC), e não há uma perspectiva assumidamente transversal de temas no projeto político-pedagógico. Em conclusão, o curso não tem um CC que se dedique exclusivamente à Psicologia e Relações Raciais/Étnicas. As iniciativas identificadas até o momento para lidar com a essa temática foram: 1) grupo de estudo sobre subjetividade e relações raciais (SILVA, 2003); 2) pesquisas sobre o racismo no campo da psicologia social - cognição e representações sociais - algumas geradas na Pós-Graduação em Psicologia/UFBA (DANTAS; PEREIRA, 2018; TECHIO, et. al., 2019); 3) estudos de Evanice Chaves sobre racismo, professora aposentada do IPS; 3) oferta de um CC optativo ministrado em estágio-docente por um estudante de mestrado do referido programa, o psicólogo Lúcio Oliveira; 4) oferta de um CC optativo organizado por uma professora do quadro docente permanente, e ex-estudantes, atuais psicólogas autodeclarada/os negras/os, Ana Luiza Dias, Gabriela Silva, João Batista Alves, Tiago Ferreira e demais colaboradoras, como Cassia Virgília Marciel, nossa Pró-Reitora. Isso tem impulsionado, o Colegiado de Graduação em Psicologia para atender as prerrogativas da Lei N. 11.654, de março de 2008 (BRASIL, 2008) junto a outras iniciativas da UFBA.

Essa proposta de oferecer um CC partiu do pedido insistente dos/as estudantes e de uma confluência de preocupações decorrentes do sofrimento psicossocial vivenciado pela população negra no espaço universitário, sob óticas complementares. Ela foi planejada pela equipe descrita acima, egressas do curso de Psicologia/UFBA em diferentes décadas, a partir de 1992. A confluência aconteceu em um encontro na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE\UFBA) com a Pró-reitora e a professora. Ambas desejavam e apostavam que a oferta de um CC agregaria como estratégia para uma formação antirracista em psicologia. A principal motivação da pró-reitora era a quantidade de jovens negros/as que circula nessa PROAE com queixas de sofrimento psicossocial e racial. Essa iniciativa culmina, em 2019, com o concurso docente para a área de Psicologia e Atenção à Saúde: articulação entre raça/etnia, gênero e classe social, quando a primeira professora autodeclarada negra, desde a inscrição do referido concurso (UFBA, 2018), ingressa em primeiro lugar para o curso de Psicologia da UFBA.

Nesse CC, frequentaram assiduamente 60 estudantes, com matrículas regulares e especiais, graduandas/os e profissionais. Foram realizados 17 encontros em um semestre, com carga horária de 68 horas. Utilizamos oficinas, rodas de conversas, aulas expositivas, conferências com profissionais especializados/as da área. O processo avaliativo individual ocorreu com a elaboração de um ensaio autobiográfico e os efeitos do racismo em torno das suas próprias experiências. Esta iniciativa só foi exitosa porque contou a participação de ex-estudantes da UFBA do curso de Psicologia, autodeclaradas negras, que trouxeram à sala de aula, contribuições profissionais, sócio-educativas e pessoais na temática psicologia e relações raciais. A função da professora responsável pelo CC foi organizar o conteúdo programático, fazer cronograma, convidar e viabilizar as participações, além de dar algumas aulas e avaliar os ensaios. O lema foi: ensinar aprendendo.

## **EXTENSÃO ANTIRRACISTA EM PSICOLOGIA**

---

Este projeto é direcionado ao eixo “iniciação a aprendizagens profissionais” do Programa Permanecer (PROAE/UFBA, 2019). No entanto, tangencia os eixos de extensão e de pesquisa. Trata-se de mais uma iniciativa para dar seguimento ao esforço institucional para a promoção de uma formação acadêmica, cidadã e antirracista em psicologia. Fazem parte da equipe de extensão, duas estudantes bolsistas autodeclaradas negras, Aniele Berenguer e Vitailma Santos, um doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (IPS/UFBA), Marcio Abreu, e vários/as estudantes voluntários/as do curso de Psicologia e do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (IHAC/UFBA). O projeto parte da constatação de que a questão racial não tem sido tratada com a importância necessária no referido curso de graduação e a presença de estudantes negros/as tem sido a força motriz para a reivindicação para a incorporação da formação antirracista.

Temos como objetivo elaborar, executar e avaliar uma ferramenta para o exercício da psicologia em vários âmbitos de trabalho: oficinas sobre racismo, negritude, branquitude e suas relações com a saúde mental. Trata-se da abordagem psicossocial no campo da saúde com o uso de oficina como ferramenta de intervenção psicossocial, como sugere Lucia Afonso (2006) e como estratégia de pesquisa, como indicam Mary Spink, Vera Menegon, Benedito Medrado (2000), reforçando o princípio da articulação entre ensino, extensão e pesquisa. O projeto segue as seguintes etapas: 1) grupo de estudos sobre o tema e seus conceitos fundamentais; 2) leitura e discussão sobre os

fundamentos da oficina como método psicossocial de intervenção e como estratégia de pesquisa; 3) elaboração da proposta de oficina; 4) definição das turmas que participarão do primeiro momento de execução da oficina; 5) realização das primeiras oficinas, avaliação processual e implementação de ajustes; 6) realização de oficinas com os aperfeiçoamentos; 7) escrita de relatos sobre a experiência da aprendizagem profissional. As oficinas serão realizadas para todas as turmas do Curso de Psicologia (UFBA) e turmas da Área de Concentração em Estudos da Subjetividade e do Comportamento Humano (IHAC/UFBA), aproximadamente 500 estudantes envolvidos/as.

## **PESQUISA ANTIRRACISTA EM PSICOLOGIA**

---

No que se refere à dimensão da pesquisa, a proposta antirracista do LEV vêm progressivamente atraindo mes-trandos/as e doutorandos/as interessados/as em abordar a questão racial em seus estudos, levando em conside-ração que a maioria desses/as apresenta em suas projetos de investigação experiências pessoais, acadêmicas e profissionais com a temática do racismo e seus efeitos psicossociais. Nesse sentido, apresentamos aqui uma das pesquisas, que teve como principal objetivo compreender as configurações subjetivas de jovens negros residentes em comunidades periféricas relacionadas às práticas policiais, desenvolvida por Tiago Ferreira (2019).

O estudo foi inspirado na Psicologia Histórico-Cultural, à luz da Epistemologia Qualitativa do teórico cubano Fernando Gonzalez Rey (2005), e a pesquisa assume como principal finalidade o conhecimento da produção e organização dos sentidos subjetivos nos diferentes espaços sociais que constituem as subjetividades social e indi-vidual. Em termos teórico-metodológicos, conduzimos a produção das informações por meio do método constru-tivo-interpretativo do conhecimento, utilizando oficina e roda de conversa como instrumentos grupais e estudo de casos como instrumento individual. Participaram desse estudo homens e mulheres jovens, majoritariamente negros/as, com idade entre 18 a 29 anos, na sede de um programa vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos em uma cidade da Bahia. No tocante aos estudos de casos, acompanhamos dois jovens negros (22 e 29 anos), também inscritos no referido programa, entre os meses de maio e novembro de 2018.

Com base na Teoria da Subjetividade em articulação com outras áreas do conhecimento, particularmente es-pecializadas nas relações raciais, as informações produzidas indicam que as configurações subjetivas das/os jovens sobre a Polícia Militar e suas práticas são constituídas por sentidos subjetivos racializados relacionados à compreen-são dessa instituição como violenta, que pratica atos ilícitos por meio de procedimentos desrespeitosos, igualmente violentos e discriminatórios no território onde residem. Sendo que os policiais geralmente não são responsabilizados pelas instituições competentes, o que gera sensações de desconfiança, insegurança e medo. Isto posto, o jovem negro que consegue sobreviver às expectativas de morte comumente aceita e esperada por alguns seguimentos sociais, tem de lidar com os estigmas que o enquadram como um marginal em potencial, forçando-o a criar estratégias de sobrevivência para evitar ou contornar a relação com a polícia. Além disso, suas experiências existenciais são mar-cadas por tensões que envolvem o pertencimento a um grupo social racializado em contraposição a outro que se percebe apenas como humano (branco), assim como pela complexa operação subjetiva do encontro com pessoas negras (policiais) que reproduzem o racismo, reatualizando processos históricos que permanecem reverberando em suas subjetividades racializadas, fundadas na necropolítica e no racismo estrutural (FERREIRA, 2019).

Assim, os resultados produzidos por este estudo evidenciou a necessidade de desenvolver uma perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural sensível às produções de sentidos e configurações subjetivas racializadas, que não dizem respeito apenas aos processos subjetivos da população negra, mas da população em geral, ampliando as possibilida-des metodológicas e epistemológicas na formação em psicologia e na produção de conhecimento (FERREIRA, 2019), hegemonicamente dominadas por teorias e métodos branco/eurocêntrico, como sinaliza Alessandro Santos (2016).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Partimos da idéia de que a presença de estudantes pardos/as e pretos/as em contextos historicamente bran-cos, a exemplo do universitário, dá visibilidade ao complexo processo de racialização da sociedade brasileira, que opera para privilegiar um grupo racial branco em detrimento do negro. Neste sentido, a adoção de ações

afirmativas é fundamental para que se opere a produção de conhecimentos, práticas profissionais e extensão universitária antirracistas. No entanto, essa presença deve ser acompanhada pelo enfrentamento do racismo e seus efeitos psicossociais orientados por pressupostos desenvolvidos dentro da lógica do cuidado para a formação antirracista, pactuado entre os pares, como nos orienta Maria Aparecida Bento (2002):

um curso de formação sobre relações raciais obriga as pessoas a entrarem e/ou aprofundarem o contato com sua condição de negro e de branco. Esse contato obriga-as a rever seu passado e refletir sobre o seu presente nas relações raciais. Raiva, culpa, impotência, agressividade podem surgir dentro e/ou fora da sala de aula, dificultando a continuidade do curso e gerando a desistência (p. 156)

Aceitar que raça/racismo é uma construção social, como já esclareceu Kabengele Munanga (2003), entre outros/as, é tomá-la como uma construção discursiva que gera efeitos. Lupicínio Íñiguez-Rueda, Antar Martínez-Guzmán e Gemma Flores-Pons destacam que “dizer que algo é uma construção discursiva não implica negar seus efeitos, se não mostrar que através de quais dispositivos se continuam como fato e como certas categorias se reificam em detrimento de outras” (2011, p. 111, tradução nossa). O “torna-se negro/a” como disse, pioneiramente, Neuza Souza (1983, p. 77) é: “criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração”. Nessa direção, na sala de aula, nos grupos de pesquisa, nas práticas extensionistas é preciso levar mais a sério o sofrimento psicossocial decorrente do racismo, tanto no que se refere à formação profissional antirracista (de forma geral), quanto à abertura de espaços de diálogos sensíveis ao acolhimento das expressões simbólico-emocionais das/os estudantes negras/os no contato com a temática, no reconhecimento de suas dores e no desenvolvimento de suas potencialidades para a construção de estratégias de ação frente ao racismo em suas diversas manifestações. Então, nos parece oportuno, inspirados/as por Bader Sawaia (1995, p. 52), fomentar ambientes na universidade que prezem pela prevenção do sofrimento psicossocial cotidianamente, ao invés de delegar a um único setor tamanha responsabilidade:

um lugar de prevenção do sofrimento psicossocial é o local em que se convive com os pares, diariamente, que é sentido como o “meu lugar”, no sentido de se aquecer o calor deste, material e subjetivamente, criando núcleos sociais, culturais e psicológicos geradores de acolhimento e solidariedade.

No âmbito da produção do conhecimento temos que vencer a noção de recorte racial nos estudos com a população negra, apenas tratando os grupos raciais como objetos de estudos, e lidar com a categoria raça/cor/etnia como uma construção social com efeitos visíveis e inviabilizados nas abordagens teórico-metodológicas adotadas, como destacam Lia Schucman e Hildeberto Martins (2017) e Ferreira (2019).

De modo mais geral, inspiramos-nos na perspectiva da psicologia social construcionista para refletir sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, destacando que operamos como uma forma de oposição e questionamento às verdades produzidas pela ciência positivista, que se apoia em movimentos críticos sobre a produção do conhecimento, qualificados como crítica literário-retórica, crítica ideológica e crítica social, refutando a neutralidade científica e a assunção da verdade absoluta, como destaca Kenneth Gergen (2011). Então, o método principal de reflexão tem sido o ato narrativo sobre o que lemos, compartilhávamos profissionalmente, vivíamos, vivemos e queríamos viver e transformar. Partindo da noção de que “autonarração se refere a explicação que um indivíduo apresenta sobre a relação entre acontecimentos autorelevantes através do tempo (GERGEN, 2011, p. 233). Além disso, consideramos que as produções narrativas são também “formas de inteligibilidades, [que] por sua vez, não são subprodutos de acontecimentos da vida em si mesmos se não que derivam amplamente das convenções narrativas disponíveis” (GERGEN, 2011, p. 250). Vibramos com a ideia de que “quanto mais capazes sejamos de construir e reconstruir nossas autonarrações, seremos mais amplamente capazes em nossas relações efetivas” (GERGEN, 2011, p. 251). Na mesma direção, é oportuno explicitar a síntese de Tereza Cabruja, Lupicínio Íñiguez-Rueda e Félix Vazquez-Sixto (2000, p. 81) sobre a narração:



As narrações são devedoras do contexto sociocultural, que põe ao alcance das pessoas, diferentes discursos e gêneros narrativos, que contribuem para a reprodução da ordem social, porém abrem assim mesmo possibilidades para a sua transformação (tradução nossa).

Nossa aposta tem sido: 1) do ponto de vista institucional, é preciso reafirmar as políticas de ações afirmativas de reparação; 2) não podemos ignorar o racismo que aparece nas salas de aula e nos grupos de pesquisa entre grupos raciais/étnicos como se dele não fizemos parte, pautados/as em alguma suposta neutralidade; 3) não podemos colocar as categorias de classe social e ou de gênero como concorrentes da raça/cor/etnia, antes é preciso esclarecer suas conexões e particularidades (DAVIS, 2016), além de incentivar estudos que utilizem noções como interseccionalidade (NOGUEIRA, 2017); 4) dar visibilidade a estudos da psicologia e áreas afins inviabilizados pelo racismo, como o pioneirismo de Virginia Bicudo (1945); 5) não podemos nos omitir diante dos processos de racialização que fomentam produção de conhecimento e práticas profissionais racistas, porque não somos “especialistas” em questões raciais. Podemos adotar a premissa de “ensinar, aprendendo” para superar nossas próprias deficiências epistemológicas e teórico-metodológicas.

Como nos adverte Maria Aparecida Bento, no Brasil, tanto negros/as quanto brancos/as foram “socializados para pensar a sociedade como desracializada” (2002, p.156), cabe a nós, professores/as universitários/as problematizar isso a partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurada pela prerrogativa da autonomia universitária. Esse princípio e o compromisso social da psicologia com as relações raciais, classe social e gênero devem ultrapassar interesses individuais.

## REFERÊNCIAS

.....

- AFONSO, Lucia (org.). Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte: Edições campo social/ Casa do Psicólogo, 2006.
- BICUDO, Virginia. Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo, 1945.
- BRASIL, Presidência da Republica. Lei, n 11.645, de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena .
- BENTO, Maria. Branquitude - o lado oculto do discurso sobre o negro. Em: CARONE, I.; BENTO, Maria (org). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 147-162, 2002.
- CABRUJA, Tereza, ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio, VÁZQUEZ-SIXTO, Félix. Cómo construimos el mundo: relativismo, espacios de relación y narratividad. Anàlisi: Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha, n. 25. p. 61-94, 2000.
- CHAVES, Evenice. O racismo na trajetória escolar e profissional de professoras universitárias. 2006, 412 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em do Comportamento, Departamento de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará, Belém.
- DANTAS, Gilcimar; PEREIRA, Marcos. Racismo e identificação de armas: Contribuições da teoria dos processos automáticos e controlados. Interdisciplinar. Sergipe. v. 29, p. <https://seer.uf>, 2018.
- DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Boitempo: São Paulo, 2016.
- FERREIRA, Tiago. Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 141p. 2019.
- GERGEN, Kenneth. Realidades y relaciones: aproximaciones a la construcción social. Barcelona, Buenos Aires, Mexico: Paidós, 2011.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio; MARTINEZ-GUZMÁN, Antar; FLORES-PONS, Gemma. El discurso en la psicología social: desarrollo y prospectiva. En: OVEJERO, Anastacio e RAMOS, Júpiter (coord.). Psicología Social Crítica. Madrid: Editora Biblioteca Nueva. p. 98-116, 2011
- NOGUEIRA, Conceição. Interseccionalidade e Psicologia Feminista. Salvador: Editora Devires. 2017.
- MACEDO, João; ALVES, Cristina; BEZERRA, Laís e SILVA, Jamile. A “popularização” do perfil dos estudantes de Psicologia no Brasil. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 81-95, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia. Palestra proferida no 3º seminário nacional relações raciais e educação- PENESB-RJ, em 05 de novembro de 2003.
- PRO-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AÇÕES AFIRMATIVAS (PROAE/UFBA. Institui o Programa Permanecer, uma iniciativa da Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade - CAAED da PROAE, mantido com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Decreto no.7.234 de 19/07/2010. Edital, 2019. Disponível em <https://sisper.ufba.br/sisper/Welcomedo>.



SANTOS, Alessandro. A psicologia na compreensão da identidade étnico-racial do negro no Brasil. Educação e relações raciais. Rio de Janeiro: CEAD/UFF, 2016.

SANTOS, Neuza. Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, RJ: Graal. 1983.

SAWAIA, Bader. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. Em LANE, Sílvia SAWAIA, Baber (org.) Novas Veredas da Psicologia Social. EDUC. Editora Brasiliense. p. 45-53, 1995.

SCHUCMAN, Lia; MARTINS, Hildeberto. A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do Objeto da Ciência ao Sujeito Político. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília/DF, 37(spe), 172-185. 2017.


SILVA, Marcus Vinicius. Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil. In: BOCK, Ana (org.) Psicologia e Compromisso Social. São Paulo: Cortez, p. 93-110. 2003.

SPINK, Mary; MENEGON, Vera; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Psicologia & Sociedade (São Paulo/SP) 26(1), 32-43, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Art. 1º da Lei nº 12.990/2014, adota estratégia referindo ao 5.1. do Edital Aos candidatos negros serão reservadas 20% (vinte por cento) do total de vagas. 2018. Disponível em [https://concursos.ufba.br/sites/concursos.ufba.br/files/docentes/edital\\_docente\\_no\\_02\\_2018\\_retificado\\_em\\_12\\_07\\_2019.pdf](https://concursos.ufba.br/sites/concursos.ufba.br/files/docentes/edital_docente_no_02_2018_retificado_em_12_07_2019.pdf)

TECHIO, Elza; FERREIRA, Andreza; VIANA, Hyalle; TORRES, Ana. Cuotas raciales: un estudio sobre las representaciones sociales de universitarios y no universitarios. Actualidades en Psicología: Espanha, v. 33, p. 33-49, 2019.





# A PARCIALIDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

Andréa Moreira Lima<sup>46</sup>

## INTRODUÇÃO

---

Pensar a produção científica criticamente requer uma abertura para a problematização das influências de marcadores sociais na ciência. A partir dessa perspectiva, o presente texto busca abordar o campo das epistemologias feministas, destacando as principais críticas feministas à ciência para, então, articular o campo das epistemologias feministas às contribuições para uma análise crítica da produção do conhecimento científico. Por fim, serão ressaltadas contribuições das epistemologias feministas para a Psicologia Social Crítica.

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada a partir do levantamento e análise de textos científicos clássicos e contemporâneos sobre a temática. Primeiramente, apresenta-se a visão tradicional de ciência, considerando a distinção entre as interpretações *internalistas* e *externalistas* da produção científica para, com isso, analisar as críticas feministas à concepção tradicional de ciência. Por fim, são sistematizadas contribuições das epistemologias feministas para a análise e interpretação da produção do conhecimento científico e, particularmente, para a Psicologia Social Crítica. Nesse percurso, serão apresentados conceitos e exemplos centrais da crítica feminista à ciência, bem como ponderações sobre a relevância de propiciar uma maior visibilidade às epistemologias feministas.

## CRÍTICA FEMINISTA AO MODELO DE CIÊNCIA TRADICIONAL: UM CONVITE AO DEBATE


---

A epistemologia pode ser definida como o estudo do conhecimento. Em uma acepção mais contemporânea, o termo designa o estudo dos princípios e das características da ciência – isto é, a filosofia da ciência (STEUP, 2018). Dessa forma, a expressão “epistemologia feminista” se refere a uma vertente de análise da ciência a partir de marcadores sociais, com foco na influência das questões de gênero na produção científica.

---

46 Doutora em Psicologia Social pela UFGM - <http://lattes.cnpq.br/0635522873941186>

<https://orcid.org/0000-0002-3629-2856> - [andrea.m.lima10@gmail.com](mailto:andrea.m.lima10@gmail.com)



Ao longo da primeira metade do século XX, a filosofia da ciência esteve dominada por escolas que tentaram compreender a ciência estritamente a partir dos seus aspectos metodológicos. Os positivistas lógicos, por exemplo, interessados na demarcação entre ciência e não ciência (metafísica), compreenderam as teorias científicas como conjuntos de enunciados que podem ser verificados ou confirmados pela observação empírica (AYER, 1975). Crítico aos positivistas, Karl Popper defendeu que o caráter científico de uma teoria repousa não na capacidade de verificação, mas na sua possibilidade de produzir hipóteses que podem ser testadas e, portanto, sejam passíveis de refutação – caso incorretas (POPPER, 2013). Embora trate-se de projetos epistemológicos distintos, esses dois modelos compreenderam a ciência a partir de uma *perspectiva internalista*: isto é, ambos postulavam que o conhecimento científico é alcançado a partir da aplicação de um método de características supostamente únicas e universais. Em contraponto, Thomas Kuhn compreendeu a ciência a partir de uma *perspectiva externalista*, por analisar as condições históricas da produção científica (OLIVA, 2003).

Kuhn (1997) identificou que não existe um método científico único que, ao ser aplicado, garantiria a concessão do rótulo de ciência ao conhecimento produzido. Em suas pesquisas sobre as Revoluções Científicas ocorridas ao longo da história de diversas disciplinas, Kuhn destacou que a adesão a uma nova teoria não depende, somente, do fato da teoria ter sido formulada ou confirmada a partir da aplicação de um determinado conjunto de regras científicas. Na verdade, a adoção de uma teoria depende, também, dos valores que permeiam e orientam uma dada comunidade científica, os quais nem sempre podem ser interpretados como universais ou empiricamente justificáveis. Em certa medida, as formulações de Kuhn abriram caminho para o desenvolvimento das epistemologias feministas (LONGINO, 2003; BANDEIRA, 2008). As análises realizadas por Kuhn mostraram que existem fatores históricos e sociais, internos à própria ciência, que devem ser considerados nas análises epistemológicas da ciência. As epistemólogas feministas, por sua vez, expandiram essa análise apresentando argumentos sobre a existência de fatores históricos e sociais que, externos à própria ciência, influenciam a produção do saber.

É consenso entre as epistemólogas feministas de que o conteúdo das hipóteses científicas pode ser influenciado pela proporção de homens e mulheres na ciência, isto é, que a existência de mais pesquisadores homens do que pesquisadoras mulheres altera a escolha dos problemas que são considerados como cientificamente relevantes e, também, a descrição e a explicação desses fenômenos. Dessa forma, esse argumento contraria a concepção clássica de universalismo da ciência, segundo a qual os atributos pessoais do(a) pesquisador(a) não impactam a produção e os resultados da pesquisa.

A argumentação de que a proporção de homens e mulheres afeta o conteúdo das hipóteses científicas pode ser exemplificada por dois casos clássicos, oriundos de disciplinas científicas distintas. O primeiro, extraído da paleoantropologia, um campo de saber científico que articula as disciplinas da paleontologia e da antropologia no estudo de fósseis de homínídeos, visando a reconstrução da história do desenvolvimento da espécie humana. Inicialmente, os estudos produzidos por essa disciplina destacavam que o bipedalismo – a postura ereta dos seres humanos, única entre os homínídeos atuais –, o desenvolvimento da linguagem e o uso de instrumentos de pedra teriam sido desenvolvidos a partir das exigências da caça, entendida como uma prática de responsabilidade dos homens. Desse modo, as teorias sugeriam a importância e predominância do papel social dos primeiros homínídeos homens no desenvolvimento das características marcantes da espécie humana, há mais de três milhões de anos (ZIHLMAN, 1981; FRENCH, 2007).

Com a entrada de mulheres nessa ciência, começaram a aparecer teorias alternativas, como a teoria da mulher coletora. As novas pesquisadoras desse campo argumentaram que a prática da colheita exigiu a ampliação da cooperação social e, com isso, o desenvolvimento da linguagem, a criação e o uso de ferramentas de pedra, gerando maior necessidade de utilização das mãos, algo que teria propiciado o desenvolvimento do bipedalismo. Dessa maneira, as práticas sociais das primeiras homínídeas mulheres teriam sido mais importantes para o desenvolvimento das características marcantes da espécie humana: pois, enquanto o sucesso na caça exigiria o silêncio e o isolamento, a técnica da colheita exigia a interação e a comunicação. Ou seja, a inserção de mulheres na paleoantropologia culminou na produção de novas hipóteses acerca da história da espécie humana. Segundo argumentam as epistemólogas feministas, essas novas hipóteses não surgiram aleatoriamente, mas foram o resultado direto do aumento do número de mulheres na comunidade científica, demonstrando como a desproporção entre homens e mulheres na ciência pode culminar no desenvolvimento de hipóteses científicas divergentes e parciais.

A apresentação supracitada não objetiva chegar a uma conclusão sobre qual dessas teorias (a do *homem caçador* ou a da *mulher coletora*) é a correta. Simplesmente, o exemplo e a discussão mostram que há uma correlação entre a proporção de mulheres e homens na ciência e o que se produz de hipóteses e interpretações científicas a partir dessa (des)proporcionalidade. Ou seja, o exemplo mostra que a disparidade de gênero na ciência pode resultar no surgimento e na consolidação de vieses. Nessa direção, Longino (1990) afirma que a proporcionalidade entre homens e mulheres serviria à produção de uma ciência mais objetiva e, ao menos tempo, mais comprometida com a eliminação de vieses interpretativos:

Quanto maior for o número de diferentes pontos de vista incluídos em dada comunidade, maiores serão as chances de que a sua prática científica seja objetiva, isto é, que ela resulte em descrições e explicações de processos naturais que são mais confiáveis no sentido de menos caracterizáveis por preferências subjetivas idiossincráticas dos membros da comunidade (LONGINO, 1990, p. 80).

O segundo exemplo de desproporcionalidade de gênero na ciência diz respeito ao desenvolvimento da primatologia, disciplina que estuda a ordem dos primatas, tais como gorilas, orangotangos e chimpanzés. Entre as décadas de 1930 e 1950, os primatologistas identificaram uma grande diferença entre o comportamento sexual de machos gorilas e de fêmeas gorilas, apontando o domínio dos machos e a subserviência das fêmeas. Os estudos, desenvolvidos por cientistas homens, destacavam que os machos primatas apresentavam maior variedade no comportamento sexual, mantendo relações sexuais com muitas fêmeas, ao passo que estas, submissas, apresentavam pouca variabilidade de parceiros sexuais e eram seduzidas, justamente, pelo comportamento agressivo e dominador dos machos. A partir da década de 1970, com o aumento do número de mulheres na primatologia, as hipóteses se modificaram substancialmente. Novas observações passaram a sugerir que o comportamento sexual das fêmeas primatas não era tão homogêneo quanto havia sido descrito. Quer dizer, as cientistas descreveram que os comportamentos das fêmeas primatas também apresentavam variabilidade, embora fossem variações mais sutis – por exemplo, na construção de estratégias para determinar o macho dominante do grupo, o que mostrava que as fêmeas eram tão ativas quanto os machos na definição de um grupo. Contudo, os pesquisadores homens, imersos em uma visão social distorcida acerca dos papéis de gênero, não perceberam adequadamente esse fenômeno (HARAWAY, 1989).

Como se nota, as mudanças de hipóteses postuladas na primatologia também estavam relacionadas ao aumento do número de mulheres na comunidade científica. Posteriormente, outras pesquisadoras feministas apresentaram e discutiram novas influências da desproporcionalidade de gênero na ciência, questionando o lugar de invisibilidade social da mulher na ciência, conforme será apresentado a seguir.

## **EFEITOS DA PARCIALIDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA**

---

Os debates acadêmicos sobre o lugar social da mulher na ciência e sobre o modo de fazer ciência se fortaleceram na década de 1970, a partir de contribuições de epistemólogas feministas. Uma vez que a epistemologia tem como foco o estudo sobre o conhecimento e os modos de conhecer, o trabalho das epistemólogas feministas se refere ao estudo da ciência e de sua produção, destacando os impactos do viés de gênero na ciência.

Grande parte das pesquisadoras epistemólogas argumentaram que o conhecimento não pode ser dissociado do tempo e lugar de sua produção (HARDING, 1987, 1993; HARAWAY, 1988; KELLER, 1984; LONGINO, 1999). Dessa forma, argumentavam que as hierarquias de gênero – representada na dominação masculina e na subalternidade feminina – têm influências diretas na forma como a ciência é construída e organizada. Os estudos dessas pesquisadoras apontavam, por exemplo, a existência de um silenciamento das vozes femininas e uma ausência e/ou invisibilidade das mulheres nas pesquisas, algo que permitiu questionar os princípios tradicionais da ciência: a objetividade e a universalidade (LIMA, 2019).

Harding (1996) problematiza o “princípio de objetividade”, insistindo no convite ao alargamento do diálogo e à troca de estudos e experiências, o que possibilitaria a explicitação e o compartilhamento das possíveis influências temporais e contextuais sobre a pesquisa. Seu argumento pode ser complementado pelas contribuições de Haraway (1988), a partir do conceito de “conhecimentos situados”, isto é, de um conhecimento que deve ser

contextualizado por marcadores de classe, raça-etnia, sexo, gênero, geração etc. Nesse sentido, a interação e a tradução de múltiplos pontos de vista entre os(as) pesquisadores(as) alargaria o conhecimento acerca da complexidade do fenômeno estudado, favorecendo uma análise mais reflexiva e crítica sobre a objetividade da ciência.

Conforme destacam essas autoras, há diferenças históricas entre o papel social da mulher e do homem na ciência, e os estudos de gênero mostram como essas diferenças conduzem ao desenvolvimento de pesquisas que desconsideram o gênero feminino. Tal parcialidade de gênero pode ser exemplificada: 1) pela a diferença da proporção de homens e mulheres na ciência (conforme anteriormente discutido a partir dos exemplos da paleoantropologia e da primatologia); 2) pelos problemas que são priorizados pela comunidade científica; e 3) pela condução da investigação científica (KELLER, 1984). A seguir, serão discutidos alguns exemplos atuais que destacam essas duas últimas formas de parcialidade de gênero na ciência.

No campo da área da saúde sexual e reprodutiva, por exemplo, as pesquisas sobre medicamentos para contracepção têm contribuído para que o planejamento familiar seja considerado responsabilidade primordial da mulher. Dos diversos métodos contraceptivos existentes, apenas três são destinados ao uso masculino (preservativo, vasectomia e coito interrompido). A pílula anticoncepcional feminina, por exemplo, é comercializada desde o início dos anos 1960; em contraposição, uma pílula contraceptiva masculina foi desenvolvida apenas a partir de 2006 e, mesmo assim, ainda não se encontra disponível no mercado. Ou seja, quando as pesquisas na área da sexualidade e reprodução se referem à responsabilização, as pesquisas têm como foco o público feminino; entretanto, quando as pesquisas se referem a questões relativas ao desejo ou ao prazer sexual, elas têm o público masculino como foco prioritário – afinal, desde 1998 são comercializados medicamentos para o tratamento de disfunções sexuais masculinas, ao passo que apenas em 2015 foi desenvolvido um medicamento similar para mulheres, cuja comercialização ainda não foi aprovada.

Um outro exemplo é o fato de que grande parte das pesquisas médicas e farmacêuticas, principalmente aquelas realizadas em laboratório, possuem o sexo masculino como único padrão para seus estudos. Vale destacar que, até a década de 1990, as mulheres eram desconsideradas em 80% dos testes de medicamentos para hipertensão, embora elas fossem igualmente acometidas por este problema. Por isso, as pesquisadoras feministas denunciaram que os resultados dos testes não poderiam ser generalizados para as pacientes femininas, o que resultou no questionamento da validade de muitos estudos sobre medicamentos cardiovasculares, inclusive, pelas próprias agências de saúde (FRENCH, 2007).

Na área da Psicologia, essa parcialidade de gênero também pode ser constatada nos experimentos realizados com animais: geralmente, utilizam-se animais machos nas pesquisas. O argumento para essa escolha é a existência de uma maior variação hormonal nas fêmeas, durante o ciclo menstrual, o que resultaria em comportamentos mais instáveis. Ou seja, a experimentação com animais machos é uma escolha pautada pela simplificação do objeto de estudo. Nessa lógica, o macho se torna a norma e a fêmea um desvio da norma. Porém, se os organismos das fêmeas são mais complexos, devido a uma maior variação hormonal, por que não estudar o organismo das fêmeas e, depois, extrapolar os resultados para organismos ditos mais estáveis, nesse caso, os machos? Ter como foco um organismo mais “estável” pode, na verdade, prejudicar o entendimento científico acerca da amplitude e da complexidade do objeto de estudo da Psicologia, a subjetividade. Tal crítica pode ser estendida para certas pesquisas em neurociência ou em farmacologia, por seguirem lógicas semelhantes em seus experimentos, embora já existam tentativas de mudança deste viés.

Os casos mencionados demonstram que, na ciência, normas que são preconizadas como exemplos de rigor e objetividade revelam, na verdade, as preferências de uma tradição. Nesse caso, uma tradição que desconsidera o gênero feminino e reproduz uma hierarquização entre homens e mulheres na ciência (LIMA, 2019).

## **A PARCIALIDADE DE GÊNERO DA PSICOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

---

A compreensão do gênero como categoria de análise, e não apenas como um atributo da identidade feminina, emerge nos anos 1980 (SCOTT, 1995). Nessa época, os estudos de gênero passam a evidenciar como as diferenças percebidas entre os sexos foram convertidas em desigualdades, de modo a justificar o sistema de opressão das mulheres nos espaços de poder. No caso do gênero feminino, a lógica de inferiorização e opressão está calcada em uma



hierarquização desencadeada por discursos, valores e práticas hegemônicas que contribuíram para o posicionamento de muitas de nós, mulheres, em lugares de subalternidade – inclusive, no mercado de trabalho (LIMA, 2017).

Diversas pesquisas sobre gênero, como aquelas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OELZ; OLNEY; TOMEI, 2013) ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho, no Brasil. Segundo o IBGE (2012), os salários das mulheres brasileiras permanecem 28% inferiores aos dos homens. Tal realidade é reproduzida, também, nas áreas profissionais relacionadas ao cuidado como, por exemplo, a Psicologia. Dados publicados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2013, e pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG), em 2015, apontam que 89% dos profissionais da psicologia, no país, são mulheres<sup>47</sup>. Contudo, com relação à atuação no ensino superior, nos cursos de graduação em Psicologia, a situação se inverte. No universo pesquisado pelo CFP, 8,2% dos homens indicam ter como principal local de atuação a Universidade, enquanto que apenas 4,37% das mulheres psicólogas relatam ocupar esse espaço. (YAMAMOTO; OLIVEIRA; COSTA, 2013).

De modo semelhante, com relação à população total de professores(as) integrantes dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil, em 2013, os números eram os seguintes: as mulheres representavam 61,84% do contingente total de professores (624 em números absolutos), enquanto os homens representam 38,16% (385 em números absolutos). Além disso, as mulheres representavam 54% dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, na área da Psicologia, enquanto os homens correspondem a 46% desses bolsistas (YAMAMOTO; OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 124). Assim, embora as mulheres não estejam sub-representadas nesse universo, sendo numericamente a maioria dos profissionais universitários em Psicologia, a diferença da proporcionalidade entre homens e mulheres que atuam na área científica é menor do que a existente nos outros segmentos da Psicologia, o que corrobora a estatística de que quanto mais prestigioso o cargo, menor a participação feminina.

Além disso, as psicólogas brasileiras enfrentam problemas relacionados ao trabalho e à sua remuneração desigual e, também, com relação à desigual distribuição do cuidado com os filhos e do trabalho doméstico, não se distinguindo, portanto, “das mulheres com as quais, como profissionais da psicologia, atendem, interagem ou, de alguma forma, têm contato” (LHULLIER; ROSLINDO, 2013, p. 49). Por isso, a importância de discutir, para além das mulheres cientistas, também sobre as mulheres psicólogas inseridas nas diversas áreas de atuação da Psicologia, em suas interseccionalidades de raça/etnia, orientação sexual e demais marcadores sociais de desigualdades, visando a estruturação de políticas de valorização do trabalho feminino, em toda a sua diversidade.

Na atualidade, os encontros entre as epistemologias feministas e a Psicologia social tem cada vez mais contribuído para construção de uma perspectiva crítica sobre a ciência psicológica. No Brasil, tais mudanças podem ser localizadas desde a crise da Psicologia Social na década de 1970, influenciadas, também, pelas mudanças de paradigma científico no âmbito internacional. Conforme Borges (2014), a Psicologia Social Crítica foi construída a partir da insatisfação com a ciência tradicional, por meio de teorias e metodologias críticas que permitiram pensar a psicologia de forma reflexiva, sobre a produção de seus conhecimentos e impactos na sociedade, buscando, assim, uma ciência comprometida com a mudança social em prol da equidade de gênero, sexualidade, raça, classe e demais marcadores sociais que atravessam os modos de subjetivação.

Assim, a partir do momento em que as psicólogas sociais, juntamente com as epistemólogas feministas, colocaram como pauta prioritária a desconstrução do viés androcêntrico e da lógica patriarcal ainda vigente na psicologia tradicional, seja pela ausência e/ou invisibilidade das mulheres psicólogas nos espaços de poder, seja pela forma periférica de tratamento das teorias feministas na área, começou-se a abrir caminho para uma Psicologia Social Crítica feminista (NOGUEIRA; NEVES, 2004).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O presente estudo realizou uma exposição crítica das epistemologias feministas, tanto do ponto de vista das suas questões centrais quanto das especificidades do contexto brasileiro. Para tal, foram destacadas evidências

47 Tanto os dados do Conselho Federal de Psicologia (CPF), de 2013, quanto os dados do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG), de 2015, encontram-se disponíveis no *Jornal da Psicologia* do CRP/MG, cujas referências completas se encontram na bibliografia.

científicas e reflexões teórico-políticas que denunciam a desproporcionalidade de gênero na ciência e seus impactos na produção do conhecimento.

A conquista de um espaço verdadeiramente democrático na agenda acadêmica ainda é um grande desafio, devido à ausência de um lugar social efetivo para produções científicas voltadas para uma perspectiva feminista que discuta as hierarquias patriarcais articuladas ao modo de fazer ciência. Contudo, gradativamente, as perspectivas feministas têm favorecido o alargamento da representatividade da produção científica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero em todas as suas amplitudes.

Desconstruir as opressões impostas às vozes subalternizadas das mulheres pesquisadoras pode ser o caminho para avançar nos processos de descolonização dos saberes e poderes hegemônicos. Para tal, torna-se necessário questionar as percepções e ideologias preconceituosas que dificultam a participação das mulheres na ciência e na própria gestão das estruturas acadêmicas. Tais posturas preconceituosas são empecilhos para que as próprias mulheres se vejam como cientistas, uma vez que as imagens que são apresentadas ou mesmo impostas às mulheres refletem os papéis estereotipados de gênero compartilhados culturalmente, na mídia, nos livros didáticos, na publicidade e nos próprios espaços científicos.

Nesse sentido, a Psicologia Social Crítica, na sua perspectiva feminista, tem se mostrado como um arcabouço teórico-metodológico propício a ocupar esse lugar de uma ciência que é produzida e se produz por/para todas e todos.

## REFERÊNCIAS

---

- AYER, Alfred J. *As questões centrais da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- BANDEIRA, Lourdes M. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan./abr. 2008.
- BORGES, Lenise S. Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, aug. 2014.
- CRP/MG – Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. *Jornal da Psicologia*, v. 29, n.1, p. 1-20, 2015.
- FRENCH, S. *Science: Key Concepts in Philosophy*. London: Continuum, 2007.
- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the Science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-99, 1988.
- HARAWAY, Donna. *Primate visions: Gender, race, and nature in the world of modern Science*. New York, USA: Routledge, 1989.
- HARDING, Sandra. *Feminism & methodology*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press e Open University Press, 1987.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas*, 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2019.
- KELLER, Evelyn Fox. *Reflections on Gender and Science*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Brasil: Editora Perspectiva, 2003.
- LIMA, Andréa. M. Ser mulher, ser pesquisadora e ser psicóloga: Reflexões sobre o lugar social da mulher na ciência e na profissão (pp. 80-86). In: M. Janaina (Ed.), *Temas gerais em psicologia 3*. Ponta Grossa, Brasil: Atena Editora, 2019.
- LONGINO, Helen E. *Science associal knowledge: Values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1990.
- LONGINO, Helen E. Feminist Epistemology (pp.327-353). In: J. Greco; E. Sosa (Orgs). *Blackwell Guide to Epistemology*. Malden: Blackwell, 1999.
- LONGINO, Helen E. (2003). Does The Structure of Scientific Revolutions Permit a Feminist Revolution in Science? (pp. 261-281). In: N. Thomas (Ed.), *Thomas Kuhn*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LHULLIER, Louise A.; ROSLINDO, Jéssica. J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu (pp. 29-61). In: Louise A. Lhullier (Org.). *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia, trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.
- NOGUEIRA, Conceição; NEVES, Sofia. Metodologias feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex aequo*, n. 11, p. 123-138, 2004.
- OELZ, Martin; OLNEY, Shauna; TOMEI, Manuela. *Igualdade Salarial: Um guia introdutório*. Genebra: BIT – Bureau International du Travail, 2013.
- OLIVA, Alberto. *Filosofia da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2013.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.


STEUP, Mattias. Epistemology. In: E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2018>

/entries/epistemology/>. Acesso em: 28 out. 2019.

YAMAMOTO, Oswaldo Hakime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; COSTA, Ana Ludmila Freire. As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho (pp. 114-132). In: Louise A. Lhullier. (Org.). *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia, trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

ZIHLMAN, A. L. Women as shapers of the human adaptation (pp. 75-120). In: F. Dahlberg (Ed.), *Woman the Gatherer*. New Haven, USA: Yale University Press, 1981.





# SEXUALIDADE E GÊNERO EM DISPUTA: REFLEXÕES DA PSICOLOGIA EM TEMPOS DE CONSERVADORISMOS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Edna Maria Severino Peters Kahhale<sup>48</sup>

Sandra Elena Sposito<sup>49</sup>

André Luiz Machado das Neves<sup>50</sup>

## INTRODUÇÃO

---

O campo da sexualidade e gênero como toda a materialidade está em contínuo movimento, respondendo à essa processualidade das dimensões sociais, culturais e políticas que se expressam na produção de conhecimento e nas práticas profissionais. Este texto pretende problematizar os contextos multisituados em que as reflexões sobre gênero e sexualidade são acionadas e provocam interlocuções com a Psicologia, reconhecendo a fluidez da sexualidade e seu caráter de composição histórico, político e não essencialista, e por extensão, o gênero. Articulamos a categoria de vulnerabilidade para refletir e descrever as tensões e disputas em torno das políticas públicas no âmbito do gênero e sexualidade, com ênfase na população LGBT, porém de maneira crítica. Por fim, tecemos considerações do posicionamento da psicologia acerca dessa arena, argumentando que a psicologia vem produzindo estratégias inventivas que defendem as políticas sexuais e de gênero, coerentes ao projeto ético-político da profissão no Brasil com foco na defesa dos Direitos Humanos, o reconhecimento do sofrimento psíquico e das violências impostas à população LGBT no país como o real centro de ação da profissão e a adesão aos consensos científicos de despatologização das orientações sexuais e das identidades de gênero.

## APONTAMENTOS SOBRE AS INTERFACES DA PSICOLOGIA COM O CAMPO DA SEXUALIDADE E GÊNEROS

---

O campo da sexualidade e gênero como toda a materialidade está em contínuo movimento, respondendo à essa processualidade das dimensões sociais, culturais e políticas que se expressam na produção de conhecimento

48 Doutora em Psicologia pela USP - <http://lattes.cnpq.br/9594834790186708> - <https://orcid.org/0000-0002-8711-2931> - [ednapeterskahhale@gmail.com](mailto:ednapeterskahhale@gmail.com).

49 Doutora em Psicologia pela UNESP - <http://lattes.cnpq.br/9985788121837099> - <https://orcid.org/0000-0001-9370-889X> - [spositosandraelena@gmail.com](mailto:spositosandraelena@gmail.com).

50 Doutor em Saúde Coletiva pela UERJ - <http://lattes.cnpq.br/7409149733046445> - <https://orcid.org/0000-0001-7400-7596> - [andre\\_machadostm@hotmail.com](mailto:andre_machadostm@hotmail.com).

e nas práticas profissionais. É nesse sentido que este texto pretende contribuir para problematizar os contextos multisituados em que as reflexões sobre gênero e sexualidade são acionadas e provocam interlocuções com a Psicologia, reconhecendo a fluidez da sexualidade e seu caráter de composição histórico, político e não essencialista (ANJOS; LIMA, 2016), e por extensão, o gênero.

Nessa direção, também articularemos com a categoria de vulnerabilidade para refletir e descrever as tensões e disputas em torno das políticas públicas no âmbito do gênero e sexualidade, com ênfase na população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT<sup>51</sup>, porém de maneira crítica. A vulnerabilidade, atrelada aos direitos humanos, passou a ser importante na definição de ações e de pesquisa no campo da sexualidade (AYRES, 1997; AYRES *et al.*, 2003). As ações profissionais voltadas aos cuidados em saúde devem ser avaliadas levando em consideração as condições potenciais de vulnerabilização existentes em determinados contextos e realidades sociais e individuais, de cada pessoa e dos grupos. Aspecto que precisa ser considerado na assistência e cuidado no cenário da diversidade sexual, a população LGBT.

Contudo, destacamos que a naturalização das vulnerabilidades retira a dialética do processo da materialidade vivida, a dimensão social do sofrimento e o seu lado subjetivo são vistos como dois lados separados e sem conexão: sofrimento psíquico, vivido como algo íntimo, pessoal, particular desvinculado da dimensão sócio-histórica da existência humana, de forma tal que cada indivíduo atribua a si mesmo a responsabilidade pelo seu sofrimento. Gerando vergonha, humilhação, perda de autorrespeito.

A sexualidade não se restringe somente ao ato sexual, pois envolve sentimentos e nos motiva a procurar o contato físico e afetivo, a intimidade de um relacionamento, podendo ou não haver reprodução. Nesse sentido, a nossa sexualidade é um processo que se iniciou em nosso nascimento e vai até a nossa morte (BRASIL, 2013). A sexualidade como produto da dialética indivíduo-sociedade, é também um dos fenômenos sociais que sofre com o processo de naturalização. Sendo a sexualidade um “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988), ela está envolvida por múltiplos discursos e práticas sobre o sexo: que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. As formas quase que coercitivas das instâncias que fazem a vigilância, regulação e normatização podem ser facilmente ilustradas a partir dos relatos apresentados por Louro (1999): fiscalizar a intimidade entre homens, fazer a vigilância das roupas das garotas a fim de repreender qualquer subversão, ensinar e incentivar as mulheres a serem “dóceis, discretas, gentis, a obedecer, a pedir licença, a pedir desculpas”, criar homens controlados, capazes de evitar “explosões” ou manifestações impulsivas e arrebatadas. Obviamente esses processos não podem ser lidos como afirmações gerais, todos estão atravessados pelos projetos de “Homem” e “Mulher” que a sociedade tem e estão claramente expressos nas escolas que, por sua vez, estão imbricadas com noções do cenário em que estão inseridas (social, histórico, cultural, religioso, etc.). Compreende os mecanismos que buscam por meio de diversos modos aproximar homens e mulheres de um certo ideal, que impulsiona tanto na formação das identidades de gênero quanto nas identidades sexuais desejadas. As inquietações que envolvem as práticas sexuais e as questões de gênero nas sociedades ocidentais, amplamente discutidas por Foucault (1988), Butler (2013) e Rubin (1998) como temas pensados aos problemas políticos, morais, religiosos, jurídicos e científicos, indicam que sexualidade e gênero são assuntos em evidência e que sinalizam disputas por modos de viver e valores que organizam as coletividades. Há, em voga na sociedade, concepções (que permanecem ainda hegemônicas) que naturalizam e hierarquizam as práticas sexuais, elegendo a prática ou desejo heterossexual como padrão de normalidade (heteronormatividade) e que também essencializam e aprisionam homens e mulheres em rígidos papéis sexuais e de performances de gênero a partir de suas características biológicas (cisnormatividade). As referências de normalidade para a sexualidade e gênero referem-se ao sexo marital, heterossexual, monogâmico, preferencialmente para fins de reprodução, com homens em posições ativas e mulheres passivas. As vivências e práticas associadas à homo-bissexualidade, às expressões de gênero trans (transexuais e travestis) são recebidas usualmente com manifestações de preconceitos, discriminações e violências de diferentes tipos, podendo chegar inclusive ao assassinato.

Louro (1999) disserta sobre os diversos processos que nos acompanham nas incontáveis instituições a fim de modelar nossa sexualidade, tendo como objetivo o modelo heterossexual. Família, escola, mídia, igreja, leis,

51 Em 2008, na Conferência Nacional LGBT pactuou-se a sigla para referir-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais. Não há consenso ainda da inclusão do I (intersexo) dessa forma mantivemos ao longo do texto LGBT



diversas instâncias unem forças e vão até os limites para a criação de seres humanos heterossexuais e heteronormativos. Também dá destaque para os processos pedagógicos a respeito da sexualidade que se desenrolam no ambiente escolar, ambiente este que ensina, disciplina, mede, avalia, examina, aprova (ou não), categoriza, magoa, coage, consente e possui grande importância na construção de repertórios em diversas alçadas da infância e que, inevitavelmente, possui correspondências na vida adulta.

Os estudos de sexualidade e gênero no decorrer do século XX e em desenvolvimento no atual momento histórico são contundentes em reconhecer que não há patologias ou problemas morais em pessoas não heterossexuais, bem como evidenciam que as expressões de gênero associadas às masculinidades e feminilidades são condicionadas predominantemente por elementos da conjuntura socioeconômica e cultural, não cabendo afirmações sobre um único modelo de homem e de mulher. Inclusive, desnaturalizando a relação entre diferença sexual e gênero, ou seja, a fórmula: macho = masculino e fêmea = feminino, não corresponde às evidências históricas e antropológicas. Processo esse que revela uma concepção binária da sociedade. No entanto, as expressões da diversidade também contemplam a possibilidade do não-binário, que abarca as pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente. Isso significa que sua identidade de gênero e expressão de gênero não são limitadas ao masculino e feminino. Também chamadas de *genderqueer*, as pessoas que se consideram não-binárias podem não se reconhecer com a identidade de gênero de homem ou mulher - ausência de gênero - ou podem se caracterizar como uma mistura entre os dois (MOIRA, 2017).

Embora pareça um fenômeno recente, a não-binaridade é muito comum na história da humanidade. Diversas civilizações, em momentos diferentes da história e em diferentes regiões do mundo, reconheciam a existência de outras possibilidades de gênero além de masculino e feminino. “Transgeneridade” é uma espécie de termo “guarda-chuva”, ou seja, abriga em si as várias identidades trans, como travestis, transexuais e pessoas não-binárias, por exemplo. Mas, não é fácil traçar limites rígidos que separem essas várias identidades, pois isso pode levar ao estabelecimento de novas normas de como as pessoas deveriam ser, o que pode voltar a segregar quem não se encaixa. Luta-se para que cada pessoa tenha o direito de experimentar, de ir atrás de descobrir quem é, e que possa viver da forma como se entende, como melhor se sente, sem ser discriminada por isso, vendo seu direito à vida, à família, ao estudo e ao trabalho ameaçados. (MOIRA, 2017; RUBIN, 1998).

Tanto a pesquisa como a prática/atuação do(a) profissional de Psicologia deve promover a capacidade de intervenção transformadora pessoal e coletiva dos homens e das mulheres sobre o mundo cotidiano, promovendo os direitos humanos. Deverá permitir, nas situações em que ocorre uma fragilização da pessoa, o rompimento desse processo, a apropriação e a produção de novos sentidos pessoais e a sua inserção num processo coletivo de engajamento na luta por melhores condições de vida e, em consequência, de saúde e bem estar. A pesquisa e a intervenção psicológica (e de outras práticas das ciências humanas) não podem deixar de considerar a historicidade dos processos envolvidos, portanto, vincula o(a) homem/mulher à sociedade e ao contexto sócio-histórico em que está inserido/a, considera que tudo pode ser diferente e que o desenvolvimento humano é um processo dialético e histórico que se expressa no protagonismo de cada um(a). Todas as pessoas têm o direito inalienável à saúde, à qualidade de vida e bem estar, no entanto, ele não é dado, mas conquistado. Assim, a qualidade de vida de cada pessoa e da comunidade é um produto elaborado pela própria pessoa e pela comunidade ou grupo, e expressa os diversos momentos que estão embutidos nesse processo de conquista individual e coletiva. É crucial que se mantenha a compreensão e o reconhecimento que a participação social é uma das diretrizes mais importantes para o fortalecimento social e político de uma sociedade, e deve ter nos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, o orientador para sustentar a democracia e os direitos fundamentais para efetivação da cidadania do seu povo.

## **A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RESPEITO E GARANTIA DE DIREITOS ÀS PESSOAS LGBT**

.....

Há algum tempo observa-se o crescimento de pesquisas e noticiários que relacionam a violência com pessoas LGBT, seja no cotidiano escolar, nos serviços de saúde, no contexto familiar e em espaços de sociabilidades (TEIXEIRA; RONDINI; BESSA, 2011; ALBUQUERQUE; WILLIAMS, 2015; FERREIRA *et al.*, 2017; BRASIL, 2018; G1, 2019).

Essas pesquisas e noticiários, desvela-se o dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988), que inviabiliza em sua maioria, o acesso e permanência de pessoas LGBT em diversos setores da sociedade.

Essas inviabilizações vão desde aspectos mais básicos da vida como transitar livremente pela via pública, até a garantia de fazer uso dos serviços de saúde e educacionais. Este cenário, pode produzir incertezas de muitas crianças, adolescentes, jovens e idosos LGBT quanto a expectativa de vida, já que segurança, saúde e educação lhes são negados por não contemplar a expectativa da heterossexualidade compulsória (RICH, 2012).

Nos anos 2000, parece ter iniciado esforços para construção de políticas de inclusão social e garantias de direitos para LGBT. Surgem propostas de ações governamentais que buscavam conscientizações e mobilizações para a promoção de garantia e igualdade de direitos humanos. A saber: Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II) (BRASIL, 2002); Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) (BRASIL, 2004a); Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) (BRASIL, 2004b) e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNE-DH) (BRASIL, 2007).

Nessa direção, em 2010, durante a Conferência Nacional de Educação, o Ministério da Educação (MEC), assegurou recursos financeiros necessários à implementação do “Projeto Escola sem Homofobia” em toda a rede de ensino e das ações relativas à educação previstas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Várias organizações, como o Conselho Federal de Psicologia, manifestaram-se favorável ao reconhecimento da adequação da proposta pedagógica do projeto. Todavia, a proposta encontrou forte resistência de parlamentares vinculados a grupos confessionais e fundamentalistas religiosos, que tentaram por meios diversos impedir a distribuição nas escolas do referido material, sob o argumento de que ele seria uma “apologia ao homossexualismo entre jovens” e estimularia a pedofilia e pejorativamente nomearam o projeto de “Kit gay” (MELLO *et. al*, 2012).

Sexualidade, política e religião ganham a cena, produzindo negociações entre parlamentares brasileiros. A sexualidade ganha destaque na disputa, nesse contexto, aciona-se uma práxis e produção discursiva baseada no conservadorismo e fundamentalismo religioso, que nega as múltiplas formas de expressão da sexualidade e de gênero. Dentre as estratégias para se garantir o embargo do projeto, parlamentares dispararam inúmeras difamações<sup>52</sup> em torno de atores que protagonizaram a defesa pela implantação do “Programa Escola sem Homofobia”.

Nesse escopo, inicia-se em 2011, o declínio do compromisso firmado em 2008, na época pelo presidente Lula (Partido do Trabalhadores), na I Conferência Nacional LGBT. A gestão da presidenta Dilma - PT, articula-se com os parlamentares no projeto de reeleição para 2014 e cedeu às pressões da época em torno do projeto “Escola Sem Homofobia”. Nesse sentido, o “Programa Brasil Sem Homofobia”, que abrigou a proposta do “Projeto Escola Sem Homofobia”, foi perdendo forças, deixando como legado apenas a “Política Nacional de Atenção Integral de Saúde LGBT” (BRASIL, 2011), que teve grande participação dos movimentos sociais para sua consolidação. Destaca-se que após quase dez anos de sua oficialização, a política de saúde LGBT ainda é incipiente em várias regiões do Brasil e as que se encontram implementadas ou em implementação, possuem inúmeros desafios - financeiros, credenciamento junto ao Ministério da Saúde, recursos humanos e estruturais - para se efetivar integralmente (NEVES, 2019).

Após o Brasil encontrar-se em crise política, pelo fato de a direita brasileira não ter logrado êxito nas eleições de 2014, as políticas públicas sobre gênero e sexualidade cada vez mais foram extintas e/ou tornaram-se fragilizadas. E as pessoas LGBT tornando-se invisibilizadas nas pautas da construção/efetivação de políticas públicas.

Rubin (2003), afirma que sexo é sempre político, ficha importante no jogo de poder, sobretudo em tempos nos quais as tensões sociais se acirram. A mídia, segundo ela, confirmaria esse sistema de estigma e preconceito, produzindo e fixando uma hierarquia de valor sexual em que, à “ralé sexual”, competiria a segregação e o infortúnio. No sistema de valores sexuais, o sexo “bom” seria aquele feito entre um homem e uma mulher, preferencialmente casados, monogâmicos, que visam fins procriativos e, assim, fazem um sexo não comercial.

52 Noticiário: “É horrível ser difamado pelo Bolsonaro - Dois professores de Brasília tiveram suas vidas viradas de cabeça para baixo depois que o parlamentar mais amado da direita nacional editou vídeos dos dois e publicou no YouTube”. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/y3m3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro](https://www.vice.com/pt_br/article/y3m3gx/e-horrivel-ser-difamado-pelo-bolsonaro)>. Acesso em 26 out. 2019. Entrevista: “Vagabunda. Pedófila. Depravada. Estes foram alguns dos adjetivos que a pesquisadora Tatiana Lionço ganhou depois de ser vítima de campanhas difamatórias apoiadas por Bolsonaro e Feliciano”. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/digital/134/puta-vagabunda-pedofila-depravada/>>. Acesso em 26 out. 2019.

Nesse sentido, essa ideologia sexual popular, pautada na heterossexualidade enquanto natural e divina - ou como expõe Rubin (2003) sexualidade boa, normal, natural, abençoada - colabora para a produção de uma necropolítica (MBEMBE, 2011), ou seja, a política da morte para controle e negação das sexualidades não heterossexuais. Esse modelo de política, ganhou mais impulso com os resultados das eleições de 2018, que mostraram a consolidação do autoritarismo no país e particularmente da sua vertente de moral conservadora, declaradamente oposta à expansão de direitos no campo da diversidade sexual e de gênero.

Essa oposição do governo Bolsonaro à expansão de direitos no campo da diversidade sexual e de gênero, se configura sob o argumento da construção de uma categoria acusatória nominada de “ideologia de gênero”, que serviu para difundir pânicos morais. Nessa direção, difundiu-se a proposta de que família tradicional deveria ser preservada, as crianças necessitavam de proteção, já que o país se encontrava sob uma ameaça comunista. E que a abertura para o comunismo tomar conta do Brasil é levantar pautas sobre feminismo, aborto, homossexualidade, identidade de gênero e outros aspectos que envolvem diversidade sexual e de gênero.

Além disso, outro aspecto da negação de direitos no âmbito do gênero e sexualidade do atual governo, é o desmonte do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social, que aloca a Política de Atenção Integral à Saúde LGBT; e a instituição contraditória do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que não reconhece os direitos das mulheres; reconhece apenas famílias nos moldes heterossexuais; e difama os direitos humanos.

Essa série de elementos que concorrem e se complementam para a conformação de campos de disputas na política brasileira, a qual produziram regimes de medo e precariedade a vida das pessoas LGBT, além da aceitabilidade de retirar a vida deles. Os efeitos disso, se desdobra na ausência de políticas públicas que garantam segurança, saúde, educação que funciona como táticas de exclusão e perseguição com essas pessoas. Urge, portanto, políticas que garantam o direito à vida e não a produção de projetos/políticas públicas que sirva para negociação da vida das identidades LGBT.

## POSICIONANDO A PSICOLOGIA NO CAMPO EM DISPUTA

---

Destacamos anteriormente, o processo de naturalização dos fenômenos vinculados à subjetividade, juntamente com o constante tensionamento na formulação e propagação de discursos e práticas que envolvem a sexualidade e os gêneros.

O esforço de (re)naturalizar elementos ou categorias sócio-históricas e culturais é oriundo de uma conjunção de forças (e ações planejadas) para garantir a manutenção do *status quo* e das hegemonias consolidadas no atual estágio do capitalismo globalizado e neoliberal que tem demonstrado fragilidades e contradições intensas nas crises contínuas das últimas décadas.

Conforme as análises de Foucault (1988), Rubin (1988), Scott (1990) e Butler (2013), as questões de sexualidade e gênero estão fortemente vinculadas ao cenário político e econômico e podem se expressar com diferentes finalidades, dentre elas: justificar as crises do sistema a partir da “degeneração” dos valores que fundamentam a sociedade (fim da família tradicional como célula da sociedade); desfocar a discussão dos grandes temas como injustiça social, desigualdade econômica e aumento da pobreza, trazendo de modo perverso e confuso os temas de sexualidade e gênero como provocador dessas mazelas sociais (mulheres lutando por igualdade no mercado

de trabalho e na política, homossexuais buscando privilégios no acesso aos direitos, etc.), a reinvenção constante do dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 1988) para gestão e docilização dos corpos e das populações por meio da formulação de políticas públicas, divulgação pseudocientífica e religiosa de concepções que reafirmam a cisheteronormatividade como padrão.

Esses movimentos de apropriação das temáticas de sexualidade e gênero para contribuir com a manutenção de uma forma de organização da sociedade, no caso o capitalismo é decorrente do reconhecimento de que as lutas empreendidas por movimentos sociais ao redor do planeta, com foco no enfrentamento das opressões cisheteronormativas e raciais (feminismos, movimentos LGBTI, movimentos étnico-raciais), foram se movimentando do espectro dos direitos civis para o avistamento que a raiz estrutural das opressões está situada no sistema

econômico-político. As lutas intensificaram um viés antissistema e vão se articulando com o movimento classista e ecológico, vislumbrando uma possível unidade na diversidade.

É uma das estratégias de ataque ao avanço dos estudos de gênero e sexualidade juntamente com suas lutas por emancipações tem sido sintetizada pela produção da categoria política e acusatória “ideologia de gênero”. De acordo com Junqueira (2018) e Lionço (2018), trata-se de um sintagma neológico que funda uma retórica e uma prática que distorce e inverte as concepções científicas que subjazem as categorias articuladas de “ideologia” e gênero”. Cria-se, então, um artefato pseudocientífico que sequestra do campo acadêmico fragmentos de importantes *corpus* teóricos e epistemológicos (estudos feministas, de gênero, LGBT, interseccionais, decoloniais, etc.) para amalgamar com valores conservadores e fundamentalismos religiosos. E, na lógica de manutenção do *status quo*, tais valores devem manter-se hegemônicos pois são responsáveis por alinhar a adesão das subjetividades ao projeto de manutenção do (cis)tema e suas forças opressivas, mesmo que para isso tenham que lançar mão de estratégias como o pânico moral (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). A “ideologia de gênero” tem sido propagada por vias institucionais, políticas, legislativas, midiáticas, religiosas e também por profissionais nas áreas de educação, assistência social e saúde, o que também inclui, eventualmente, psicólogas e psicólogos.

Compreender as interfaces da psicologia com a “ideologia de gênero” tem sido um desafio. Por um lado, é possível observar nitidamente a tentativa de captura da prática da psicologia e do seu reconhecido complexo teórico-científico para dar legitimidade a algumas “falácias” generalizantes e superficiais como: a educação sexual estimula a sexualidade precoce ou a falta de referência dos papéis de homem (pai) e mulher (mãe) produzem crianças com “distúrbios” de gênero ou com propensão a homossexualidade (JUNQUEIRA, 2018; LIONÇO, 2018; MATTOS, 2018).

Por outro lado, pode-se reconhecer que a psicologia vem produzindo estratégias inventivas de enfrentamento à “ideologia de gênero” que pressupõe a consolidação do projeto ético-político da profissão no Brasil com foco na defesa dos Direitos Humanos, o reconhecimento do sofrimento psíquico e as violências impostas à população LGBT no país como o real centro de ação da profissão, a adesão aos consensos científicos de despatologização das orientações sexuais e identidades de gênero (ver as Resoluções CFP 01/99 e CFP 01/18 do Conselho Federal de Psicologia).

## REFERÊNCIAS

---

ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 663-676, set. 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 26 out. 2019.

ANJOS, K. P. L.; LIMA, M. L. C. Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 49-56, dez. 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472016000200007&lng=pt&nrm=isso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000200007&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em 27 out. 2019.

AYRES, J. R. C. M. Vulnerabilidade e AIDS: para uma resposta social à epidemia. *Boletim Epidemiológico: AIDS – Vulnerabilidade*, C.R.T. DST/AIDS, ano XV, nº3, p. 2-4, dez. 1997.

AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JUNIOR, I.; CALAZANS, G., SALETTI FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado (org.) *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. p. 117-39

BRASIL. *Recomendações para Atenção Integral a adolescentes e Jovens vivendo com HIV/Aids*. Brasília: 2013.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: Programa Nacional de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n. 2.836*, de 01 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, n. 231, p. 37, 2011.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. *Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência/ elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva* – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>>. Acesso em 27 out. 2019.



BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a.

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça, 2002.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, B. O.; NASCIMENTO, E. F.; PEDROSA, J. I. S.; MONT, L. M. I. Vivências de travestis no acesso ao SUS. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1023-1038, Dez. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312017000401023&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000401023&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 10. ed. Graal: Rio de Janeiro, 1988.

G1. *Homem leva quatro tiros após beijo gay em bar na Bahia*. Disponível em: <[https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/10/homem-leva-quatro-tiros-apos-beijo-gay-em-bar-na-bahia\\_88754.php](https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/10/homem-leva-quatro-tiros-apos-beijo-gay-em-bar-na-bahia_88754.php)>. Acesso em 27 out. 2019.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=isso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em 12 out. 2019.

LIONÇO, T.; ALVES, A. C. O.; MATTIELLO, F.; FREIRE, A. M. - Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=isso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em 12 out. 2019.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Petrópolis/RJ, 1999, 2, 7-34.

MATTOS, A. R. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, dez. 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=isso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em 12 out. 2019.

MBEMBE, A. *Necropolítica: seguido de sobre el gobierno privado indirecto*. Santa Cruz de Tenerife, Melusina, 2011.

MELLO, L.; FREITAS, F.; PEDROSA, C.; BRITO, W. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades*, n. 07, p. 99-122, 2012.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 27 out. 2019.

MOIRA, A.; ROCHA, M.; BRANT, T.; NERY, J. W. *Vidas trans*. Bauru/SP: Astral Cultural, 2017.

NEVES, A. L. M. “Política é vida”: ativismo e política de saúde trans em Manaus (AM). 2019. 181 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. In: *Social Perspectives in Lesbian And Gay Studies*. Abingdon: Routledge, 1998. p. 100-134. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes.


RUBIN, G. *Políticas do Sexo*. UBU Editora: São Paulo, 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, p. 5-22, 1990.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A.; BESSA, J. C. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-741, Dec. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022011000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 out. 2019.







# DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE FEMINISTA EM PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

Andréa Moreira Lima<sup>53</sup>

Tayane Rogeria Lino<sup>54</sup>

## INTRODUÇÃO

---

O debate em torno da relação entre a Psicologia e o Feminismo não é novo e nem ausente de diálogos científicos, ao mesmo tempo em que não se apresenta como um campo consolidado ou mesmo como uma certeza sobre uma Psicologia Feminista enquanto abordagem ou proposição teórica no contexto brasileiro (NEVES, NOGUEIRA, 2003; NOGUEIRA, 2001; RUTHERFORD, 2012; SALDANHA, 2013, 2018; MAYORGA, 2014; ROSSI, 2014; BORGES, 2014; MATTOS, 2015; SALDANHA, NARDI, 2016). Isso reforça a importância de retomarmos como os dois campos foram se produzindo, e como as aproximações entre ambos foram construídas. Para isso, partimos do entendimento de que é preciso historicizar esses dois campos, e o faremos a partir do intenso e controverso debate acerca dos direitos sexuais e reprodutivos.

O termo “feminismo” comporta distintas interpretações, devido à existência de múltiplos e variados discursos sobre esse termo, o que dificulta sua definição. Para Alves e Pitanguy (1895, p. 07), “este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não possui um ponto predeterminado de chegada”. Essas autoras trazem para o centro da discussão a dinamicidade do pensamento feminista, refletindo o fato de que todo o processo de construção de novas possibilidades de ser e de estar no mundo é dotado de contradições, avanços, retrocessos, redesenhos e revisões de si mesmo. Essa multiplicidade explicita que o feminismo pode ser definido a partir de distintos lugares. Entretanto, todas essas abordagens buscam um certo conjunto de teorias que visam a interpretação da sociedade a partir das mulheres.

A pluralidade pode ser notada a partir das teorizações e estudos feministas, nas demandas sociais por equivalência, nas críticas ao modelo hegemônico de ciência e nas formas de construção de ações coletivas. Assim, são três os elementos que corporificam o caminho das feministas na construção de uma história da sociedade, a saber: a desnaturalização das desigualdades sociais; o tensionamento da relação público *versus* privado; e o paradoxo da tensão igualdade e diferença (MAYORGA, PRADO, 2010; LIMA, 2017).

53 Doutora em Psicologia Social pela UFMG - <http://lattes.cnpq.br/0635522873941186> - <https://orcid.org/0000-0002-3629-2856> - [andrea.m.lima10@gmail.com](mailto:andrea.m.lima10@gmail.com).

54 Doutora em Psicologia Social pela UFMG - <http://lattes.cnpq.br/2981806817847445> - [tayanelino@gmail.com](mailto:tayanelino@gmail.com).

A desnaturalização das desigualdades sociais é marcada pelo questionamento de uma ordem patriarcal/machista vigente. Os feminismos denunciam uma sociedade que transforma distinções sexuais em hierarquias de gênero, desvelando a existência de diferenças entre ser homem e ser mulher no espaço público, o que contribuiu para que as mulheres se perguntassem também sobre o espaço doméstico. Assim, as feministas questionam a compreensão dicotômica entre público e privado como uma estratégia de ocupação de espaços de decisão, poder e autonomia (BAIRROS, 1995). Nesse contexto, um conjunto de reflexões se fortaleceram a partir do pensamento de Beauvoir (1976) sobre a construção social das diferenças, as quais começam a caracterizar os estudos de gênero. Tem-se, portanto, uma problematização sobre o caráter político nas relações entre sujeitos sociais. Nestes termos, o *slogan* feminista “o pessoal é político” questiona os parâmetros conceituais do político, bem como a lógica do público e do privado, ampliando a ideia do que é considerado parte do âmbito político e, conseqüentemente, da esfera pública (VARIKAS, 1996).

As ruas e as teorias pensam sobre os espaços sociais relegados às mulheres, até então consideradas como pertencentes à esfera do lar—casa, corpo, sexualidade, família, educação dos filhos. As feministas exigem que essa esfera seja passível de questionamento público, ao mesmo tempo em que as instâncias tradicionais do público—o mundo da rua, do trabalho, da ciência e da política—também sejam reconhecidas como espaços da mulher.

Nesse sentido, ao afirmar que a esfera do pessoal também é política, as feministas trazem para o espaço da discussão pública as questões que até então eram tidas como específicas da esfera privada, dentre elas, a noção de direitos sexuais e reprodutivos. A supracitada noção se constitui a partir do reconhecimento da necessidade de uma prática política das mulheres em torno da esfera reprodutiva e sexual. O pensamento feminista sobre a liberdade reprodutiva se materializa, portanto, como uma “invenção” do direito à apropriação do próprio corpo, ao controle da reprodução, ao direito a não reprodução e à livre vivência sexual, sendo esta reconhecida como uma base fundamental para a experiência pública das mulheres.

## **DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS**

---

Ao apontar que os nomeados direitos sexuais e reprodutivos são resultado de uma luta por direitos humanos antes não existentes, Ávila (1993) apresenta a importância do reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos e demandas sociais específicas. Nesta perspectiva, a radicalidade da afirmativa da humanidade das mulheres estabelece uma relação direta entre direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos.

Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos que garantem que as mulheres possam exercer com liberdade a regulação de sua própria sexualidade e capacidade reprodutiva, e, da mesma maneira, responsabiliza os homens pelos possíveis desfechos do exercício de suas próprias vivências sexuais. Nesta esfera se reconhece fundamentalmente o exercício da vivência da sexualidade, da liberdade de escolha de parceiras/os e da adoção de distintas práticas sexuais sem censura pública, constrangimento, estigmatização ou discriminação.

A novidade em relação aos Direitos Reprodutivos é que são uma invenção das mulheres participando, como sujeitos, da construção de princípios democráticos. O feminismo, que é o locus político e filosófico dos Direitos Reprodutivos, é, na sua história ocidental, uma luta por igualdade. É fundamental a crítica feita hoje à ideia de cidadania e igualdade, como ideais jamais realizados e, portanto, necessitando de serem repensados. Desta forma, os Direitos Reprodutivos representam uma contribuição, na medida em que trazem consigo uma alteração do modelo de igualdade pensada só a partir do lugar do homem branco na sociedade, e da sua inserção no sistema produtivo (ÁVILA, 1993, p. 25).

Os direitos sexuais e reprodutivos são conceitos relativamente novos e permanecem, ainda, pouco compreendidos. Contudo, o reconhecimento desses direitos como parte dos direitos humanos alcançou maior relevância na atualidade, sendo incorporados nos documentos internacionais, tais como: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994; a Conferência de Copenhague de 1994; e a Conferência de Pequim de 1995.

Garantir os direitos sexuais e reprodutivos, a partir da perspectiva dos direitos humanos, contribui para a promoção da saúde mental da mulher e para a sua dignidade humana. Apesar de tais avanços políticos e culturais no âmbito internacional, na América do Sul ainda permanecem valores, leis e práticas proibicionistas sobre o direito ao aborto, o que tem gerado a regulação dos corpos das mulheres e a ausência de políticas públicas emancipatórias.

Distintos atores/agentes sociais disputam o reconhecimento e a constituição do campo de direitos no que se refere à experiência da vivência da sexualidade no âmbito público e privado. Os nomeados direitos sexuais e reprodutivos compõem o espectro dos direitos humanos e abrangem, desde o exercício da vivência da sexualidade com liberdade e sem constrangimento, até a decisão sobre a maternidade voluntária, o direito a não maternidade e o direito à contracepção auto decidida.

## **DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA PSICOLÓGICA**

---

Do ponto de vista histórico, a Psicologia afirmou-se como uma agência importante no jogo de forças que produzem a experiência da vivência da sexualidade como constitutiva dos sujeitos, imersa em uma esfera social que a regula/controla, limita e engendra processos de subjetivação.

Ao longo do século XX, a Psicologia passa a ser vista como uma ciência que busca compreender a constituição do indivíduo na interrelação com o contexto social, colocando em voga a compreensão das atividades subjetivas de constituição do humano. Assim, cabia às ideias psicológicas entenderem os processos individuais e subjetivos, tais como, as percepções, as sensações, as emoções, o comportamento objetivo e subjetivo (CAMBAÚVA; SILVA; FERREIRA, 1998). Sendo este, portanto, o momento em que a Psicologia se transformou em uma disciplina prática que pressupõe uma intervenção no mundo, constituindo-se a partir da ocupação de espaços institucionalizados de saber, como departamentos universitários, laboratórios, cursos, professores especializados, diplomas, dentre outras atividades. Sendo, também, declarada como uma profissão composta por profissionais, qualificações e métodos.

O reconhecimento da Psicologia como uma ciência da norma, que mede os normais e os anormais, os mentalmente sãos e os mentalmente incapazes, ganha grande impacto sobre a sociedade, produzindo, nesse sentido, tecnologias de regulação, “normalização, reforma e correção; no cuidado com crianças e na educação, na propaganda, no *marketing* e nas tecnologias de consumo, no controle do comportamento humano, do industrial ao militar” (ROSE, 2008, p. 155).

Diante das demandas sociais e políticas de mulheres acerca do direito de decidir sobre o próprio corpo e suas vivências, e do reconhecimento da Psicologia enquanto uma ciência que produz modelos e padrões de normalidade, tornou-se inevitável a produção de uma posição científica diante desta ambiguidade. Nesse contexto, questionou-se uma produção científica descontextualizada com a realidade social e a história da América Latina e do Brasil. Estes autores e autoras ponderam a importância de uma ciência com compromisso político com a realidade social e, principalmente, com sua transformação.

Discutir o compromisso social da Psicologia significa, portanto, sermos capazes de avaliar a sua inserção, como ciência e profissão, na sociedade e apontarmos em que direção a Psicologia tem caminhado: para a transformação das condições de vida? Para a manutenção? (BOCK, 1999, p. 319).

O que se tem aqui é a defesa de uma área de conhecimento e atuação, uma vez que a Psicologia se revela comprometida socialmente, constituída por um conjunto diverso de métodos, procedimentos, metodologias e epistemes. Sendo assim, o convite é não deixar de considerar o quadro social, político e cultural no qual o sujeito está inserido, e os efeitos na produção dos seus processos subjetivos, porque é dele e nele que podemos caracterizar as necessidades e demandas para nossa profissão. Ao oferecer conhecimentos científicos para a compreensão dos fenômenos psicológicos e os processos de subjetivação, é necessário fazê-lo a partir da contribuição para a melhoria das condições de vida – algo que, na perspectiva feminista, acontece atrelado ao reconhecimento dos

sujeitos como multifacetados e constituídos por um amplo conjunto identitário, como gênero, raça, classe, orientação sexual, sexualidade (FOUCAULT, 1995).

A partir dessa compreensão, cabe a nós, psicólogas(os), reconhecermos que a questão dos direitos sexuais e reprodutivos afeta a homens e mulheres, mas tem como regulação primordial o corpo de mulheres e seus processos de subjetivação. Assim, abordar a abrangência desse conceito envolvem discussões acerca da contracepção, da maternidade, da esterilização, do aborto, da concepção, da assistência à saúde, dentre outros.

Reconhecer a psicologia como um importante ator na configuração dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos é contribuir para a constituição de uma ruptura das vivências reprodutivas e sexuais como pertencentes à esfera privada, localizando-as no espaço público e social. O que propomos, portanto, é o abandono da investigação a partir de uma vertente psicologizante, substituindo-a por uma abordagem de caráter psicossocial. Dito de outro modo, ao invés de olhar para o interior do indivíduo, pensarmos como este indivíduo é produzido a partir de seu exterior e, principalmente, sobre como se dá o processo de normatização, fixidez e reiteração deste sujeito, pensando, neste sentido, nos efeitos de poder que são, ao mesmo tempo, produto e produtores da realidade social e subjetiva.

No contexto brasileiro, a inserção da Psicologia no campo da saúde social e coletiva, principalmente após a Constituição Federal de 1988 e à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), marca a importância de uma posição desta categoria científica e profissional nas discussões em torno dos direitos sexuais e reprodutivos em suas múltiplas facetas, como a descriminalização do aborto e demais políticas públicas de saúde. Para tanto, foi importante superar perspectivas e compreensões no *campo psi* que separam sujeito e sociedade, revendo e reinventando perspectivas teóricas e práticas que, historicamente, se baseavam em pressupostos individualizantes, nos atentando à complexidade dos processos psicossociais.

Diante das violações impostas aos corpos femininos, as práticas psicológicas podem ser vistas como ferramentas importantes na desconstrução de hegemonias sobre o controle dos corpos femininos e seus destinos. Em sua perspectiva crítica, a Psicologia propõe discussões sobre o caráter compulsório da maternidade, transgredindo processos que naturalizam a experiência dos corpos femininos como procriadores e dotados de um instinto materno.

## **DIREITO AO ABORTO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA FEMINISTA**

---

Falar de uma psicologia de cunho social, crítica e feminista é falar de uma ciência comprometida com a saúde mental e a dignidade humana. Por isso, refletir sobre os aspectos psicológicos envolvidos no aborto a partir de uma perspectiva crítica significa assumir que os processos de subjetivação não acontecem de forma interna ou isolada, mas são produzidos na interseção entre o sujeito e seu contexto biopsicossocial. Assim, discutir o direito ao aborto pressupõe compreender tanto as questões sociais que impactam a dignidade humana, e que estão na base do código de ética profissional da(o) Psicóloga(o), quanto discutir as questões psicossociais relativas à saúde mental da mulher.

Na mesma direção apresentada acima está a relação do direito ao aborto com as contribuições do feminismo para a compreensão de que as práticas proibicionistas estão sustentadas pelos sistemas de opressão às mulheres e pela naturalização das desigualdades de gênero. Assim, a luta pelo direito ao aborto tem cada vez mais se constituído como uma pauta prioritária nos debates da Psicologia Social Crítica, na sua vertente feminista.

Sobre as normas sociais que impõem limites à liberdade de escolha das mulheres, torna-se relevante refletir sobre qual vida está em questão quando se fala em direito ao aborto – ou, ainda, o que significa ter direito à vida. Conforme Thomson (2012), independentemente do direito do feto à vida, a mulher tem direito de escolher o que acontece ao seu próprio corpo. Embora seja um marco ético o de que todos (incluindo os fetos) tenham direito à vida, esse direito não torna obrigatório que a mulher renuncie a sua liberdade, de seu corpo ou de suas vontades e escolhas para garantir esse direito a outra pessoa – no caso, ao feto.

As célebres frases feministas pelo direito ao próprio corpo – “meu corpo, minhas regras”, “nosso corpo nos pertence”, “útero laico” ou “pelo direito de decidir” – convocam posicionamentos contra a exploração e objetificação

das mulheres (GOMES; SORJ, 2014). Tais argumentos se encontram respaldados pelas lutas feministas ao afirmarem que a autonomia feminina passa pelo direito da mulher de escolher o que acontece ao seu próprio corpo. Porém, o lugar social da mulher na nossa história sempre esteve atrelado a uma posição de subalternidade ao casamento, à maternidade compulsória e à obediência às imposições sociais. A própria capacidade da mulher de tomar decisões e escolhas para sua vida tem sido anulada por uma cultura do controle social sobre seus corpos, bem como pela consolidação do modelo de família centrado no poder patriarcal (VILLELA; BARBOSA, 2011). Portanto, o que está no cerne da defesa pelo direito de escolha é a garantia do respeito às mulheres e à sua integridade física e psíquica, bem como o exercício de uma cidadania plena a partir do direito à decisão livre sobre o seu próprio corpo e sua sexualidade.

Posicionar-se a favor do direito ao aborto significa, também, a defesa da saúde mental da mulher. A saúde mental está associada a um conjunto de fatores biológicos, socioeconômicos, ambientais e psicossociais, os quais envolvem tanto os direitos básicos de sobrevivência – saúde física, alimentação, moradia, educação, trabalho e renda –, quanto a garantia à dignidade humana.

Interromper uma gravidez não é um processo fácil para a mulher, sobretudo, quando se trata de uma decisão proibida pela lei e pela sociedade, de forma mais geral. A decisão pelo aborto produz conflitos entre as normas sociais que rejeitam o aborto e as situações pessoais de cunho material e emocional que influenciam tal decisão. Entretanto, alguns estudos apontam também que o mais danoso para as mulheres não é a realização do aborto em si, principalmente nos casos em que a mulher está segura quanto à sua decisão; em geral, o mais prejudicial tem sido o fato dessas mulheres não conseguirem concretizar o desejo de interromper a gravidez, ou seja, o fato de não terem a sua decisão respeitada (VALONGUEIRO, 2007; VILLELA; BARBOSA, 2011).

Algumas pesquisas sobre a vida emocional da mulher que aborta (FAÚNDES; BARZELATTO, 2004; BOONSTRÁ *et al.*, 2006; VALONGUEIRO, 2007; MENEZES; AQUINO, 2009) destacam que existe um certo padrão de conflito psicológico vivenciado por essas mulheres, envolvendo dúvida, tristeza, ansiedade, alívio e alegria. Porém, os sentimentos de tristeza e ansiedade são intensificados nos contextos em que o aborto é considerado crime, o que direciona a mulher a procurar por alternativas inseguras.

Tais pesquisas contribuem para a discussão de que, se um dos motivos da proibição do aborto é garantir cuidados à mulher e ao feto, o foco na criminalização está equivocado. Na verdade, as intervenções destinadas à mulher que deseja abortar ou que tenha realizado um aborto devem pautar-se no acolhimento, na escuta, na compreensão e no estabelecimento de cuidados necessários à garantia da sua dignidade humana e saúde mental. Por isso, refletir sobre as consequências da proibição do aborto para a saúde mental e a autonomia da mulher é um importante tópico de debate entre as(os) psicólogas(os) sociais feministas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Com esse texto, pretendemos contribuir para a reflexão sobre experiências e pesquisas internacionais e nacionais articuladas a um referencial feminista da Psicologia Social Crítica, visando ampliar a discussão sobre as violações que são impostas aos corpos femininos e a limitação de seus direitos. Mostramos que, em sua perspectiva crítica, a Psicologia propõe discussões sobre a maternidade como um projeto compulsório, naturalizando os corpos femininos como procriadores dotados de um instinto materno.

Vimos que os direitos sexuais e reprodutivos são conceitos relativamente novos e permanecem, ainda, pouco compreendidos. Contudo, o reconhecimento desses direitos como parte dos direitos humanos tem alcançado maior relevância na atualidade. Nessa perspectiva, a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres – e, também, o enfrentamento às violações que são impostas aos corpos femininos –, têm contribuído para a construção de um importante arcabouço teórico-prático que visa à desconstrução de hegemonias sobre o controle dos corpos femininos e seus destinos.

Nesse sentido, compreender os direitos sexuais e reprodutivos, tal como o direito ao aborto, tanto como um problema de saúde pública quanto como uma violação à dignidade da mulher, significa defender que as discussões sobre esse direito não devem ser pautadas por argumentos de cunho pessoal ou religiosos, mas devem ser tratados na perspectiva dos impactos de sua proibição para a liberdade de autonomia das mulheres. Além disso,



uma perspectiva crítica e feminista da Psicologia Social pode contribuir para que as disputas discursivas nesse campo rompam com o obscurantismo anticientífico do momento atual e passe a considerar as evidências científicas sobre a descriminalização do aborto visando garantir o direito das mulheres à escolha e decisão sobre sua vida e seu corpo.

## REFERÊNCIAS

---

- ÁVILA, M. B. Modernidade e cidadania reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 382-93, Jan. 1993.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é Feminismo*. São Paulo: Abril cultural, 1985.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, Jan. 1995.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2 ed. Paris: Gallimard, 1976.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, Dec. 1999.
- BOONSTRA, H. D.; GOLD, R. B.; RICHARDS, C. L.; FINER, L. B. *Abortion in women's Lives*. New York: Alan Guttmacher Institute, 2006. 45 p.
- BORGES, L. S. Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, Aug. 2014.
- CAMBAÚVA, L. G.; SILVA, L. C.; FERREIRA, W. Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. *Estudos de Psicologia História da Psicologia*, Natal, v. 3, n. 2, p. 207-227, Dec. 1998.
- FAÚNDES, A.; BARZELATTO, J. *O drama do aborto: em busca de um consenso*. Campinas: Komedi, 2004.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, Aug. 2014.
- LIMA, A. M. *Política Sexual: os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.
- MATTOS, A. Feminist psychology - researches, interventions, challenges. In: I. Parker. (Ed.), *Handbook of Critical Psychology*. Routledge: London e New York, 2015.
- MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. Democracia, instituição e articulação de categorias sociais (pp. 46-70). In: C. MAYORGA (Org.). *Universidade cindida: universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MAYORGA, C. Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea digital: revista de pensamento e investigación social*, v. 14, n. 1, p. 221-236, Mar. 2014.
- MENEZES, G.; AQUINO, E. M. L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. 193-204, 2009.
- NAVES, S.; NOGUEIRA, C. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 43-64, Dec. 2003.
- NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova Psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 112, p. 137-153, Mar. 2001.
- ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 155-164, Aug. 2008.
- ROSSI, J. Psicoterapia feminista. *Tumblr*. 2014 (15 de agosto de). Acessado em: 26 outubro de 2019, de: <<https://psicoterapiafeminista.tumblr.com/search/%C3%A1rtemis>>.
- RUTHERFORD, A. O feminismo precisa da psicologia? Reconstruindo a história de uma relação (pp. 23-41). In: F. T. PORTUGAL; A. M. JACÓ-VILELA (Orgs.), *Cliopsyché: Gênero, Psicologia, História*. Rio de Janeiro: NAU, 2012.
- SALDANHA, M. *Sobre Psicologias e Psicoterapias Feministas no Brasil e Portugal*. 2018. 144 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SALDANHA, M. Pontos de intersecção: psicologia, feminismo e violências. *Diálogo*, Canoas, n. 24, p. 35-44, Dec. 2013.
- SALDANHA, M.; NARDI, H. C. Uma Psicologia Feminista brasileira? sobre destaques, apagamento e posição periférica. *Revista de Psicologia Política*, São Paulo, v. 16, n. 35, p.35- 52, Apr. 2016.
- THOMSON, J. J. Uma defesa do aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, pp. 145-164, Apr. 2012.
- VALONGUEIRO, S. A. Maternal Mortality in Pernambuco, Brasil: What Has Changed in Ten Years? *Reproductive Health Matters*, v. 15, n. 30, p. 134-144, Oct. 2007.
- VARIKAS, E. "O pessoal é político": desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-80, 1996.
- VILLELA, W. V.; BARBOSA, R. M. *Aborto, saúde e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2011